



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO –
Bacharelado**

Cerro Largo, novembro 2024.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três campi no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois campi no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul

Chapecó, SC - Brasil

CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braida

Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan

Pró-Reitor de Graduação: Élsio José Corá

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vitório Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Willian Simões

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio

Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de Campus: Adriana Remião Luzardo

Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski

Coordenadora Acadêmica: Crhis Netto de Brum

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de Campus: Bruno München Wenzel

Coordenadora Administrativa: Adenise Clerici

Coordenadora Acadêmica: Judite Scherer Wenzel



Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de Campus: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de Campus: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de Campus: Jaime Giolo

Coordenador Administrativo: Bertil Levi Hammarstrom

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de Campus: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	20
3.1 Coordenação de curso.....	20
3.2 Equipe de elaboração:.....	20
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	20
3.4 Núcleo docente estruturante do curso.....	20
4 JUSTIFICATIVA.....	22
4.1 Justificativa da criação do curso.....	22
4.2 Justificativa da reformulação do curso.....	24
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES.....	34
5.1 Referenciais ético-políticos.....	34
5.2 Referenciais Epistemológicos.....	37
5.3 Referenciais Metodológicos.....	39
5.4 Referenciais orientadores da ação profissional.....	41
5.5 Referenciais legais e institucionais.....	47
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	52
6.1 Objetivo geral.....	52
6.2 Objetivos específicos.....	52
7 PERFIL DO EGRESSO.....	54
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	56
8.1 Articulação entre os domínios curriculares.....	57
8.2 Organização curricular segundo as DCNs.....	61
8.3 Oferta de componentes curriculares na modalidade Educação a Distância - EaD.....	63
8.4 Oferta de componentes curriculares com atividades de extensão.....	67
8.5 Atendimento às legislações específicas.....	73
8.6 Estrutura Curricular.....	75
Resumo de carga horária dos estágios, ACCs e TCC.....	88
8.9 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura curricular do curso..	90
8.10 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares..	94
9 CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM E PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO.....	185
9.2 Sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem.....	188



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	191
11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	194
12 PERFIL DOCENTE E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	202
12.1 Núcleo de apoio pedagógico.....	203
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	206
13.1 Docentes do <i>Campus</i> Cerro Largo que atuam no curso de Administração.....	206
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	210
14.1 Biblioteca.....	210
14.2 Laboratórios.....	211
14.3 Demais itens.....	215
15 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	217
15.1 Acessibilidade arquitetônica.....	217
15.2 Acessibilidade comunicacional.....	219
15.3 Acessibilidade programática.....	219
15.4 Acessibilidade metodológica.....	219
15.5 Acessibilidade atitudinal.....	220
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	221
ANEXOS.....	226
ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	226
ANEXO II – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES OU ATIVIDADES AUTÔNOMAS.....	258
ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	268
ANEXO IV: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	281



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Administração – Ênfase: Desenvolvimento socioeconômico

1.4 Grau: Bacharel em Administração

1.5 Título profissional: Administrador(a)

1.6 Local de oferta: *Campus* Cerro Largo

1.7 Número de vagas: 50 vagas anuais

1.8 Carga horária total: 3.315 horas

1.9 Turno de oferta: Matutino

1.10 Tempo mínimo para conclusão do curso: 8 semestres

1.11 Tempo máximo para conclusão do curso: 16 semestres

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 540 horas

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 180 horas

1.14 Coordenadora do curso: Profa. Louise de Lira Roedel Botelho

1.15 Ato Autorizativo: RESOLUÇÃO Nº 011/2012 – CONSUNI – Alterada pela RESOLUÇÃO Nº 23/CONSUNI/UFFS/2019

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em



escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de campus no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Capítulo VI Resolução 40/CONSUNI/CGAE/2022. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:



- PRO-IMIGRANTE (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”¹

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.²

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoou panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

¹SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

²TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.³ Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.⁴

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluímos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesoar, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

³UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

⁴UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construírem caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteira no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.⁵

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFMS) e Marcos Laffin (UFSC).⁶

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das

5RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.

6RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.



reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.⁷ O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.⁸

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.⁹

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os

7NICTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Uniãoeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

8Idem. Ibidem. p. 44-66.

9BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.¹⁰

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.¹¹

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e

10LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.

11PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.



indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).¹²

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior

¹²SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.



postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238 docentes e 266 técnico-administrativos).¹³

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.¹⁴

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.¹⁵ Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de

13UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro Tempore: 2009-2015.** Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.

14UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos.** Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.

15UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019.** Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021.**Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia, migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.¹⁶

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.¹⁷ É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.¹⁸

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a

16UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021.** Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

17NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.

18UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.



pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram



constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).¹⁹ Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar

19UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**.Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes, suprimidos.²⁰ Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGAE)

²⁰UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Denise Medianeira Mariotti Fernandes

3.2 Equipe de elaboração:

Artur Filipe Ewald Wuerges

Carlos Eduardo Ruschel Anes

Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Edemar Rotta

Édio Polacinski

Herton Castiglione Lopes

Izabel Gioveli

Louise de Lira Roedel Botelho

Monize Samara Visentini

Tânia Fenner Grützmann

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. Franz, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretoria de Registro Acadêmico/DRA)

Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração)
(Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências: Jane Lecardelli

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Administração, conforme Portaria nº 404/PROGRAD/UFFS/2022.



Quadro 1 - Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Artur Filipe Ewald Wuerges	Mestre	Específico
Carlos Eduardo Ruschel Anes	Doutor	Específico
Denise Medianeira Mariotti Fernandes	Doutora	Específico
Edemar Rotta	Doutor	Comum
Édio Polacinski	Doutor	Específico
Herton Castiglione Lopes	Doutor	Específico
Izabel Gioveli	Doutora	Conexo
Louise de Lira Roedel Botelho	Doutora	Específico
Monize Samara Visentini	Doutora	Específico



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

A UFFS no *Campus* de Cerro Largo atende às seguintes regiões: Missões, Celeiro, Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste, no Estado do Rio Grande do Sul. Na trajetória de ocupação dessas regiões gaúchas verifica-se a presença de diferentes povos e etnias. Originalmente ocupada por povos indígenas, especialmente guaranis e kaingangs, essa região teve a marcante presença dos missionários jesuítas, que organizaram reduções, durante o período de dominação espanhola até meados do século XVIII. Após a expulsão dos jesuítas, desenvolveu-se na região a agricultura camponesa de subsistência praticada pelos caboclos – lavradores nacionais, descendentes de europeus ibéricos, indígenas e negros. Ao final do século XIX, foram fundados diversos núcleos coloniais de imigrantes europeus, principalmente alemães, italianos e poloneses. A implantação do modelo colonial de ocupação e colonização, a partir do final do século XIX, proporcionou configuração agrária, caracterizada por minifúndios, baseada na policultura de subsistência e comercialização de excedentes nas suas diferentes esferas.

O cenário econômico e social que se desenha nas regiões atendidas pelo *Campus* foi caracterizado por baixos indicadores de desenvolvimento, redução do número de habitantes do meio rural e redução da população jovem com acesso ao ensino superior. A renda per capita da região das Missões, por exemplo, girava em torno de R\$ 4.587 no ano de 1999, enquanto a média do Estado estava em R\$ 7.299. Percebe-se que o contexto econômico desta região se mostrava menos dinâmico em comparação ao Rio Grande do Sul como um todo. Em 2013, a região continuava defasada, com PIB per capita de R\$ 25.232,41, enquanto o do Estado era de R\$ 29.657,28 (FEE, 2019).

A preocupação com a constante redução no número de habitantes no meio rural da região não é menos significativa. Esses habitantes, na falta de melhores oportunidades, acabavam migrando para os grandes centros metropolitanos. A Fundação de Economia e Estatística²¹ demonstra que a população rural da região das Missões, que girava em torno de 97.020 em 2000 reduziu-se a 72.139 em 2010. No Conselho Regional de Desenvolvimento Missões (COREDE)²², na região das Missões, a taxa de urbanização, que no ano de 1994

21 FEE (2019). Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em www.fee.tche.br. Acesso em 13 de junho de 2019.

22 FEE (2019). Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em www.fee.tche.br. Acesso em 13 de junho de 2019.



estava em 59,2%, aumentou para 68,4% em 2008.

Quanto aos jovens, observou-se uma incessante tentativa de migrar para centros maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho e qualificação. O número de jovens entre 15 e 19 anos na região das missões apresentou tendência de queda no período de 1997 a 2008, pois era de 24.955 passando para 20.548²³. Em 2010, contudo, ano de início das atividades letivas da universidade, aumentou o número de jovens nessa faixa etária (21.266). Embora a tendência de queda seja persistente (no ano de 2017 reduz-se para 17.870) o número de jovens entre 20 e 24 anos, idade que engloba o período de estudos no ensino superior, vem crescendo ao longo dos anos na região das missões (em 2010 era de 18.211 passando para 19.152 em 2010). A partir da criação da Universidade, e seus cursos, o número de pessoas que acessaram o ensino superior aumenta consideravelmente. Em 2009 eram 5.971 matriculados no ensino superior. Em 2017 passam a ser 7.870 (FEE, 2019).

Esses fatores demonstram a importância da criação e manutenção de cursos superiores na região. Além de ser uma forma de manutenção dos jovens, proporcionando sua qualificação, ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento, seja para o meio urbano ou rural. Basta observar que a redução do número de jovens no meio rural foi tema de constantes debates entre as diferentes entidades, demonstrando, até 2010, a falta de expectativas futuras quanto às possibilidades de qualificação e melhoria da qualidade de vida de uma população com plenas possibilidades de alavancar o desenvolvimento regional²⁴.

Adicionalmente a estes argumentos existem também gargalos que obstruem o desenvolvimento da região de abrangência do *Campus*. Entre esses, pode-se relacionar: falta de planejamento ambiental; falta de logística adequada para circulação da produção agrícola; falta de profissionais capacitados para diferentes setores e fragilidade nos processos de gestão. Assim, a proposta do curso de Administração, no *Campus* de Cerro Largo, é contribuir para a potencialização da economia de sua região de abrangência nos seus mais diferentes aspectos, principalmente no tocante ao desenvolvimento local-regional, através da formação de profissionais capacitados a realizarem diagnósticos da realidade socioeconômica e preparados para atuar nos mais variados espaços da produção e da prestação de serviços, de modo proativo e propositivo, especialmente nos campos que envolvem a administração privada e pública. A preparação de profissionais capacitados a intervir na realidade local-regional é

23 Outro problema é queda no número concluintes do ensino superior. No Estado do Rio Grande do Sul, no período de 2005 a 2009, o número de concluintes passa de 36.609 para 46.425. Enquanto isso, na região das missões, o indicador regride de 978 pessoas em 2005 para 539 em 2009 (FEE, 2019).

24 FEE (2010). Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em www.fee.tche.br. Acesso em 24 de outubro de 2010.



aspecto essencial para a dinamização do desenvolvimento, tendo em vista que a região apresenta baixos índices de pessoas com cursos superiores completos. Cada vez mais o conhecimento e as habilidades técnicas tornam-se essenciais na possibilidade de desenvolvimento das regiões.

4.2 Justificativa da reformulação do curso

O curso de Administração, *Campus* Cerro Largo, foi implantado e autorizado no ano de 2012, em decorrência da mudança do curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, implantado no ano de 2010. A mudança ocorreu para atender reivindicações, naquele período, da comunidade acadêmica que percebeu que um curso de Administração, com linha de formação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, poderia contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento da região, além de propiciar melhor a inserção dos discentes no mercado de trabalho.

Transcorridos sete anos de sua autorização e implantação, na perspectiva de uma sociedade em constante mudança, em especial mudanças tecnológicas, que impactam fortemente na forma de agir e pensar, a realidade do curso se alterou substancialmente e seu colegiado, acompanhado do Núcleo Docente Estruturante, com base no relatório de reconhecimento do curso, produzido pelo INEP, nas autoavaliações, e relatórios da Comissão Própria de Avaliação, realizadas nos últimos anos, percebeu a necessidade de readequações frente às novas demandas.

Assim, o novo PPC traz adequações no turno de oferta do curso, na linha de formação, na inserção de carga horária não presencial, na carga horária total, no número de componentes curriculares, no estágio curricular supervisionado obrigatório, no trabalho de conclusão de curso, nas atividades curriculares complementares e na implementação de carga horária destinada à pesquisa e extensão.

O curso de Administração ofereceu anualmente 50 (cinquenta) vagas em turno integral, de acordo com o PPC de 2012, e sua estrutura curricular possuía oito semestres de integralização dos conteúdos. No entanto, esta configuração estava dificultando aos acadêmicos sua participação em projetos institucionais de pesquisa e extensão, os quais exigiam vinte horas de dedicação semanal. Também se percebeu, nos últimos anos, o desejo dos acadêmicos em trabalhar ou estagiar meio turno, no intuito de obterem experiência no mercado de trabalho, além da necessidade de remuneração financeira para suas subsistências.



Dessa forma, a matriz curricular 2020 foi revisada, dando origem a estrutura curricular do novo PPC que possibilita a integralização dos conteúdos em oito semestres cursados exclusivamente no período matutino. Outras mudanças podem ser visualizadas na Figura 01.

Figura 01 – Mudanças estruturais do PPC

PPC 2012	PPC 2020	NOVO PPC
Semestres: 8	Semestres: 8	Semestres: 8
Carga horária total: 3.390 horas	Carga horária total: 3.315 horas	Carga horária total: 3.315 horas
Carga horária não presencial: 0 horas	Carga horária não presencial: 405 horas	Carga horária não presencial: 480 horas
Estágio curricular supervisionado: 120 horas	Estágio curricular supervisionado: 90 horas	Estágio curricular supervisionado: 90 horas
Trabalho de conclusão de curso: 120 horas	Trabalho de conclusão de curso: 105 horas	Trabalho de conclusão de curso: 105 horas
Extensão: 0 horas	Extensão: 340 horas	Extensão: 340 horas
Pesquisa: 0 horas	Pesquisa: 45 horas	Pesquisa: 45 horas
ACCs: 180 horas	ACCs: 180 horas	ACCs: 180 horas
CCRs: 60	CCRs: 50	CCRs: 50

Conforme a Figura 01, observa-se a redução da carga horária total de 3.390 (três mil trezentas e noventa) horas, da matriz 2012, para 3.315 (três mil trezentas e quinze) horas, na matriz 2020 e na nova estrutura curricular, respeitando a carga horária mínima de 3.000 (três mil) horas estabelecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de Administração e implementação de 480 (quatrocentas e oitenta) horas à distância (EaD) ou não presenciais, e, ainda 340 (trezentas e quarenta) horas destinadas às atividades de extensão que podem ocorrer fora do *Campus* ou trazer a comunidade para dentro dele. Destaca-se que a inserção de 14,48% (quatorze vírgula quarenta e oito por cento de não presencialidade respeitando a legislação vigente que permite 40% (quarenta por cento).

Dentre as vantagens da inclusão da semipresencialidade e da educação à distância pode-se destacar três: a flexibilização das atividades, os ganhos pedagógicos e a adequação ao novo perfil profissional dos administradores.

Quanto à flexibilidade, nos últimos anos, as atividades em EaD (Educação a Distância), tem suprido grandes carências dos indivíduos que não tiveram oportunidade de cursar uma universidade presencial (BASTOS, 2017). Neste sentido, a inclusão de atividades não presenciais em cursos de graduação presenciais pode suprir carências dos estudantes quanto aos turnos disponíveis para a realização de atividades extraclasse, como trabalho formal, estágio, extensão e pesquisa.

Outro objetivo da inclusão de atividades não presenciais, de acordo com as DCNs, é o



“uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos (das) professores (as) e estudantes” (BRASIL, 2015, p. 9). Assim, há um papel importante das universidades em proporcionar, no processo educativo, o uso destas ferramentas no ensino-aprendizado. O uso das TICs mostrou-se efetivo com a revolução tecnológica que abre caminhos para reestruturação da teoria e da prática educacional, do desenvolvimento da autonomia e possibilidades de aquisição de novas aprendizagens por parte dos docentes e dos discentes.

Conforme estudo de Pilatti e Lievore (2018), sobre o papel da revolução tecnológica nas universidades, desde a primeira Revolução Industrial até os dias atuais, a universidade vem sendo solicitada a prover profissionais qualificados e capazes de sustentar as transformações sociais, econômicas e tecnológicas em curso. Visto estas competências, percebe-se que a multidisciplinaridade é uma competência citada por muitos autores. Isso mostra a importância de um profissional que esteja qualificado para atuar em diversas áreas, que possa tomar decisões frente a qualquer obstáculo ou dificuldade (SCHWAB, 2016). A era digital, vinda com a revolução tecnológica, intervém, diretamente, no espaço escolar, sobretudo, quando os estudantes estão em constante convívio com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Dessa época surgiram, conforme estudo de Guerin, Priotto e Moura (2018), os Nativos Digitais ou Geração Z, como são conhecidas as crianças nascidas depois de 1980 e, os adolescentes que usufruem, frequentemente, de dispositivos tecnológicos de comunicação e entretenimento. Esse grupo veio ao mundo no período em que a tecnologia estava diversificando o modo de viver e socializar na sociedade, pois, para eles o uso de ferramentas digitais processa-se desde a infância. Deste modo, o espaço acadêmico, deve estar preparado para suprir as necessidades de um mercado de trabalho mais tecnológico, bem como, de acadêmicos que anseiam novas tecnologias e metodologias.

No Congresso Internacional de Educação e Tecnologias e o Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, do ano de 2018, dentre os eixos temáticos discutidos, teve-se o “Materiais didáticos, conteúdos e inovação dos meios de ensino-aprendizagem e para a acessibilidade”. Analisando os mais diversos estudos apresentados no congresso destaca-se, que a semipresencialidade e a educação à distância, veem sendo discutida com base nos modelos americanos como: o *Blended Learning* (Ensino Híbrido), *Flex*, ou *Flipped Classroom* (Aula invertida), que tendem a observar ferramentas para ganhos pedagógicos aos acadêmicos, como: Videoaula; mensagem (e-mail), Chat, fóruns de discussão, material digital, blogs, de forma geral são ferramentas assíncronas (que independem de lugar e tempo)



e as síncronas (relação professor aluno em tempo agendado). Além disso, os estudos evidenciam a importância do uso de múltiplos recursos. Outro elemento relevante é a utilização das ferramentas disponíveis do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que as universidades possuem (SIGAA – no caso da UFFS) e outros recursos disponíveis na internet, como o Google formulário, para elaboração e aplicação de pesquisas online (podendo ser utilizado na disciplina de Pesquisa de Marketing, por exemplo). Então, como destacado por Valente (2018), o uso do EaD torna o aprendizado mais ativo, ou seja, o acadêmico tem atividades não presenciais, nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, como cases, games, leituras, etc. e usa a sala de aula como espaço de discussão e maior interação.

Segundo Soto (2009), o ambiente virtual de aprendizagem, que representa a sala de aula online, é um conjunto de interfaces, ferramentas e estruturas decisivas para a construção da interatividade e da aprendizagem.

Diante deste cenário, de revolução tecnológica e geração Z, observa-se que as competências exigidas pelo administrador, estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 5, de 14 de outubro de 2021, já podem ser revistas, conforme Fórum Econômico Mundial²⁵. Pois, diante das mudanças, as empresas destacaram três estratégias futuras para administradores: habilidades relacionadas às novas tecnologias; automatização das tarefas e, por fim, treinar os funcionários existentes. Neste sentido, o perfil do egresso em Administração tende a se alterar, sendo esperados profissionais capazes de prever soluções complexas, que tenham pensamento crítico, criativos, gestão de pessoas, empatia, inteligência emocional, bom senso e tomada de decisão, orientação para serviços, negociação, e flexibilização cognitiva. O Conselho Regional de Administração (CRA/RS), já vem evidenciando em suas notícias no site e revista esta tendência. Por exemplo na revista nº 160, uma entrevista com Stadlober (2019), evidencia-se que o perfil do administrador vai ao encontro do que vem sendo apresentado no Fórum Econômico Mundial, onde os cursos precisam estar sempre se reinventando e acompanhando as demandas da sociedade e as mudanças do mercado. Ela percebe nos cursos de Administração um grande crescimento do ensino a distância e do ensino híbrido, do uso de metodologias ativas e tecnologia, da qualificação com experiências internacionais. De tal forma, observa-se que há uma tendência na adequação do perfil profissional dos administradores, evoluindo-se para um perfil que possua as competências ligadas a tecnologias.

Em relação ao Estágio curricular supervisionado obrigatório, pode ser observado na

25 <https://www.weforum.org/>



Figura 01, que o novo PPC conservou a alteração feita de 120 (cento e vinte) horas para 90 (noventa) horas, incluindo carga horária em EaD, sendo 15 (quinze) horas de carga horária teórica, 15 (quinze) horas de carga horária EaD, além de 60 (sessenta) horas práticas de estágio nas unidades concedentes. Embora tenha ocorrido redução na carga horária, ressaltase que o novo PPC, assim como previsto no PPC 2020, proporciona outras oportunidades práticas ao introduzir 340 (trezentas e quarenta) horas de extensão, disponíveis para a comunidade interna e para a comunidade externa.

O Trabalho de conclusão de curso por sua vez, foi alterado o número de horas teóricas e acrescentado horas em EaD, logo, das 105 (cento e cinco) horas, 30 (trinta) horas de carga horária teórica presencial, 30 (trinta) horas de carga horária EaD e 45 (quarenta e cinco) horas de pesquisa. Adicionalmente, para integralizar a estrutura curricular da formação, os discentes devem cursar, no sétimo nível, o CCR Projeto de trabalho de conclusão de curso, composto de 60 (sessenta) horas, sendo 30 (trinta) horas teóricas presenciais e 30 (trinta) horas em EaD, onde se elabora o projeto que dará suporte a pesquisa que será executada no Trabalho de conclusão de curso.

Cabe destacar que, embora as DCNs que regulamentam os projetos dos cursos de graduação em Administração facultem a opção do Estágio curricular supervisionado obrigatório e do Trabalho de conclusão de curso, o novo PPC, primando pela formação plena dos discentes, optou pela manutenção de ambos os componentes com as alterações descritas.

No intuito de atender a RESOLUÇÃO CNE Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, onde o Artigo 4º determina que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, foram definidas no novo PPC, 340 (trezentas e quarenta) horas de extensão, sendo 240 (duzentas e quarenta) horas distribuídas em treze CCRs (Administração da produção II, Administração financeira I, Administração financeira II, Contabilidade introdutória, Direito tributário e do trabalho, Fundamentos Socioantropológicos, Gestão de custos, Logística, Componente Optativo IV, Pesquisa de marketing, Planejamento estratégico I, Planejamento estratégico II e Teorias da administração II) e 100 (cem) horas em Atividades curriculares complementares.

Desse modo, a curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), foi regulamentada pela Resolução n. 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 e na UFFS está indicada na RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021 que aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e



de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este projeto pedagógico propõe a inserção das atividades de extensão norteadas para a prática profissional ao ofertar CCRs de formação profissional em formato misto: parte de sua carga horária teórica e parte em extensão. Nesse formato, a atividade de extensão é desenvolvida no contexto da turma, com a condução do docente do CCR.

Além deste conjunto de CCRs, o discente deverá cumprir 100 horas de atividades curriculares complementares de extensão realizadas na Empresa Jr, na Incubadora Tecnológica e Social (ITECS) e na participação de programas e projetos de extensão institucionalizados na UFFS.

No seu Art. 5º a Resolução estrutura a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Neste sentido, a resolução busca auxiliar as instituições a apresentarem currículos não fragmentados e estanques, que possam formar profissionais que conheçam as demandas sociais; ou que ao menos sejam sensíveis, e que se sintam capazes de aplicar seus conhecimentos à resolução das demandas práticas. Para Luana e Folgueiras (2014), a participação comunitária é uma ferramenta de aprendizagem que oferece uma experiência holística, com experiência e aplicabilidade direta e imediata do que aprende. Também, a extensão desenvolve a sensibilidade social nos estudantes e professores com potencial de promover transformações da realidade a partir da parceria universidade e sociedade.

Elemento que corrobora com a prática da extensão na universidade é um dos estudos desenvolvidos pela UFFS, *Campus Cerro Largo*, que é o trabalho de Minetto et al. (2016), o qual teve como objetivo avaliar os resultados alcançados pelo programa de extensão da incubadora na visão dos discentes, com relação ao desenvolvimento pessoal e acadêmico, o papel da extensão em uma universidade pública, a relação entre extensão e ensino/pesquisa. Como resultado, o estudo observou que há relação entre ensino/pesquisa e extensão por meio



deste projeto, os discentes concordaram que realizar atividades que não estavam na grade curricular do curso contribuiu para o desenvolvimento acadêmico, e que se tornarem menos tímidos e conseguir falar em público, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal. A extensão é uma contribuição da universidade para com a sociedade e que é uma área imprescindível em todo curso. Elementos que evidenciam que tornar a atividade obrigatória no curso de Administração tende a melhorar o perfil dos futuros profissionais.

Por fim, pode ser observado na Figura 01, a redução do número de componentes curriculares de 60 (sessenta) para 50 (cinquenta), sem prejuízo a qualidade, distribuídas em CCRs de formação básica, formação profissional, estudos quantitativos, linha de formação, componentes optativos e as atividades autônomas que eram denominadas ACCs nos PPCs anteriores.

As DCNs dos cursos de graduação em Administração preveem conteúdos de formação básica relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como, os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas.

Figura 02 – Conteúdos de formação básica

PPC 2012	PPC 2020	NOVO PPC
Antropologia para administradores	Comportamento organizacional	Comportamento organizacional
Contabilidade introdutória	Contabilidade gerencial	Contabilidade gerencial
Direito empresarial	Contabilidade introdutória	Contabilidade introdutória
Direitos e cidadania	Direito empresarial	Direito empresarial
Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	Direito tributário e do trabalho	Direito tributário e do trabalho
Economia I	Direitos e cidadania	Direitos e cidadania
Economia II	Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	Economia brasileira e políticas de desenvolvimento
Filosofia e ética	Economia I	Economia I
Fundamentos da crítica social	Economia II	Economia II
História da fronteira sul	Filosofia e ética	Filosofia e ética
Iniciação à prática científica	Fundamentos socioantropológicos	Fundamentos socioantropológicos
Introdução a informática	Gestão de tecnologias e sistemas de informação	Gestão de tecnologias e sistemas de informação
Introdução ao pensamento social	Iniciação à prática científica	Iniciação à prática científica
Leitura e produção textual I	Introdução ao pensamento social	Introdução ao pensamento social
Leitura e produção textual II	Meio ambiente, economia e sociedade	Meio ambiente, economia e sociedade
Meio ambiente, economia e sociedade	Produção textual acadêmica	Produção textual acadêmica
Processo decisório		
Psicologia organizacional		
Responsabilidade socioambiental		
CCRs: 19	CCRs: 16	CCRs: 16
Carga horária: 990 horas	Carga horária: 960 horas	Carga horária: 960 horas

De acordo com a Figura 02, verifica-se redução da carga horária de 990 (novecentas e



noventa) horas, da matriz 2012, para 960 (novecentas e sessenta) horas distribuídas nos diferentes componentes curriculares, da matriz 2020 e mantidas estrutura curricular do novo PPC. As principais alterações foram a redução de estudos sociológicos, que era composto por seis CCRs (Introdução ao pensamento social, Meio ambiente, economia e sociedade, Fundamentos da crítica social, Direitos e cidadania, Responsabilidade socioambiental e História da Fronteira Sul) e passa ser contemplado pelos CCRs Direitos e cidadania, Introdução ao pensamento social e Meio ambiente, economia e sociedade. Essa redução veio dar oportunidade de ampliação de estudos das ciências jurídicas que era contemplado em um único CCR (Direito empresarial) e passa a ter dois CCRs (Direito empresarial e Direito tributário e do trabalho) e estudos contábeis, antes contemplados por um único CCR (Contabilidade introdutória) e passa a ser contemplado por dois CCRs (Contabilidade introdutória e Contabilidade gerencial).

As DCNs preveem conteúdos de formação profissional, relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços e linha de formação.

Figura 03 – Conteúdos de formação profissional

PPC 2012	PPC 2020	NOVO PPC
Administração da produção I	Administração da produção I	Administração da produção I
Administração da produção II	Administração da produção II	Administração da produção II
Administração de custos	Administração de marketing	Administração de marketing
Administração de marketing	Administração de materiais	Administração de materiais
Administração de materiais	Administração financeira I	Administração financeira I
Administração de recursos humanos I	Administração financeira II	Administração financeira II
Administração de recursos humanos II	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos
Administração de sistema de informação	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos
Administração e análise de projetos	Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise	Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise
Administração estratégica	Empreendedorismo	Empreendedorismo
Administração financeira I	Estágio curricular supervisionado	Estágio curricular supervisionado
Administração financeira II	Estratégia de marketing	Estratégia de marketing
Comercialização de produtos agropecuários	Gestão de custos	Gestão de custos
Desenvolvimento de recursos humanos	Gestão de pessoas I	Gestão de pessoas I
Desenvolvimento rural	Gestão de pessoas II	Gestão de pessoas II
	Logística	Logística
	Organização, sistemas e métodos	Organização, sistemas e métodos
	Pesquisa de marketing	Pesquisa de marketing



Empreendedorismo e criatividade Empreendimentos e modelos de negociação Estágio curricular supervisionado Estratégia mercadológica Gestão agroindustrial Introdução a administração Logística Matemática financeira Organização de cadeias agroindustriais Organização, sistemas e métodos Pesquisa mercadológica Planejamento financeiro e orçamentário Projeto de trabalho de curso Teoria cooperativista I Teorias da administração Trabalho de curso CCR: 31 Carga horária: 1.770 horas	Planejamento estratégico I Planejamento estratégico II Planejamento financeiro e orçamentário Projeto de trabalho de conclusão curso Teorias da administração I Teorias da administração II Trabalho de conclusão curso CCR: 25 Carga horária: 1.695 horas	Planejamento estratégico I Planejamento estratégico II Planejamento financeiro e orçamentário Projeto de trabalho de conclusão curso Teorias da administração I Teorias da administração II Trabalho de conclusão curso CCR: 25 Carga horária: 1.695 horas
--	--	--

A Figura 03 demonstra a redução de 31 (trinta e um) componentes para 25 (vinte e cinco) e redução da carga horária de 1.770 (mil setecentas e setenta) para 1.695 (mil seiscentas e noventa e cinco) horas. Algumas modificações limitaram-se na alteração da carga horária, na nomenclatura e verificação de sobreposições de ementas. A principal alteração se materializou em componentes direcionados a linha de formação do curso, definida como Desenvolvimento rural e gestão agroindustrial, no PPC de 2012, composta pelos CCRs Gestão agroindustrial, Comercialização de produtos agropecuários, Organização de cadeias agroindustriais, Desenvolvimento rural e Teoria cooperativista I, e que no PPC 2020 foi definida como Desenvolvimento socioeconômico, composta pelos CCRs Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos, Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos e Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise e essa ênfase se manteve no Novo PPC.

As DCNs preveem conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.

Figura 04 – Conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias

PPC 2012	PPC 2020	NOVO PPC
----------	----------	----------



Estatística básica Estatística para administradores Matemática instrumental Matemática para administradores Pesquisa Operacional CCRs: 5 Carga horária: 300 horas	Cálculo I Estatística básica Matemática C Matemática financeira Pesquisa Operacional CCRs: 5 Carga horária: 300 horas	Cálculo I Estatística básica Matemática C Matemática financeira Pesquisa Operacional CCRs: 5 Carga horária: 300 horas
---	---	---

Conforme se verifica na Figura 04, modificações foram realizadas em relação aos componentes sem a alteração da carga horária. Cabe destacar que o conteúdo Teoria dos jogos que no PPC de 2012 era abordado como componente optativo, passou a ser abordado na ementa do CCR de Planejamento Estratégico I, possibilitando assim que todos os discentes tenham acesso a esse conteúdo.

Por fim, as DCNs preveem conteúdos de formação complementar, que são estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do discente.

Figura 05 – Conteúdos de formação complementar

PPC 2012	PPC 2020	NOVO PPC
Optativa I (30 horas)	Componente Optativo I (60 horas)	Componente Optativo I (60 horas)
Optativa II (30 horas)	Componente Optativo II (30 horas)	Componente Optativo II (30 horas)
Optativa III (30 horas)	Componente Optativo III (30 horas)	Componente Optativo III (30 horas)
Optativa IV (30 horas)	Componente Optativo IV (60 horas)	Componente Optativo IV (60 horas)
Optativa V (30 horas)	ACCs (180 horas)	ACCs ou Aas (180 horas)
ACCs (180 horas)		
Carga horária: 330 horas	Carga horária: 360 horas	Carga horária: 360 horas

Os componentes optativos, definidos em cinco no PPC de 2012 e com carga horária de 150 (cento e cinquenta horas), passam a ser quatro, com carga horária de 180 (cento e oitenta) horas, no PPC de 2020 e foram mantidos no Novo PPC. Enquanto que as atividades curriculares complementares permaneceram com o mesmo número de horas.

De forma geral, as mudanças propostas no novo PPC, pretendem deixar o curso de Administração atrativo e flexível aos futuros profissionais, atualizando o curso ao perfil profissional necessário às organizações, sem deixar de atentar para um método pedagógico com qualidade.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES

5.1 Referenciais ético-políticos

A UFFS nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior público e gratuito, especialmente às populações historicamente excluídas. Consideradas regiões deprimidas e com indicadores históricos de baixo acesso ao Ensino Superior, foram incluídas no plano de expansão das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, a partir da segunda metade da década de 2000. Neste contexto a UFFS foi criada para ampliar as possibilidades de acesso ao Ensino Superior e para contribuir na dinamização dos processos de desenvolvimento da região Grande Fronteira do Mercosul²⁶, conforme denominação atribuída pelo “Programa das Mesorregiões Diferenciadas”, elaborado no âmbito do Ministério da Integração Nacional e incluso na Política Nacional de Desenvolvimento Regional e nos Planos Plurianuais de Investimento do Governo Federal de 2004-07 e 2008-11.

Este princípio originário da UFFS está explícito em sua missão, ao definir três eixos essenciais para a mesma: (1) assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social; (2) desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, buscando a interação e a integração das cidades e dos estados que compõem a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e seu entorno; (3) promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso.

Da mesma forma, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2018), a UFFS reafirma esse compromisso com a promoção da educação superior pública, gratuita e de qualidade, promovida pela constante interação entre ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento regional, quer pela formação de pessoas capacitadas a interagirem nos mais diversos espaços produtivos e sociais, quanto pela articulação e inflexão no contexto institucional, dos movimentos e das organizações da sociedade civil e política. Reitera-se um compromisso social, mas também afirma-se um

26 “A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná. Esta Mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina e compreende 396 municípios, com área total de 120,8 mil quilômetros quadrados e população de 3,8 milhões de habitantes” (UFFS, 2012, p.15).



compromisso acadêmico, no sentido da promoção da ciência e da construção do conhecimento, na permanente interação com a cultura geral produzida pela humanidade e os desafios emanados da realidade local-regional.

Por suas características de criação, constituição e missão, a UFFS afirma-se, na sua região de atuação, como uma Universidade Pública que assume um caráter popular, no sentido de emergir das lutas dos movimentos e organizações sociais, por também buscar formas de construir a mediação entre as demandas trazidas por essa sociedade local-regional e os saberes constituídos nas diversas áreas do conhecimento e por realizar uma opção clara de criar instrumentos que viabilizem o acesso prioritário, aos seus cursos e programas, de estudantes provenientes das escolas públicas e de grupos sociais em condições de exclusão e marginalização do acesso ao ensino superior público e gratuito.

No Estatuto, Regimento Geral e Regulamentos específicos (graduação, pós-graduação e extensão e cultura), os três eixos da missão institucional também se fazem presentes, indicando que os diversos programas e projetos tenham sempre presente o compromisso social e a qualidade acadêmica, no sentido de uma Universidade Participante, como preconiza a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), em sua Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI²⁷. Como universidade pública, a UFFS entende o caráter participante no sentido de interagir proativamente na sociedade, buscando estabelecer parcerias com instituições congêneres nas suas áreas específicas de atuação e também com demais instituições da sociedade civil a fim de criar espaços de formação e atuação dos próprios acadêmicos em atividades desenvolvidas no âmbito dos componentes curriculares do curso, dos estágios supervisionados e voluntários, da Empresa Júnior, da Incubadora Tecnológica e Social (ITECS), do Laboratório de Projetos Sociais e Tecnológicos e dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

As DCNs dos cursos de graduação em Administração, Bacharelado (Resolução CNE/CES nº 5, de 14 de outubro de 2021) também reiteram a necessidade de uma formação que articule a capacidade de construção (elaboração e reelaboração de conhecimentos) de conhecimentos com a capacidade de leitura e percepção da realidade. No seu Art. 3º, ao explicitar o perfil desejado do formando, tem-se a:

(saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer), que inclua as capacidades fundamentais descritas nestas Diretrizes e que seja coerente com o ambiente profissional para o qual o egresso será preparado, seja ele local, regional, nacional ou global. (DCN/CES, 2021, p. 47).

27 Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>



Para a concretização deste perfil desejado, as Diretrizes apontam um conjunto de competências e habilidades na linha da formação científico-técnica e da compreensão da realidade, bem como a indicação de conteúdos, “que constituem o perfil do egresso deve apresentar um equilíbrio adequado de competências humanas, analíticas e quantitativas.” (DCN/CES, 2021, p. 47).

Percebe-se que os documentos institucionais da UFFS, as indicações da UNESCO e as DCNs dos cursos de graduação em Administração apontam na direção da formação de profissionais com sólida formação científico-técnica e sintonizados com a realidade, no sentido de atuarem nela de forma proativa e interativa, contribuindo para o desenvolvimento das sociedades e organizações nas quais participam. A sólida formação científico-técnica, em um cenário de complexidade do conhecimento e da realidade, requer que o profissional compreenda as bases nas quais os diferentes tipos de conhecimento são produzidos, como interagem, como são passíveis de aplicação, quais suas possibilidades e quais seus limites, tendo sempre presente que o objetivo último de qualquer conhecimento é a humanidade, entendida como a totalidade de seres humanos em seus processos de interação com a natureza e vida em sociedade.

Esse imperativo ético do conhecimento, estando a serviço da humanidade, requer que o profissional que se pretenda “formar” nos cursos de administração seja imbuído de pressupostos socioantropológicos que afirmam princípios básicos em relação aos seres humanos, à natureza e à sociedade. Em relação aos seres humanos destacam-se os princípios da liberdade, da dignidade, da igualdade jurídica e de oportunidades, da diversidade e da pluralidade de ideias e de formas de ser, pensar, sentir e viver. Em relação à natureza destaca-se o princípio da sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões. Em relação à sociedade, destacam-se os princípios da democracia, pluralidade de pensamento, diversidade cultural, inclusão social, autonomia dos sujeitos, respeito às individualidades, valorização das instituições, solidariedade e equidade. A opção por alicerçar o processo formativo a partir de princípios de humanidade denota um compromisso com a ética da responsabilidade, na linha apregoada por Max Weber, quando a ação é fundada na racionalidade, capaz de definir fins e meios de forma a prever as consequências e a saber lidar com elas.

Esta compreensão do processo formativo a partir de um imperativo ético de humanidade é fundamental no entendimento do processo de profissionalização do trabalho na sociedade moderna e contemporânea. Ela nos permite compreender a dimensão ontológica do trabalho, enquanto mediação básica na produção de bens, serviços, cultura e conhecimentos; como



princípio educativo; e como princípio de organização da vida em sociedade. Permite entender as diferentes profissões como possibilidades de especialização do trabalho, inseridas na divisão sociotécnica do mesmo, a partir das exigências e demandas da sociedade. Viabiliza que se compreenda os imperativos éticos para o exercício profissional, emanados dos direitos humanos universais, do senso de justiça e solidariedade entre os povos, dos objetivos e fins das instituições, dos aparatos legais existentes e na necessidade de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis pautadas na justiça social e na convivência solidária entre sujeitos emancipados.

Neste sentido, o curso de administração emerge como um espaço privilegiado, proporcionado por uma Universidade pública, popular e participante, no sentido de contribuir para a formação de sujeitos conscientes de sua realidade, preparados humana e intelectualmente, capacitados a lidar com as ferramentas proporcionadas pelo conhecimento científico, imbuídos de profundo senso ético e comprometidos com uma qualificada atuação profissional e social.

5.2 Referenciais Epistemológicos

Vivemos em uma sociedade complexa e que muda constantemente, em velocidades cada vez maiores e mais desafiadoras, especialmente a quem lida com processos de produção, construção/reconstrução e disseminação do conhecimento. Essa complexidade dos processos sociais, do conhecimento e do processo de sua construção e disseminação requer o que Morin (2005) define como uma “epistemologia da complexidade”, que busca romper com as fragmentações, típicas da ciência cartesiana, na direção de posturas dialógicas que favoreçam uma compreensão acurada e articulada dos fenômenos complexos. “A complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo” (2007, p. 13). Complexidade é o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações e acasos que constitui o universo fenomênico como um todo irremediavelmente relacionado, produto de infinita quantidade de interações e que não pode ser separado sob pena de comprometer sua compreensão. O pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional, em todas as suas variáveis, incertezas, indeterminações, fenômenos, no sentido de superar a fragmentação e buscar a visão de conjunto. Porém, uma visão de conjunto como “tecido junto”, multidimensional, em pleno processo de construção/reconstrução,



ordem/desordem/organização, partes e todo, dinâmico e sempre aberto ao novo.

A epistemologia da complexidade assenta-se em três princípios fundamentais. O primeiro deles é a dialógica, entendida como a unidade complexa entre duas lógicas, entidades ou instâncias complementares, concorrentes e antagônicas que se alimentam uma da outra, se completam, mas também se opõem e combatem. Ela permite compreender termos, ao mesmo tempo complementares e antagônicos. O segundo princípio é o da recursão organizacional, que traz a ideia da simultaneidade, que nos permite compreender que o indivíduo produz a sociedade em que vive, mas, ao mesmo tempo, é produzido por ela em um ciclo auto-constutivo, auto-organizador e auto-produtor. O terceiro é o princípio hologramático, que traz a ideia de ultrapassar o reducionismo, que vê apenas as partes e o holismo que vê apenas o todo, em direção a uma compreensão que articula o todo e as partes, vendo o todo nas partes e as partes no todo. Estes três princípios possibilitam entender o conjunto das relações entre o sujeito e sua auto-organização, entre o objeto e sua auto-organização, e a auto-organização entre ambas as organizações, do sujeito e do objeto, ultrapassando as compreensões dualistas que marcam a ciência e a sociedade moderna, fundadas no paradigma cartesiano (MORIN, 2007).

Uma postura epistemológica fundada na complexidade requer que se trabalhe com os alunos na direção da compreensão dos métodos que permitem o estabelecimento das relações recíprocas e das influências mútuas entre as partes e o todo na complexidade dos fenômenos. No sentido de compreender as diferentes formas de produção do conhecimento e relações entre elas; as diferentes ciências e as relações entre elas; as diferentes formas de entender a realidade e as relações entre elas; as diferentes formas de organizar a sociedade e as relações entre elas; as diferentes formas de entender as organizações empresariais e as relações entre elas; as diferentes formas de gestão e as relações entre elas; as diferentes formas operacionais e as relações entre elas; entre outros. Trata-se, portanto, de privilegiar a compreensão dos fenômenos em suas múltiplas dimensões e interações, acentuando a dimensão do “ensinar a pensar”, muito mais do que o “ensinar como e o que pensar”.

Este “ensinar a pensar” caminha na direção ativa de compreender a proposta pedagógica do curso e o currículo que a operacionaliza, no contexto dos desafios da realidade, do Projeto Institucional da UFFS, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da produção do conhecimento na área e das demandas para a formação e o exercício profissional. A proposta pedagógica do curso de Administração, *Campus* Cerro Largo, busca integrar a formação acadêmica e a profissional, de forma a preparar administradores com competência científica e



técnica, mas também comprometidos com o enfrentamento dos desafios da realidade local-regional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, da justiça social, da emancipação e da cidadania. Busca democratizar o acesso aos conhecimentos elaborados historicamente pela humanidade e também aos próprios meios necessários para produzi-los e socializá-los. O faz através da integração indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão, presentes, de forma permanente, nos diferentes domínios (comum, conexo e específico), campos interligados de formação (formação básica, formação profissional, estudos quantitativos e suas tecnologias e formação complementar), componentes curriculares, projetos e atividades desenvolvidos ao longo do processo de implantação do curso. Aspectos que são detalhados na organização curricular do curso.

5.3 Referenciais Metodológicos

Tendo como referência a epistemologia da complexidade, a centralidade do processo pedagógico não está no domínio e na aplicação de determinados métodos ou instrumentos capazes de viabilizar o processo de ensino-aprendizagem, mas sim na construção de “estratégias de aprendizagem”. Para o pensamento complexo, o método é uma estratégia do sujeito que se apoia em segmentos programados, que poderão ser revistos em função da dialógica entre estas estratégias e a própria caminhada, ou seja, o método é um programa de aprendizagem que encontra seu êxito não no resultado final, mas através das retroações, da errância e das regulações que ocorrem durante a caminhada. Valoriza-se não apenas os princípios de controle e vigilância do método, mas se vai além, incorporando a abertura, o imprevisto, a eventualidade e a diversidade. Para o pensamento complexo, método é o “que ensina a aprender” e não somente o que permite chegar a uma verdade (FAVERO; TAUCHEN, 2013).

O pensamento complexo propõe caminhos que se mostram mais ou menos frutuosos durante a caminhada dialógica, na qual a participação inventiva do sujeito pode evidenciar os princípios gerativos do método e, ao mesmo tempo, promover a criação de outros princípios, favorecendo o desenvolvimento de estratégias para o conhecimento e para a ação. Portanto, trata-se de uma postura que propõe papel ativo dos sujeitos e dos processos, no sentido de uma construção/reconstrução constante em direção à aprendizagem (FAVERO; TAUCHEN, 2013).

Nesta construção de programas e/ou estratégias de aprendizagem a partir do pensamento



complexo, Favero e Tauchen (2013) referem a necessidade de se observar alguns “macroconceitos ou princípios-guia que podem ser considerados operadores cognitivos da complexidade”. Destacam:

1º. O princípio sistêmico-organizacional: que nos ajuda a ligar o conhecimento das partes ao todo e vice-versa; entender os fenômenos como multidimensionais; perceber os conhecimentos para além das informações; entender os conteúdos muito mais do que conceitos, procedimentos e atitudes previstos pelo professor, pois envolvem as dinâmicas do processo pedagógico, que ocorrem por meio das interações que mediatizam a construção de significados múltiplos e imprevisíveis; compreender a aprendizagem como um todo, que representa mais e menos que a soma das dimensões cognitiva, física, técnica, cultural, espiritual e emocional; perceber que a pesquisa, que tem como intencionalidade a compreensão, busca entender o objeto relacionalmente, reconhecendo as redes de relações contextuais que a engloba e condiciona, bem como as propriedades que emergem e que são diferentes das propriedades das partes; e superar o enfoque disciplinar, na direção da transdisciplinaridade e da multirreferencialidade do conhecimento.

2º. O princípio hologramático: que retrata o movimento entre o todo e as partes, entendendo que não só os indivíduos estão nas organizações, mas as organizações estão nos indivíduos; não só o sujeito está no objeto, mas o objeto está no sujeito. Remete à ideia de movimento, de circularidade constante entre o todo e as partes, as partes e o todo, superando a linearidade das explicações indutivas ou dedutivas que orientam a ciência moderna.

3º. O princípio recursivo: que retrata a ideia de uma organização cujos efeitos e produtos são necessários à sua própria causação e produção. Nos dá a ideia de uma espiral de autorregulação e auto-organização, que gera uma dinâmica de natureza autoprodutora daquilo que produz. Nesta perspectiva, o sujeito e o conhecimento produzidos pela ação investigativa são sempre processuais e codeterminados. Não há linearidade, mas uma circularidade interativa e contínua entre sujeito e objeto, em constante vir-a-ser.

4º O princípio dialógico: que busca superar as dicotomias entre ordem e desordem, sujeito e objeto, imaginação e verificação, empirismo e realismo. É o princípio que une fenômenos ou noções que, em um primeiro momento, parecem antagônicos, mas que são complementares e indissociáveis no interior da organização.

5º. O princípio da auto-eco-organização: é o princípio que expressa a relação entre autonomia e dependência, no sentido de que qualquer organização, para conservar sua autonomia, precisa estar aberta ao ecossistema de que se alimenta e que ela transforma. Trazendo este princípio para o processo educativo, quando nos referimos à autonomia do professor e dos alunos, precisamos ter presente que para exercer e conservar sua autonomia eles precisam estar abertos para uma relação de autonomia e dependência com o sistema educacional, com a instituição a qual pertencem, com o ambiente sociocultural, com as estruturas genéticas e com a sociedade.

6º. O princípio da reintrodução do sujeito cognoscente: no processo de produção do conhecimento, o sujeito exerce um papel ativo pois é ele que constrói a realidade e é, também “construído” por ela. O conhecimento não é resultado da acumulação de informações, mas sim a organização interativa destas, na qual o sujeito cognoscente exerce um papel essencial.

Estes princípios deixam evidentes as exigências postas aos professores, aos alunos e à própria instituição para garantir a construção de programas e/ou estratégias de aprendizagem que viabilizem a realização dos objetivos propostos para o curso de Administração. Na direção de uma didática complexa, as situações de aprendizagem a serem criadas, nos diferentes espaços de realização do curso, no âmbito da UFFS, incorporam e relacionam os



saberes já conhecidos, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, com os desafios a serem enfrentados na construção de novos saberes para fazer frente a realidade e às demandas provenientes do mundo do trabalho como um todo e do trabalho do administrador em específico.

Trabalhar com situações de aprendizagem significa abandonar a perspectiva tão buscada pela racionalidade técnica, de pleno domínio do processo pedagógico, e assumir o risco da incerteza, da abertura ao inesperado, para viabilizar o diálogo de saberes, a conversação e a intersubjetividade. Significa entender que professor e aluno assumem o protagonismo do processo pedagógico e o mesmo somente se torna viável na medida em que ambos assumem este protagonismo. A opção do curso por metodologias ativas insere-se na perspectiva de fazer frente aos desafios postos aos profissionais da área de administração no contexto de transformação cada vez mais intensas e rápidas nos mais variados espaços de atuação profissional. Exige-se um profissional que saiba pensar; preparado para aprender de forma permanente; capaz de ser protagonista; aberto ao diálogo; capaz de conviver e trabalhar em grupo; dotado de conhecimentos acadêmicos e técnicos de qualidade; sensível diante da realidade; dotado de profundo senso ético e responsabilidade social; disposto a construir sua trajetória de vida e profissional; comprometido com a justiça social, com a solidariedade e com a equidade. Este profissional somente será possível se os processos didático-pedagógicos forem orientados nesta direção. Eis um grande desafio que as práticas do dia a dia no curso precisam enfrentar.

5.4 Referenciais orientadores da ação profissional

5.4.1 Concepção de administração e administrador

Administração é a tomada de decisão sobre recursos disponíveis, trabalhando com e através de pessoas para atingir objetivos, é o gerenciamento de uma organização, levando em conta as informações fornecidas por outros profissionais e também pensando previamente as consequências de suas decisões. É também a ciência social que estuda e sistematiza as práticas usadas para administrar.

Os princípios para administrar algo são planejar, organizar, dirigir e controlar, sendo que as principais funções administrativas são:

- Fixar objetivos;



- Analisar e conhecer os problemas;
- Solucionar os problemas;
- Organizar e alocar os recursos, tanto financeiros, quanto tecnológicos e humanos;
- Liderar, comunicando, dirigindo e motivando as pessoas;
- Negociar;
- Tomar decisões;
- Controlar, mensurando e avaliando.

O bom desempenho da administração depende de que o profissional consiga ser um bom líder, capaz de lidar com pessoas, negociando e comunicando, e também apto a tomar decisões, tendo uma visão sistêmica e global da situação que administra. A administração é resultado de um processo de formação que passa pelas mais diversas áreas, desde as exatas, como matemática, até humanas como filosofia.

Cada vez mais esta ciência adquire importância na formação de profissionais para estruturar e impulsionar o funcionamento dos mais diversos setores das organizações. Como as empresas adquirem crescente complexidade e tamanho na economia de mercado, é essencial que haja profissionais com competência para administrar.

O Administrador, numa visão idealizada, é um indivíduo que tem suas atividades baseadas na prática. Deve gerir tarefas difíceis e desafiadoras e muitas vezes precisa encontrar soluções novas e por isso faz apelo a inúmeras fontes de conhecimento. O Administrador é aquele que de fato toma decisões predominantemente de curto prazo, baseado em informações eminentemente não programadas, imprevisíveis, dotadas de significativa logicidade e ambiguidade da vida organizacional, preocupando-se prioritariamente com operações atuais e solução de problemas prementes. É aquele que toma decisões de médio e longo prazo com caráter acentuadamente racional e impessoal, voltadas para o futuro da organização, à implantação da inovação tecnológica e que apresenta um comportamento formal e contemplativo, buscando continuamente, nas transações com o ambiente externo e nas relações com os seus pares, o inter-relacionamento e a interdependência.

5.4.2 Concepção da linha de formação

A Resolução CNE/CES nº 05, de 14 de outubro de 2021, ao definir as DCNs para os cursos de graduação em Administração, em seu Art. 4º estabelece que:



Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possuir Projeto Pedagógico que contemple todo o conjunto das atividades de aprendizagem que assegure o desenvolvimento das competências estabelecidas no perfil do egresso. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Administração devem especificar e descrever claramente:

I - o perfil do egresso e a descrição das competências que o Curso se propõe a desenvolver, tanto as de caráter geral como as específicas, considerando a especificidade do curso;

II - o regime acadêmico de oferta e a duração do curso;

III - as principais atividades de ensino-aprendizagem e os respectivos conteúdos, sejam elas de natureza básica, específica, de pesquisa ou de extensão, incluindo aquelas de natureza prática, entre outras, necessárias ao desenvolvimento de cada uma das competências estabelecidas para o egresso;

IV - as atividades complementares alinhadas ao perfil do egresso e às competências estabelecidas;

V - as atividades práticas supervisionadas obrigatórias, que devem ser coerentes com os requisitos de formação e do desenvolvimento das competências, sendo regidas por regulamento próprio;

VI - a sistemática de avaliação e feedback das atividades realizadas pelos estudantes;

VII - o processo de autoavaliação e gestão de aprendizagem do curso, que contemple instrumentos de avaliação das competências desenvolvidas e respectivos conteúdos, processo de diagnóstico e elaboração de planos de ação para a melhoria da aprendizagem, especificando responsabilidades e governança do processo [...].

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico estabelece a estrutura de organização que busca viabilizar a integração do composto necessário para a formação do perfil idealizado para o formando.

Ao definir o perfil desejado do formando em Administração, a Resolução CNE/CES nº 05, de 14 de outubro de 2021, se refere a:

Art. 2º O perfil do egresso do Curso de Graduação em Administração deve expressar um conjunto coerente e integrado de conteúdos (saber), competências (saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer), que inclua as capacidades fundamentais descritas nestas Diretrizes e que seja coerente com o ambiente profissional para o qual o egresso será preparado, seja ele local, regional, nacional ou global.

Parágrafo Único. O conjunto de conteúdos, competências e habilidades que constituem o perfil do egresso deve apresentar um equilíbrio adequado de competências humanas, analíticas e quantitativas.

Além disso, o Art. 11 salienta que a formação deve prever integração com o mercado de trabalho e com o foco principal de atuação do egresso, seja local, regional, nacional ou global. (Art. 11, § 1º). Desse modo, ao analisar os documentos institucionais da UFFS, desde seu projeto de criação, passando pelas Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão (I e II COEPES), pelo Estatuto, Regimento Geral, Missão Institucional, Metas, Perfil, Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional e Regulamento da Graduação tem-se uma perspectiva clara de que os cursos de graduação devem desenvolver



projetos pedagógicos capazes de assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social; promover o desenvolvimento regional integrado; contribuir para a “formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do Brasil; “combater as desigualdades sociais e regionais; contribuir para a “valorização e superação da matriz produtiva existente; comprometer-se com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos; entre outros. Percebe-se que a tônica dominante gira em torno de uma contribuição científica para a compreensão da realidade local-regional e a construção de alternativas capazes de promover o desenvolvimento sustentável, com justiça social e inclusão de todos.

No ano de 2015, o *Campus* Cerro Largo, da UFFS, teve aprovado pela CAPES seu primeiro programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Um programa interdisciplinar, que tem como objetivo a formação de profissionais qualificados para identificar, analisar, discutir e avaliar os problemas decorrentes do processo de transformações econômicas e sociais e propor políticas públicas, ações e projetos que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável de forma interdisciplinar e comprometida com a democracia e a cidadania, constituindo-se em um espaço para estudos, pesquisas e debates sobre o desenvolvimento em suas diversas dimensões. A criação deste programa se dá em articulação com os cursos de graduação desenvolvidos no *Campus*, de forma especial os cursos de Administração, Agronomia e Engenharia Ambiental e Sanitária. Ele cria uma possibilidade concreta de sequência de estudos e pesquisas para os discentes do *Campus*, em especial, neste caso, para os alunos egressos do curso de Administração.

Tendo presente as orientações legais para a organização dos cursos de Administração, os documentos institucionais da UFFS, a criação do curso de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas e o contexto regional no qual se insere o curso de Administração, opta-se por definir uma linha de formação para o mesmo, voltada para o aprofundamento de estudos na área estratégica do desenvolvimento socioeconômico.

O desenvolvimento socioeconômico entendido aqui a partir de um enfoque histórico-estrutural, na tradição brasileira e latino-americana sistematizada nos escritos de Celso Furtado e Raúl Prebisch. Nesta tradição, a ideia de desenvolvimento possui ao menos três dimensões. A primeira aponta para o necessário incremento da eficácia do sistema social de produção, na medida em que o mesmo, mediante a acumulação e o progresso técnico, eleva a



produtividade da força de trabalho. A segunda vincula-se à satisfação das necessidades humanas elementares da população, no sentido de garantir a dignidade e promover a cidadania. A terceira reitera a importância de um projeto ideológico de futuro, que estabeleça objetivos claros, definidos na esfera política e a partir de interesses de grupos e classes sociais. Nesse sentido, entende-se que só haverá verdadeiro desenvolvimento quando existir um projeto social subjacente.

Nesta perspectiva analítica compreende-se que o desenvolvimento implica, portanto, em um processo de transformação da estrutura produtiva, das relações sociais, das instituições, da organização política, das bases culturais e da própria relação dos seres humanos com a natureza. Trata-se de um fenômeno que acontece na dinâmica das relações sociais e em contextos concretos, conjugando crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população como um todo. É objeto do jogo de forças, dos conflitos de classes, dos interesses dos diferentes grupos, das políticas públicas, dos governos e dos organismos nacionais e internacionais. É produto de relações tensas e contraditórias estabelecidas nas sociedades e na relação destas com as demais.

Pode-se dizer que a reflexão sobre o desenvolvimento socioeconômico está na origem da própria ciência da administração. Quando Frederick Winslow Taylor escreveu os “Princípios da Administração Científica” ele estava preocupado com a necessidade de fornecer critérios científicos aos processos de gestão da produção e organização do trabalho. A proposta básica de Taylor buscava a racionalização da produção com o objetivo de alcançar maiores índices de produtividade e a motivação econômica do trabalhador. Na visão de Taylor, a prosperidade para o empregado significava, além de salários mais altos do que os recebidos habitualmente, o aproveitamento dos homens de modo mais eficiente, habituando-os a desempenhar os tipos de trabalhos mais elevados, para os quais tenham aptidões naturais.

Em perspectiva semelhante movem-se outros dois clássicos da ciência da administração em sua constituição originária, Henry Ford e Jules Henri Fayol. O primeiro foi o responsável por estudar os processos de organização da produção e divisão do trabalho, aprimorando e implantando, nas empresas da família, a “famosa” linha de montagem, com distribuição de funções e organização de processos de controle. O segundo foi responsável por analisar a atividade empresarial e estabelecer as principais funções que os processos de gestão devem desempenhar, tais como o planejamento, o controle, a organização, a coordenação e a direção.

Percebe-se, que em sua origem, a ciência da administração está voltada para a compreensão dos processos produtivos e sua gestão. Tendo sempre presente que trata-se de



um processo socioeconômico que se insere em uma realidade de expansão da indústria e da necessidade de dotá-la de padrões científicos de organização e de gestão. Os clássicos citados possuíam uma inserção social importante e tinham noção de que a administração científica não seria apenas uma ferramenta de controle de processos eminentemente técnicos, mas também geraria repercussões nas demais dimensões da organização da vida social. Portanto, tinham percepção clara de que suas propostas teriam inflexões nos “modelos de desenvolvimentos” que estavam se consolidando no cenário internacional, como comprovado pelo decurso da história.

Quando este projeto de curso apresenta como linha de formação o estudo aprofundado do desenvolvimento socioeconômico ele está apresentando uma proposta que possui uma ligação ontológica com o nascimento da moderna ciência da administração. Característica essa que foi se perdendo ao longo da trajetória histórica de desenvolvimento da mesma, especialmente entre o final do século XX e início do XXI, quando a administração orientou-se, cada vez mais, para a dimensão técnica, perdendo grande parte de sua percepção de conjunto dos processos produtivos e sociais. Parte disso também pode ser atribuída ao desenvolvimento de outras ciências que foram ocupando espaços que antes estavam na esfera da ciência da administração.

A proposta de linha de formação na área do desenvolvimento socioeconômico está estruturada em três grandes eixos. O primeiro deles é o estudo das teorias que fundamentam os processos de desenvolvimento socioeconômico ao longo da história moderna e contemporânea. O segundo é o estudo das experiências práticas de processos de desenvolvimento implantados, em diferentes países, a partir de diversos contextos e fundamentados em diferentes teorias. O terceiro é o estudo de indicadores utilizados para aferir o desenvolvimento, especialmente a partir do final do século XX, com o questionamento dos indicadores tradicionais fundados apenas no Produto Interno Bruto (PIB) e no quantitativo populacional.

A operacionalização da linha de formação, nestes três eixos, se dará de forma mais direta, pela oferta de três Componentes Curriculares. O primeiro deles denominado “Desenvolvimento socioeconômico: estudos clássicos”, com 60 horas, tendo como ementa: introdução ao estudo do desenvolvimento; o liberalismo econômico; o desenvolvimento desigual e combinado; o socialismo; o Estado Social; a Teoria da Modernização; os pólos de crescimento; a Teoria da Causação Circular e Cumulativa; e as teorias da Dependência. O segundo, denominado “Desenvolvimento socioeconômico: estudos contemporâneos”, com 60



horas, tendo como ementa: a crise do capitalismo e do socialismo real e o processo de reestruturação produtiva; o Neoliberalismo; o Desenvolvimentismo; o Desenvolvimento endógeno; o Desenvolvimento sustentável; o Desenvolvimento como Liberdade; as teorias que acentuam o papel da indústria; as teorias que acentuam o papel do conhecimento, da técnica e da inovação; as teorias que acentuam o papel dos atores sociais; as Cadeias produtivas em escala global; a sociedade em rede; a Geração de trabalho e renda alternativas ao capitalismo. Estes dois Componentes Curriculares terão como foco o estudo das teorias do desenvolvimento e as experiências práticas de implantação de diferentes propostas de desenvolvimento com base nestas teorias e nos contextos históricos concretos. O terceiro, denominado “Desenvolvimento Socioeconômico: metodologias de análise”, com 60 horas, tendo como ementa: conceitos básicos relacionadas a indicadores sociais e econômicos; metodologias de análise de indicadores de desenvolvimento socioeconômico; discussão de Indicadores de desenvolvimento socioeconômico do mundo; comparativo entre indicadores locais, nacionais e internacionais. Este terceiro componente tem seu objeto voltado, especialmente, para a análise de indicadores utilizados, nos mais variados lugares do mundo, para aferir o desenvolvimento das sociedades.

Além destes componentes curriculares específicos, a linha de formação vai permear o curso como um todo, tendo a preocupação de relacionar os conceitos básicos da administração e do desenvolvimento socioeconômico das sociedades nos CCRs do domínio comum, domínio conexo e domínio específico. As reuniões do Núcleo Docente Estruturante e do colegiado do curso servirão para o planejamento, o acompanhamento e a avaliação permanente do processo de implantação da proposta, constituindo espaços de mediação com os professores que atuam no curso.

5.5 Referenciais legais e institucionais

Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo



transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 - dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e



demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, por meio da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver, conforme o artigo 16, do Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006.

Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante, no âmbito dos cursos de graduação da UFFS e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11/2012 – CONSUNI - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS.

Resolução nº 6/2015/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente,



servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na UFFS, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios.

Resolução nº 2/2016 – CONSUNI/PPGEC – aprova a Política de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 4/2017 – CONSUNI/PPGEC – aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 16 - CONSUNI/UFFS/2019 - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 23 - CONSUNI/PPGEC/2019 - Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul

Resolução nº 89 – CONSUNI/UFFS/2021. Altera a Resolução nº 33/CONSUNI/UFFS/2013, que Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS.

Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021 - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 39 - CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022 – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resolução Nº 40 - CONSUNI CGAE/UFFS/2022 – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS).

Resolução nº 106 - CONSUNI/UFFS/2022 - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 42 - CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de



graduação presenciais da UFFS.

Resolução nº 43/ CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - Regulamenta os procedimentos para a aproveitamento de componente curricular (CCR) nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Específicas do curso:

RESOLUÇÃO Nº 2/2007 - CNE/CES - dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

RESOLUÇÃO Nº 5/2021 – CNE/CES - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração (DCNs).



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo geral

O curso de Administração, *Campus Cerro Largo*, tem como objetivo geral a formação de profissionais da administração com capacidade analítica e domínio conceitual, comprometidos com valores humanos e éticos para atuarem em organizações privadas, públicas e do terceiro setor, com poder de argumentação e interpretação dos fenômenos econômicos, sociais e ambientais, voltados para o desenvolvimento regional integrado e sustentado.

6.2 Objetivos específicos

- I - Proporcionar a formação de bacharéis com sólida formação em administração, por meio de processo de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- II - Desenvolver, no discente, a capacidade de reconhecer e definir problemas, de equacionar soluções, de pensar estrategicamente, de introduzir modificações em processos produtivos, de atuar preventivamente, de transferir e generalizar conhecimentos e de exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- III - Oportunizar uma formação profissional voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades para o pleno cumprimento das responsabilidades perante a sociedade, por meio da reflexão, da interpretação e da aplicação da Administração;
- IV - Formar profissionais com capacidade de analisar e interpretar a cultura e os objetivos das diversas organizações, além de instrumentalizá-los para atuarem perante uma sociedade globalizada e em constantes transformações;
- V - Aprimorar o raciocínio lógico, o pensamento crítico e analítico para operações com valores matemáticos e estatísticos presentes nas relações formais e causais dos fenômenos produtivos, administrativos e de controle, em diferentes contextos organizacionais;



VI - Aplicar metodologias que permitam a reflexão sobre o empreendedorismo, a liderança e a inovação nas organizações;

VII - Desenvolver ações de cooperação com as demais áreas profissionais para fomentar projetos voltados para o desenvolvimento socioeconômico.



7 PERFIL DO EGRESSO

O curso de Administração, *Campus* de Cerro Largo, prima por desenvolver atitudes, habilidades e competências baseadas na formação do profissional administrador empreendedor voltado para desenvolvimento socioeconômico, através de sólida base teórica construída durante sua formação.

O profissional egresso do curso de Administração revela um perfil pautado nas seguintes competências: competência para aprender a conhecer, competência para aprender a fazer, competência para conviver, competência para ser e competência para aprender a comunicar.

Essas competências darão suporte à inserção dos egressos no mercado de trabalho, não apenas como mais um profissional, mas sim, enquanto pessoa capaz de contribuir com o desenvolvimento do contexto onde está inserido. A formação acadêmica do curso dará condições para que os egressos exerçam suas profissões pautadas nas seguintes capacidades de:

- Pensar estrategicamente, identificando e solucionando problemas complexos por meio da tomada de decisão;
- Comunicar-se, expressar-se e de relacionar-se em diferentes níveis de socialização (inter-grupos, intra-grupos, organizações);
- Refletir e agir sobre os processos e funções administrativas;
- Mitigar as demandas das diferentes áreas funcionais da administração com as condições tecnológicas em constante transformação;
- Exercitar o raciocínio lógico, crítico e analítico em diferentes contextos organizacionais;
- Agir com iniciativa, originalidade e criatividade frente as demandas da profissão;
- Ter consciência sobre as implicações éticas da profissão;
- Desenvolver e transferir conhecimentos da vida e das experiências cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional;
- Adaptar-se a diferentes organizações, modelos e/ou políticas;
- Elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;
- Realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, estratégicas, gerenciais e operacionais;



-
- Atuar com liderança, como agente de mudança e de inovação no ambiente profissional que está inserido;
 - Gerar e consolidar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico;
 - Cooperar com demais áreas profissionais com vistas a fomentar projetos que visem o desenvolvimento socioeconômico.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Para atingir o perfil do egresso preconizado neste projeto de formação, o curso de Administração organiza a trajetória acadêmica dos estudantes conectando as especificidades da formação na UFFS (contemplando os três domínios de formação: domínio comum, domínio conexo e domínio específico) e também aquilo que se apresenta como necessário para a formação do administrador, presente nas DCNs, sem que uma dimensão exclua a outra. Desse modo, os conteúdos de formação básica materializam-se em grande medida nos componentes curriculares do domínio comum e os conteúdos de formação profissional, quantitativos e suas tecnologias são abordados nos componentes denominados como específicos do curso e, por fim, a interdisciplinaridade e a flexibilização da matriz são eixos que transversalizam a formação por meio do domínio conexo, dos componentes optativos e das atividades curriculares complementares.

A interdisciplinaridade é um dos eixos norteadores do domínio conexo na UFFS. Para o curso de Administração, a interdisciplinaridade ocorre pelo uso de múltiplas metodologias, técnicas, instrumentos e ferramentas, difundidas entre os docentes e que de maneira prática permitem ao aluno utilizar estes conhecimentos, compreensões e práticas em diferentes componentes da estrutura curricular. Assim, uma técnica aprendida em um componente curricular poderá ser adequada ou adaptada a outros ou para solução de problemas específicos.

A interação entre a teoria e a prática ocorre de diferentes modos, seja pela aplicação de exercícios práticos que refletem a realidade ou por trabalhos e pesquisas de campo no mundo dos negócios e das instituições públicas e privadas. A realização de visitas técnicas em empresas modelos é uma forma interessante de levar o aluno diante a realidade, na qual ele confronta o seu aprendizado, tendo a possibilidade de observar o que acontece na prática.

A Administração é uma ciência multidisciplinar, exigindo a aprendizagem e o conhecimento das diversas áreas das ciências. Assim, a característica holística dos conteúdos permite as mais diversas formas de avaliar tanto o desenvolvimento intelectual do aluno como o de domínios de técnicas e ferramentas exigidas à prática profissional.

A pesquisa na área da Administração caracteriza-se como eixo ou elemento indispensável à compreensão e ao acompanhamento da evolução da arte. Nesse sentido, o incentivo à pesquisa se dá pela possibilidade em inserir o aluno na iniciação científica de atividades ou trabalhos inerentes e indispensáveis à aprendizagem de diversos conteúdos



curriculares. Paralelamente aos componentes do currículo, os projetos de pesquisa e de extensão estão direcionados para aprimorar estes conhecimentos e dar aplicabilidade a eles, como forma de exercício da profissão em âmbito da graduação. Nesse sentido, os projetos de extensão da Empresa Júnior e da Incubadora Tecnológica e Social (ITECS) possibilitam desenvolver as seguintes capacidades nos alunos: cooperação, empreendedorismo, inovação, liderança, organização, bem como visão sistêmica dos departamentos que formam a empresa, e a relação da empresa com o mundo/mercado.

Para garantir experiências ligadas ao mundo do trabalho e também ações de extensão junto à comunidade o currículo prevê a realização do Estágio curricular supervisionado, com carga horária de 90 horas, Trabalho de conclusão de curso, com carga horária de 105 horas e a realização de atividades curriculares complementares com 180 horas. O estágio curricular supervisionado e trabalho de conclusão de curso visam integrar teoria e prática, permitindo que o acadêmico demonstre domínio sobre os conhecimentos teóricos assimilados no decorrer do curso, sistematize o conhecimento adquirido em contraste com a observação personalizada na empresa e desenvolva o perfil profissional. A flexibilidade na escolha das atividades curriculares complementares dá ao acadêmico a autonomia e, também, o responsabiliza, em partes, pela trajetória formativa. Como são atividades, na sua maioria, vivenciadas no âmbito externo da universidade, configuram-se como importante espaço de interação com o mundo do trabalho e ações/interações junto à comunidade.

8.1 Articulação entre os domínios curriculares

Conforme prevê a atual forma de organização curricular da UFFS, o currículo dos cursos de graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios, expressos na estrutura em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento.

O curso de graduação em Administração - bacharelado, ofertado no *Campus* Cerro Largo-RS, tem por referencial o *modus operandi* institucional de integração entre três domínios complementares de conhecimento: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Esses três domínios mantêm uma relação orgânica e integrada desde o primeiro nível do curso.

O Domínio Comum tem como objetivo inserir os acadêmicos no contexto da universidade e na produção do conhecimento por meio de dois eixos. O primeiro eixo é o de



contextualização acadêmica, em que o estudante desenvolve habilidades e competências ligadas à leitura, à interpretação e à produção de conhecimento em diferentes linguagens. O segundo é o de formação crítico-social, em que o estudante desenvolve a capacidade de interpretar as relações de poder, as valorações sociais e ambientais, a organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, compreender a realidade, contextualizar valores e práticas políticas, assumir responsabilidades e agir criticamente.

O Domínio Conexo compreende aqueles componentes curriculares situados na interface que o curso de graduação em Administração – bacharelado faz com outras áreas do conhecimento. O objetivo é oportunizar o diálogo interdisciplinar com outros cursos de graduação oferecidos no *Campus* da UFFS de Cerro Largo-RS.

O Domínio Específico caracteriza-se pelo conjunto de disciplinas identificadas como próprias do curso de Administração, voltadas à formação profissional. Nesse sentido, e com base nas habilidades, competências e conteúdos específicos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o Domínio Específico propõe desenvolver, no discente, a capacidade de reconhecer e definir problemas, de equacionar soluções, e de pensar estrategicamente em diferentes contextos organizacionais.

Assim, os Domínios Comum, Conexo e Específico do curso de graduação em Administração – bacharelado da UFFS *Campus* Cerro Largo-RS, estão articulados entre si e alinhados com a Resolução 40/CONSUNI/CGAE/UFFS/2022, da Universidade Federal da Fronteira Sul; e a Resolução 5/2021 do Conselho Nacional de Educação, que institui as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação em Administração – bacharelado, em todo o território nacional.

8.1.1 Componentes curriculares do domínio comum

Os componentes curriculares que compõem o domínio comum são obrigatórios para todos os estudantes do curso. São dispostos em dois eixos: contextualização acadêmica 240 (duzentos e quarenta) horas e formação crítico-social 180 (cento e oitenta) horas, perfazendo 420 (quatrocentos e vinte) horas (Quadro 02).



Quadro 02: Componentes curriculares que compõem o domínio comum do curso de Administração

DOMÍNIO COMUM	
COMPONENTE CURRICULAR	Carga horária
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
Estatística básica	60
Iniciação à prática científica	60
Matemática C	60
Produção textual acadêmica	60
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	
Direitos e cidadania	60
Introdução ao pensamento social	60
Meio ambiente, economia e sociedade	60
Total	420

8.1.2 Componentes curriculares do domínio conexo

Os componentes curriculares que compõem o domínio conexo são obrigatórios para todos os estudantes do curso. No *Campus* Cerro Largo, o Domínio Conexo é formado por componentes curriculares que são ofertadas para mais de um curso de graduação (mas não fazem parte do Domínio Comum). Essas componentes permitem que os alunos tenham uma formação interdisciplinar, inclusive com a possibilidade de turmas formadas por estudantes de cursos diferentes. O curso de Administração prevê dois CCRs pertencentes ao Domínio Conexo, que são Cálculo I e Empreendedorismo, 120 (cento e vinte) horas (Quadro 03). O componente curricular Cálculo I está presente nos cursos de Agronomia, Engenharia Ambiental Sanitária, Licenciatura em Física e Licenciatura em Química. O componente curricular Empreendedorismo, por sua vez, está presente também no curso de Engenharia Ambiental e Sanitária.

Quadro 03 – Componentes curriculares que compõem o domínio conexo do curso de Administração

DOMÍNIO CONEXO	
COMPONENTE CURRICULAR	Carga horária
Cálculo I	60
Empreendedorismo	60
Total	120

8.1.3 Domínio Específico

Os componentes curriculares que compõem o domínio específico são obrigatórios para todos os estudantes do curso. Esses componentes (Quadro 04) caracterizam-se por contemplar



os conteúdos necessários para a formação profissional do graduando, conforme o perfil do egresso estabelecido neste PPC e também conforme as DCNs.

Quadro 04 – Componentes curriculares que compõem o domínio específico do curso de Administração

DOMÍNIO ESPECÍFICO	
COMPONENTE CURRICULAR	Carga horária
Administração da produção I	60
Administração da produção II	75
Administração de marketing	60
Administração de materiais	60
Administração financeira I	75
Administração financeira II	75
Comportamento organizacional	60
Contabilidade gerencial	60
Contabilidade introdutória	75
Direito empresarial	60
Direito tributário e do trabalho	75
Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	60
Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	60
Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise	60
Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	60
Economia I	60
Economia II	60
Estágio curricular supervisionado	90
Estratégia de marketing	60
Filosofia e ética	30
Fundamentos socioantropológicos	60
Gestão de custos	75
Gestão de pessoas I	60
Gestão de pessoas II	60
Gestão de tecnologias e sistemas de informação	60
Logística	75
Matemática financeira	60
Organização, sistemas e métodos	60
Pesquisa de marketing	75
Pesquisa operacional	60
Planejamento estratégico I	75
Planejamento estratégico II	60
Planejamento financeiro e orçamentário	60
Projeto de trabalho de conclusão curso	60
Teorias da administração I	60
Teorias da administração II	75
Trabalho de conclusão curso	105
Total	2.415



8.2 Organização curricular segundo as DCNs

Os cursos de graduação em Administração devem contemplar, segundo a Resolução CNE/CES nº 5/2021, das novas DCNs, Art. 5º:

[...] carga horária e tempo de integralização estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso, definidos de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2, de 18.06.2007 ou norma consequente aprovada pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º As atividades do curso podem ser organizadas por disciplinas, módulos, blocos, temas ou eixos de conteúdo, atividades práticas supervisionadas, projetos, atividades de

extensão e pesquisa, entre outras.

§ 2º O PPC deve contemplar a distribuição dos conteúdos e demais atividades na carga horária, alinhados ao perfil do egresso e às respectivas competências estabelecidas, tendo como base o disposto no *caput* deste artigo. (Resolução CNE/CES 5/2021. Diário Oficial da União, Brasília, Diário Oficial da União, Brasília, 18 de outubro de 2021, Seção 1, p. 3).

Então, os Cursos de Administração, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, contemplam conteúdos que revelam inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação: conteúdos de formação básica, conteúdos de formação profissional, conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias e conteúdos de formação complementar. Desse modo, os componentes do curso serão organizados conforme esses quatro eixos: I) **Conteúdos de formação básica**: aqueles relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas; II) **Conteúdos de formação profissional**: aqueles componentes referentes às áreas específicas, incluindo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços; III) **Conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias**: abarcando pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e, IV) **Conteúdos de formação complementar**: estudos alternativos de caráter transversal e interdisciplinar para o melhoramento do perfil do formado.



8.2.1 Conteúdos de formação básica

Quadro 05 - Componentes curriculares que compõem os conteúdos de formação básica do curso de Administração

FORMAÇÃO BÁSICA		
COMPONENTE CURRICULAR		Carga horária
Antropológicos	Fundamentos socioantropológicos	60
Sociológicos e políticos	Introdução ao pensamento social	60
	Meio ambiente, economia e sociedade	60
Filosóficos e ético-profissionais	Filosofia e ética	30
Psicológicos e Comportamentais	Comportamento organizacional	60
Econômicos	Economia I	60
	Economia II	60
	Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	60
Contábeis	Contabilidade introdutória	75
	Contabilidade gerencial	60
Tecnologias da comunicação	Gestão de tecnologias e sistemas de informação	60
Ciências jurídicas	Direitos e cidadania	60
	Direito empresarial	60
	Direito tributário e do trabalho	75
Produção textual e iniciação científica	Produção textual acadêmica	60
	Iniciação à prática científica	60
Total		960

8.2.2 Conteúdos de formação profissional

Quadro 06 – Componentes curriculares que compõem os conteúdos de formação profissional do curso de Administração

FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
COMPONENTE CURRICULAR		Carga horária
Teorias da administração e das organizações	Teorias da administração I	60
	Teorias da administração II	75
	Organização, sistemas e métodos	60
	Empreendedorismo	60
Recursos humanos	Gestão de pessoas I	60
	Gestão de pessoas II	60
Mercados e marketing	Administração de marketing	60
	Pesquisa de marketing	75
	Estratégia de marketing	60
Materiais, produção e logística	Administração da produção I	60
	Administração da produção II	75
	Administração de materiais	60
	Logística	75
Financeira e orçamentária	Gestão de custos	75
	Administração financeira I	75
	Administração financeira II	75
	Planejamento financeiro e orçamentário	60
Sistemas de informações	Contemplada no CCR Gestão de tecnologias e sistemas de informação	



FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
COMPONENTE CURRICULAR		Carga horária
Planejamento estratégico	Planejamento estratégico I	75
	Planejamento estratégico II	60
Serviços	Contemplada no CCR Administração da produção II	
Estudos de integração	Projeto de trabalho de conclusão curso	60
	Trabalho de conclusão curso	105
	Estágio curricular supervisionado	90
Linha de formação: Desenvolvimento socioeconômico	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	60
	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	60
	Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise	60
Total		1.695

8.2.3 Conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias

Quadro 07 – Componentes curriculares que compõem os conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias do curso de Administração

ESTUDOS QUANTITATIVOS E SUAS TECNOLOGIAS		
COMPONENTE CURRICULAR		Carga horária
Pesquisa operacional	Pesquisa operacional	60
Teoria dos jogos	Contemplada no CCR Planejamento estratégico I	
Modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias*	Matemática C	60
	Cálculo I	60
	Matemática financeira	60
	Estatística básica	60
	*Aplicação de tecnologias contemplada no CCR Gestão de tecnologias e sistemas de informação	
Total		300

8.2.4 Conteúdos de formação complementar

Quadro 08 – Componentes curriculares que compõem os conteúdos de formação complementar do curso de Administração

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	
COMPONENTE CURRICULAR	Carga horária
Componentes Optativos (I, II, III e IV)	180
Atividades curriculares complementares (ACCs) ou Atividades Autônomas	180
Total	360

8.3 Oferta de componentes curriculares na modalidade Educação a Distância - EaD

O Ministério da Educação (MEC), através da Portaria nº. 1.134, de 10 de outubro de 2016 regulamentou a introdução na organização curricular de cursos reconhecidos da oferta



de componentes integrantes do currículo que utilizem modalidade à distância. No texto consta que todas as instituições de ensino superior que possuam ao menos um curso de graduação poderão incluir a oferta de disciplinas na modalidade à distância.

Nessa linha, a Portaria nº. 2.117, de 6 de dezembro de 2019, regulamentou a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais, excetuando-se os cursos de medicina, que poderá ser de até 40 % da carga horária total do curso.

Na UFFS temos a resolução Nº 42/CONSUNI/CGAE/UFFS/2023, que autoriza a oferta, integral ou parcialmente, de componentes curriculares em formato EaD. Quanto a isso, destacamos que a resolução citada estabelece como Educação à Distância as atividades didáticas, módulos ou unidades centrados nos processos de ensino e de aprendizagem, que são ofertados com as “novas tecnologias”, podem acontecer em lugares e tempos diversos.

Cada vez mais as chamadas “novas tecnologias” estão presentes no cotidiano das pessoas, conforme estudo de Pilatti e Lievore (2018), por meio da quarta Revolução Industrial, a qual impactou profundamente na educação tradicional, especialmente no ensino superior que precisa se adaptar às novas demandas, alterando suas características e implementando um treinamento no ambiente de trabalho, um ensino mais industrializado, flexível e multifuncional, formando profissionais voltados para as questões práticas e imediatas do setor produtivo. Essa evolução permite que a maioria da população tenha acesso à informação, em especial as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

As TICs são entendidas como o conjunto de recursos tecnológicos que, integrados, proporcionam a comunicação nos processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica, ou seja, são tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações. Moran (2007) destaca que muitas aulas convencionais estão ultrapassadas, aulas baseadas no método expositivo, onde o professor é o retentor do conhecimento e o aluno é o receptor, ou seja, o professor transmite o conhecimento e o aluno decora o conteúdo para a realização de provas. Porém, o autor afirma também que, “[...] se ensinar dependesse só de tecnologias, já teríamos achado as melhores soluções há muito tempo. Elas são importantes, mas não resolvem as questões de fundo” (MORAN, 2007, p. 12), no entanto, se ressalta a importância da incorporação das mesmas para que se possa viabilizar formas de Educação à Distância (EaD)..

Com o avanço das TIC para as salas de aula, criam-se os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), que representam a sala de aula *on-line*, sendo um conjunto de



interfaces, ferramentas e estruturas decisivas para a construção da interatividade e da aprendizagem (ROSTAS; ROSTAS, 2009) e dentre os AVAs tem-se o MOODLE, que vinha sendo usado pela UFFS, mas que não precisa ser o único meio de aprendizado, já que o uso de TICs é muito mais abrangente.

Moodle, sendo um AVA, potencializa a aprendizagem colaborativa, apresentando diversos recursos importantes, dentre eles: *chat*, fórum, mensagem, *workshop* (oficina de trabalho) e *wiki* (coleção de documentos em hipertexto).

- O Moodle é um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades *online*.

- O Moodle aplica-se tanto à forma como foi feito como a uma sugestiva maneira pela qual um estudante ou um professor pode se integrar estudando ou ensinando um curso *online*.

Dispõe de uma proposta bastante diferenciada: “aprender em colaboração” no ambiente *online*. Informações mais detalhadas dessa ferramenta podem ser encontradas no endereço <http://moodle.org> (ROSTAS; ROSTAS, 2009, p.140).

Dentre os 50 componentes curriculares ofertados pelo curso de Administração, 21 serão com conteúdos em aula e na modalidade EaD (de forma parcial), com 15 (quinze) ou 30 (trinta) horas destinados a este formato, perfazendo um total de 480 (quatrocentas e oitenta) horas, ou seja, 14,48% (quatorze vírgula quarenta e oito por cento). da carga horária total de disciplinas, a serem ofertados nos AVAs do SIGAA. Além disso, será possível ofertar 2 (dois) componentes curriculares optativos, de 30 (trinta) horas em EaD (Tópicos Especiais 72 e 73), nos AVAs do SIGAA. Cabe ressaltar que, caso o aluno opte por cursar os dois CCRs Optativos (totalizando 60 horas) que serão em EaD o curso ficará com oferta de 16,29% da carga horária no formato EaD, estando dentro do percentual de 40% permitido pela legislação em vigor. Esses componentes serão ofertados regularmente, conforme o Quadro 09, estando distribuídos do primeiro ao sétimo nível, como forma de flexibilizar o curso e auxiliar no desenvolvimento dos acadêmicos, tanto em termos de ganhos pedagógicos, quanto da formação do perfil profissional dos administradores, evoluindo-se para um perfil que possua competências ligadas às tecnologias.

Quadro 09 – Componentes curriculares com conteúdos em aulas na modalidade EaD, de forma parcial, do curso de Administração

Nível	Componente Curricular	Aulas presenciais	Aulas na Modalidade EaD	Total de horas
1º nível	Teorias da administração I	45	15	60
2º nível	Gestão de pessoas I	45	15	60
	Comportamento organizacional	30	30	60
3º nível	Administração da produção I	45	15	60
	Organização, sistemas e métodos	30	30	60
	Iniciação à prática científica	45	15	60



Nível	Componente Curricular	Aulas presenciais	Aulas na Modalidade EaD	Total de horas
4º nível	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	45	15	60
	Gestão de pessoas II	30	30	60
	Pesquisa de marketing	30	30	75*
5º nível	Estratégia de marketing	30	30	60
	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	45	15	60
	Pesquisa Operacional	45	15	60
6º nível	Administração de materiais	45	15	60
	Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise	30	30	60
	Empreendedorismo	30	30	60
7º nível	Planejamento financeiro e orçamentário	30	30	60
	Gestão de tecnologias e sistemas de informação	30	30	60
	Logística	45	15	75*
	Projeto de Trabalho de conclusão do Curso	30	30	60
8º nível	Estágio curricular supervisionado	15	15	90**
	Trabalho de Conclusão de Curso	30	30	105***
-	OPTATIVOS	-	60	60****

*CCR com 15 (quinze) horas de extensão

**CCR com 60 (sessenta) horas de estágio / prática na Unidade Concedente do Estágio

***CCR com 45 (quarenta e cinco) horas de pesquisa, na modalidade discente orientada.

****Componentes optativos que poderão ser ofertados, cada um de 30 (trinta) horas, Tópicos Especiais 72 e 73, que terão somente aulas na modalidade EaD.

Os docentes dos componentes curriculares, em formato Educação à Distância (EaD), terão à disposição as ferramentas do AVA do SIGAA, bem como demais ferramentas digitais, e o formato pedagógico a ser adotado, estará no plano de curso, que será desenvolvido anualmente, levando em consideração a necessidade de estimular o ensino-aprendizado e também promover um ensino de qualidade. Os planos deverão ser apresentados ao colegiado de curso para apreciação e aprovação.

Ressalta-se que estas são algumas sugestões, pois como nas demais atividades do curso, cada docente tem a prerrogativa de buscar o aperfeiçoamento das metodologias propostas, em constante diálogo com os discentes, com o colegiado de curso, com o NDE, com o NAP e com a comunidade acadêmica.

O sistema de avaliação da aprendizagem dos componentes curriculares ofertados na modalidade EaD, de forma parcial, é realizado presencialmente, mantendo o caráter diagnóstico, processual, contínuo, cumulativo e formativo que deve caracterizar todos os processos avaliativos do curso. Já nos CCRs com oferta total EaD as avaliações são realizadas



por meio de atividades encaminhadas pelo professor a serem postadas pelos alunos no ambiente virtual utilizado para as aulas.

8.4 Oferta de componentes curriculares com atividades de extensão

O Ministério da Educação (MEC), através da Resolução CNE N° 7, de 18 de dezembro de 2018, regulamenta as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares, considerando seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes. Conforme seu Art. 4º

As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

Na Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, que, no Artigo 10, §3º, prevê “Atividades de Extensão e de Cultura podem ser inseridas nas modalidades de Estágios e/ou Práticas como Componente Curricular (PCC) previstas nos currículos dos cursos, desde que atendam ao Art 9º desta resolução”.

A extensão contemplará o ciclo de construção do conhecimento, por meio de atividades que integrem a sociedade e que pode contribuir para a melhora na vida das populações afetadas, e promover uma educação crítica, ética e cidadã do corpo acadêmico. E tem por objetivo a integração do ensino/pesquisa e incorpora a extensão universitária às práticas de ensino e pesquisa, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável. Esta troca de conhecimentos é benéfica tanto para a população beneficiada, como para a formação dos estudantes inseridos e aos professores que repassam este conhecimento, bem como na própria instituição superior. As atividades de extensão podem promover uma rede de relacionamentos com agentes preocupados em desenvolver e inserir pessoas na sociedade e usar metodologias de ensino-aprendizagem usando os discentes envolvidos como no âmbito extensionista (SANTOS, 2013).

Com isso, o curso de Administração tem como intenção desenvolver atividades de extensão e/ou cultura na região de abrangência do Campus de Cerro Largo. Neste sentido, salienta-se que o campus de Cerro Largo, está sediado na Região das Missões (RS), a qual possui características específicas no tocante a seu desenvolvimento e no próprio desenvolvimento de suas organizações.



O COREDE Missões está situado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e, juntamente com os COREDE Noroeste Colonial, Missões e Fronteira Noroeste, integra a Região Funcional de Planejamento número 7. Além da Fronteira com a República Argentina o COREDE Missões tem nas suas adjacências os COREDE Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial, Vale do Jaguari e o Fronteira Oeste.

Nos 25 municípios que integram o COREDE Missões vivem 240.177 habitantes, de acordo com os dados preliminares do Censo de 2022, o que representa 2,17% da população gaúcha. Estes municípios ocupam uma área de 12.861,2 km², que corresponde a 4,79% do território do Estado do Rio Grande do Sul e equivale a uma densidade de 18,67 habitantes por km².

A economia da região, considerando o conjunto dos 25 municípios, tem nos serviços, com 63%, a maior contribuição ao Valor Adicionado Bruto (VAB) referente ao ano de 2020, seguido pela agropecuária (24,5%) e, por fim, pelas atividades industriais (12,6%). Este cenário pode ser diferente caso se analisem individualmente os municípios. Em nove deles (Caibaté, Cerro Largo, Entre-Ijuís, Giruá, Guarani das Missões, Porto Xavier, Salvador das Missões, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga) os serviços continuam representando a maior contribuição ao VAB. Dos municípios restantes, em 15 deles (Bossoroca, Dezesesseis de Novembro, Eugênio de Castro, Garruchos, Mato Queimado, Pirapó, Rolador, Santo Antônio das Missões, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões), as atividades agropecuárias compõem a maior parte do VAB. No município de Roque Gonzales, por fim, a indústria participa com maior intensidade no Valor Adicionado Bruto. Nesse sentido, as organizações presentes nesse entorno poderão ser contempladas com atividades de extensão a serem realizadas pelos acadêmicos do Curso de Administração.

Dentre os 50 componentes curriculares ofertados pelo curso de Administração, 13 terão atividades de extensão em sua composição, 15 (quinze), 30 (trinta) ou 45 (quarenta e cinco) horas destinados a este formato, além de 100 (cem) horas por meio de Atividades curriculares complementares, perfazendo um total de 340 (trezentos e quarenta) horas, ou seja, 10,25% (dez vírgula vinte e cinco por cento) da carga horária total do curso. Esses componentes serão ofertados regularmente, conforme o Quadro 10, estando distribuídos do primeiro ao oitavo nível, como forma de garantir a interação da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social, globalizado.



Quadro 10 – Componentes curriculares que compõem atividades de extensão no curso de Administração

Nível	Componente Curricular	Aulas Presenciais	Atividades de Extensão	Total de Horas
1º nível	Contabilidade introdutória	60	15	75
2º nível	Teorias da administração II	60	15	75
4º nível	Administração da produção II	60	15	75
4º nível	Pesquisa de marketing	30	15	75*
5º nível	Administração financeira I	60	15	75
5º nível	Planejamento estratégico I	60	15	75
5º nível	Gestão de custos	60	15	75
6º nível	Administração financeira II	60	15	75
6º nível	Planejamento estratégico II	30	30	60
7º nível	Logística	45	15	75**
7º nível	Direito tributário e do trabalho	60	15	75
8º nível	Fundamentos Socioantropológicos	45	15	60
8º nível	Componente Optativo IV	15	45 ****	60
	Atividades curriculares complementares ou Atividades Autônomas		100 *****	180***

* CCR com 30 (trinta) horas não presenciais.

** CCR com 15 (trinta) horas não presenciais.

*** Do total de 180 horas, 80 (oitenta) horas de ACCs serão desenvolvidas pelos discentes, conforme regulamentação específica.

**** Tratando-se o Componente Optativo IV, de composição específica de extensão ao Curso de Administração e tendo em vista esta especificidade, torna-se obrigatório que o aluno realize dentre as várias opções que o curso oferece uma que possua a carga horária de 45 (quarenta e cinco) horas de Extensão, escolhendo uma dentre as opções oferecidas pelo curso.

***** O estudante terá obrigatoriedade de realizar 100 (cem) horas de Extensão, contempladas por meio de atividades curriculares complementares, prevista no Regulamento destas Atividades.

Os docentes dos componentes curriculares, com atividades de extensão, deverão no seu plano de curso detalhar as ações a serem desenvolvidas, cujos planos serão apresentados ao colegiado de curso para apreciação e aprovação. Assim sendo, a validação das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas pelos estudantes no âmbito dos currículos dos cursos será conduzida pela Coordenação de Extensão e Cultura e homologada no colegiado do Curso de Administração.

O Quadro 11 contém a descrição das atividades de extensão para compor o Projeto Pedagógico do Curso de Administração, Bacharelado, do *Campus* Cerro Largo, para atender a RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021:



Quadro 11 – Componentes curriculares e respectivas descrição das atividades de extensão do curso de Administração

NÍVEL	Componente Curricular	Descrição das atividades de extensão
1º nível	Contabilidade introdutória	A atividade consistirá em aplicar, em uma empresa, um controle de estoque médio ponderado durante um determinado período para controlar um dos produtos comercializáveis ou um dos insumos utilizados pela empresa.
2º nível	Teorias da administração II	<p>O Componente Curricular (CCR) Teorias da Administração II, prevê 15 (quinze) horas de atividade extensionista como curricularização da extensão. Dessa forma, a atividade de extensão deste CCR está vinculada a um projeto de extensão que tem como objetivo debater, através de webinários, temas voltados ao empreendedorismo inovador, trazendo estudos de caso e boas práticas gerenciais em habitats de inovação.</p> <p>Nesse sentido, realiza-se edições de eventos ligados ao projeto com a participação proativa dos alunos do CCR, os quais participaram da atividade extensionista como protagonistas. Dentre as atividades desempenhadas pelos alunos estão: o planejamento do evento e sua organização a partir da escolha das temáticas propostas, escolha de palestrantes e, posteriormente, realização do contato e convite aos mesmos, elaboração dos banners de divulgação, auxílio na divulgação do evento e participação ativa durante o evento com interação junto aos palestrantes através de perguntas realizadas durante o evento.</p> <p>O evento ocorre de forma online, com transmissão via YouTube, assim, além da presença dos alunos do CCR, o mesmo conta também com a participação da comunidade externa.</p>
4º nível	Administração da produção II	A atividade de extensão se refere aos Ciclos de Oficinas da Administração da Produção, tendo como objetivo oportunizar aos discentes o papel de protagonistas na organização dos conteúdos de administração da produção e desenvolvimento das oficinas. Nesse sentido, as atividades de extensão serão programadas dentro do cronograma da disciplina, perfazendo um total de 15 horas durante o semestre.
4º nível	Pesquisa de marketing	A extensão no CCR de Pesquisa de Marketing se refere à aproximação dos acadêmicos do curso de Administração e a sociedade civil e empresarial da região, por meio da prestação de serviços em pesquisas mercadológicas. A partir de diálogos com a sociedade civil e empresarial, os acadêmicos realizam os diagnósticos de necessidades de informações mercadológicas, elaboram um projeto para a realização da pesquisa e procedem à coleta e



NÍVEL	Componente Curricular	Descrição das atividades de extensão
		análise dos dados. Um relatório é gerado e entregue aos interessados, participantes da ação, como meio de auxiliar no desenvolvimento local.
5º nível	Administração financeira I	As atividades de extensão serão realizadas em forma de oficinas sobre Declaração de Imposto de Renda para Investidores da Bolsa de Valores.
5º nível	Planejamento estratégico I	As atividades de extensão serão realizadas por meio da aplicação de duas ferramentas (Matriz SWOT e 5W2H) para auxílio/criação de planejamento estratégico de organizações, por meio de um sistema de planilha eletrônica. O discente vai preencher a planilha com dados de uma organização de Cerro Largo e/ou região. Assim, as atividades de extensão estão programadas dentro do cronograma do CCR, perfazendo um total de 15h durante o semestre.
5º nível	Gestão de custos	A atividade consistirá em realizar um relatório de análise de práticas de gestão de custos ambientais ou desenvolvidas em forma de prestação de serviços, de tira dúvidas sobre custos, para empresas de pequeno porte, conforme cronograma sistemático, estabelecido no plano de curso do CCR.
6º nível	Administração financeira II	As atividades de extensão serão desenvolvidas em forma de prestação de serviços, de tira dúvidas contábeis, para pequenas empresas, referente ao controle organizacional, cuja divulgação seria realizada por meio da Empresa Júnior e a execução pelos matriculados no CCR e pelo docente, conforme cronograma sistemático, estabelecido no plano decurso do CCR.
6º nível	Planejamento estratégico II	As atividades de extensão serão realizadas por meio de uma proposição de um planejamento estratégico para uma organização de Cerro Largo, Região ou de interesse do acadêmico.
7º nível	Logística	A extensão poderá ser desenvolvida por meio da organização e desenvolvimento de viagens de estudos e, também, por meio de Ciclos de Oficinas referente a Aplicação de ferramentas de Gestão da Logística, possibilitando aos discentes o papel de protagonistas na organização no e desenvolvimento das oficinas e das viagens. Essas ações de extensão serão programadas dentro do cronograma da disciplina, perfazendo um total de 15 horas durante o semestre, sendo que as oficinas poderão acontecer de forma on-line.
7º nível	Direito tributário e do trabalho	Atividade: A mulher no trabalho na região da UFFS Realização de pesquisa e divulgação de resultados sobre o trabalho da mulher em 5 (cinco) municípios da região de abrangência da UFFS, com procedência de acadêmicos da Turma. O objetivo é verificar a empregabilidade da mulher, o setor em que predomina e identificar a faixa salarial para, posteriormente, traçar um comparativo salarial de homens que desenvolvem as mesmas atividades. Amostragem representativa de entrevistados.



NÍVEL	Componente Curricular	Descrição das atividades de extensão
		Após a análise de dados, estes serão e divulgados em grupos e redes sociais.
8º nível	Fundamentos Socioantropológicos	Atividades: 1. Visita guiada ao Museu Antropológico Doutor Pestana, da UNIJUI, em Ijuí. A partir dessa visita reconhecer os arquivos de documentos sobre a região e sobre a formação da sociedade brasileira; (5 horas) 2. Exposição de fotos sobre a formação socioantropológica da região. A ser organizada com a turma específica, buscando evidenciar traços da formação social e das características atuais da população. Os alunos buscam fotos de "ontem" e de "hoje"; organizam as mesmas em painéis; realizam a exposição. Exposição a ser realizada durante o desenvolvimento do CCR, no Saguão do Bloco A. (10 horas).
8º nível	Componente Optativo IV	O desenvolvimento das ações de extensão neste CCR permeiam o planejamento, a organização e o desenvolvimento de eventos voltados para o interesse da sociedade. Áreas como gestão, educação, desenvolvimento regional e afins serão trabalhadas em atividades desenvolvidas pelos acadêmicos e que contribuam para conscientizar e aprimorar conhecimentos e experiências.

Cabe destacar que essas atividades de extensão que estão descritas no Quadro 11 poderão sofrer alterações, permitindo flexibilidade ao docente em reavaliar e definir estratégias e possibilidades para seu percurso formativo nas atividades de Extensão e/ou Cultura de forma a atender a Resolução CNE Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e da Resolução Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, de 17 de dezembro de 2021, conforme percepção e adequação realizada pelo docente que estiver ministrando o CCR.

Já as Atividades Curriculares Complementares (ACCs) ou Atividade Autônomas (AAs) são desenvolvidas e validadas conforme regulamentação própria.

Dentre as estratégias metodológicas, para as atividades de extensão, que os docentes poderão utilizar nos seus planos de curso, destacam-se:

a) Os programas que compõem pelo menos dois projetos e outras ações de extensão, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, desenvolvido de forma processual e contínua por mais de um ano, integrando o ensino e a pesquisa;

b) O Projeto que também possui caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com duração determinada de em média 1 (um) ano, integrando o ensino e a pesquisa, podendo ou não estar vinculado a um programa;



c) Os cursos ou oficinas são ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, que são planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária, e critério de avaliação definidos, podem ser de atualização, de aperfeiçoamento ou treinamento, para comunidade ou organizações.

d) Evento é a ação que implica na apresentação pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico, como: congressos, seminários, ciclos de debate, exposição.

e) A prestação de serviço refere-se à realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior e pode-se dar por meio de atendimento ao público, serviços eventuais, atividades de propriedade intelectual, exames e laudos técnicos, atendimentos empresariais.

Salienta-se que estas são algumas sugestões de atividades que podem ser utilizadas pelos docentes, pois como nas demais atividades do curso, cada docente tem a prerrogativa de buscar o aperfeiçoamento das metodologias propostas, em constante diálogo com os discentes e com a comunidade acadêmica como um todo, pois a atividade preza esta relação.

8.5 Atendimento às legislações específicas

O curso de Administração, *Campus* Cerro Largo, atende às seguintes legislações específicas:

8.5.1 Legislação nacional

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

O curso oferece uma série de CCRs obrigatórios que contemplam nas respectivas ementas conteúdos de educação ambiental. Em Meio Ambiente, Economia e Sociedade, a ementa aborda temas como a relação entre o meio ambiente e modelos de organização das sociedades, ecologia, sustentabilidade, sociedade civil e questão ambiental. Além disso, a educação ambiental é integrada a outras disciplinas, de modo transversal. O CCR Filosofia e Ética, por exemplo, aborda a responsabilidade social e ecológica das organizações. Considerando os componentes direcionados à linha de formação do curso, Desenvolvimento



Socioeconômico, tem-se no CCR Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos a abordagem direta das questões ligadas ao desenvolvimento sustentável. Assim, há evidências presentes no CCR que estão relacionadas com a temática a partir do processo de reestruturação produtiva até a abordagem das cadeias produtivas em escala global e as formas organizativas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Além disso, este CCR tem forte relação com as questões ambientais e de que nele são trabalhados o reconhecimento de valores, buscando modificar atitudes em relação ao meio e que impulsionam a responsabilidade social e ecológica nas organizações.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Os CCRs obrigatórios de Fundamentos Socioantropológicos e Direitos e Cidadania preveem nas respectivas ementas temas como diversidade cultural, identidade nacional, conflitos e desigualdade, no primeiro; e o processo de constituição dos direitos civis, políticos e sociais, no segundo. Tais temas abordam as relações étnico-raciais e temáticas relativas aos afrodescendentes, incluindo questões de classe social, status e inclusão, conforme prevê a resolução em questão. Cabe destacar que neste CCR de Direitos e Cidadania, ao tratar do conteúdo de direitos, cidadania e movimentos sociais, se evidencia, numa perspectiva crítica, aspectos que contemplam diferentes linhas interpretativas, a análise sociológica da categoria trabalho, na contemporaneidade, buscando problematizar o lugar da mulher, do negro e do índio, ou seja, das denominadas minorias e do processo de inclusão destas nas organizações.

Para além dos CCRs obrigatórios, os acadêmicos têm a possibilidade de cursar a disciplina de História da Fronteira Sul, ofertada como domínio comum, entre os cursos do *Campus Cerro Largo*, discutindo as construções socioculturais e de povoamento da Região Sul do Brasil. Por fim, cabe ressaltar o papel do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS, instituído com o intuito de promover os valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, que também vai ao encontro da respectiva Resolução.



Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

As orientações desta resolução são contempladas no CCR Direitos e Cidadania, que prevê em sua ementa o tema direitos e cidadania na Constituição de 1988. Este CCR aborda, especificamente, os direitos políticos, o direito à saúde, o direito à educação e o financiamento dos direitos fundamentais no Brasil. Ainda, dentre os componentes direcionados à linha de formação do curso, Desenvolvimento Socioeconômico, tem-se o CCR de Desenvolvimento socioeconômico: estudos contemporâneos, obrigatório, que contempla discussões referentes às teorias que acentuam o papel dos atores sociais e da geração de trabalho e renda alternativas ao capitalismo. Nesse sentido, a literatura estudada abrange as temáticas de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento, bem como o estado de bem-estar social no século XXI.

8.6 Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso apresentará CCR do tipo Módulo, que, segundo o Regulamento da Graduação (RESOLUÇÃO Nº 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022), é definido como:

Art. 61. Módulo é o componente curricular que possui caracterização análoga à de disciplina, com as seguintes ressalvas:

- I - pode ter carga horária que não seja um múltiplo de 15 (quinze) horas;
- II - não requer carga horária semanal determinada;
- III - pode formar turmas cuja duração não coincida integralmente com a do período letivo vigente, desde que não ultrapasse a data de término do período prevista no Calendário Acadêmico.

§ 1º Só podem ser cadastrados como módulos presenciais os componentes curriculares em que sejam oferecidas aulas com presença obrigatória do professor e dos estudantes, não sendo permitido o cadastramento como módulos de componentes curriculares em que a carga horária integralizada pelo estudante e a quantidade de horas de aula ministradas pelo professor ou professores seja distinta.

§ 2º Os módulos a distância seguem a mesma caracterização dos módulos presenciais.

§ 3º Aplicam-se aos módulos todas as disposições relativas às disciplinas, inclusive o disposto no artigo 60, no que couber.



Na descrição da matriz curricular os CCRs estão vinculados a grandes áreas do conhecimento, de acordo com a seguinte subdivisão:

EX	Ciências exatas e da terra		CA	Ciências Agrárias
CB	Ciências Biológicas		CS	Ciências Sociais e Aplicadas
EN	Engenharias		CH	Ciências Humanas
SA	Ciências da Saúde		LA	Linguística, Letras e Artes

No que se refere ao campo Domínio:

CM	Domínio Comum
CX	Domínio Conexo
ES	Domínio Específico



8.6.1 Componentes curriculares obrigatórios

Quadro 12-Componentes Curriculares Obrigatórios

Curso de graduação em Administração – Bacharelado <i>Campus Cerro Largo</i>					Atividades A						Total de Horas	Pré-req
Níveis	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Aulas presenciais			Aulas na modalidade EaD	Estágio	TCC *		
					Teórica	Prática	Extensio nista	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
1º Nível	01	ES	GCS593	Teorias da administração I	45			15			60	
	02	CM	GLA0683	Produção textual acadêmica	60						60	
	03	ES	GCS594	Economia I	60						60	
	04	ES	GCS808	Contabilidade introdutória	60		15				75	
	05	ES	GCH1318	Filosofia e ética	30						30	
	06	CM	GEX1044	Matemática C	60						60	
Subtotal					315		15	15			345	
2º Nível	07	ES	GCS596	Teorias da administração II	60		15				75	1
	08	ES	GCS597	Gestão de pessoas I	45			15			60	
	09	ES	GCS598	Administração de marketing	60						60	
	10	ES	GCS599	Contabilidade gerencial	60						60	4
	11	ES	GCS600	Comportamento organizacional	30			30			60	
	12	CX	GEX961	Cálculo I	60						60	6
Subtotal					315		15	45			375	
3º Nível	13	ES	GCS601	Administração da produção I	45			15			60	
	14	ES	GCS602	Organização, sistemas e métodos	30			30			60	
	15	ES	GCS603	Economia II	60						60	
	16	CM	GCH1788	Iniciação à prática científica	45			15			60	
	17	CM	GEX1041	Estatística básica	60						60	



Curso de graduação em Administração – Bacharelado Campus Cerro Largo					Atividades A						Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais			Aulas na modalidade EaD	Estágio	TCC *		
Níveis	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensivista	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
	18	ES		Componente optativo I	60						60	
Subtotal					300			60			360	
4º Nível	19	ES	GCS604	Administração da produção II	60		15				75	
	20	ES	GCS605	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	45			15			60	
	21	ES	GCS812	Pesquisa de marketing	30		15	30			75	
	22	ES	GCS607	Gestão de pessoas II	30			30			60	8
	23	ES	GCS608	Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	60						60	
	24	ES	GCS609	Matemática financeira	60						60	
Subtotal					285		30	75			390	
5º Nível	25	ES	GCS610	Estratégia de marketing	30			30			60	9
	26	ES	GCS611	Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	45			15			60	20
	27	ES	GCS612	Administração financeira I	60		15				75	4
	28	ES	GCS613	Planejamento estratégico I	60		15				75	7
	29	ES	GCS614	Gestão de custos	60		15				75	
	30	ES	GCS615	Pesquisa operacional	45			15			60	
	31	ES		Componente optativo II	30						30	
Subtotal					330		45	60			435	
6º Nível	32	ES	GCS616	Administração de materiais	45			15			60	
	33	ES	GCS617	Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise	30			30			60	26
	34	ES	GCS816	Administração financeira II	60		15				75	24



Curso de graduação em Administração – Bacharelado Campus Cerro Largo					Atividades A						Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais			Aulas na modalidade EaD	Estágio	TCC *		
Níveis	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensivista	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
	35	ES	GCS619	Planejamento estratégico II	30		30				60	28
	36	CX	GCS620	Empreendedorismo	30			30			60	
	37	CM	GCS0683	Direitos e cidadania	60						60	
	38	ES		Componente optativo III	30						30	
Subtotal					285		45	75			405	
7º Nível	39	ES	GCS818	Projeto de trabalho de conclusão de curso	30			30			60	8, 13, 16, 29, 35, 36
	40	ES	GCS622	Planejamento financeiro e orçamentário	30			30			60	
	41	ES	GCS623	Logística	45		15	15			75	32
	42	ES	GCS624	Direito tributário e do trabalho	60		15				75	
	43	ES	GCS625	Gestão de tecnologias e sistemas de informação	30			30			60	
	44	CM	GCH1730	Introdução ao pensamento social	60						60	
Subtotal					255		30	105			390	
8º Nível	45	ES	GCS819	Trabalho de conclusão de curso	30			30		45	105	39
	46	ES	GCS820	Estágio curricular supervisionado	15	60		15			90	7
	47	ES	GCS821	Fundamentos socioantropológicos	45		15				60	
	48	ES	GCS629	Direito empresarial	60						60	
	49	CM	GCS0682	Meio ambiente, economia e sociedade	60						60	
	50	ES		Componente optativo IV	15		45				60	
Subtotal					225	60	60	45		45	435	
Subtotal Geral					2.310	60	240	480		45	3.135	



Curso de graduação em Administração – Bacharelado Campus Cerro Largo					Atividades A					Total de Horas	Pré-req	
					Aulas presenciais			Aulas na modalidade EaD	Estágio			TCC *
Níveis	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensio nista	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
Atividades curriculares complementares ou Atividades Autônomas							100				180	
Total Geral					2.310	60	340	480		45	3.315	

CM – Domínio Comum

CX – Domínio Conexos

ES – Domínio Específico



8.6.2 Componentes curriculares optativos

Os componentes optativos do curso de Administração têm como objetivo flexibilizar a formação do acadêmico, oportunizando a adequação do seu currículo conforme os seus interesses particulares, as demandas sociais e os temas emergentes da área. A carga horária total de componentes optativos a ser cursada será de 180 horas, estando a oferta desses componentes distribuídas nos diferentes níveis do curso e no formato de 30 horas ou 60 horas. A seguir estão listados estes componentes, possuindo ementas em aberto, tendo em vista que serão ofertados considerando os aspectos da realidade vivenciada pelo curso, a partir dos anseios dos acadêmicos, da contemporaneidade dos temas às suas formações e da disponibilidade dos docentes. A exceção refere-se aos componentes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Teoria cooperativista I, Responsabilidade socioambiental e História da Fronteira Sul. Ainda, no Novo PPC, são considerados como componentes optativos os componentes oferecidos por outros cursos de graduação do *Campus Cerro Largo* e que constam no Quadro 14. Ressalta-se também que a oferta dos componentes optativos será analisada e deferida pelo colegiado do curso.

Quadro 13 - Componentes Curriculares Optativos

Curso de graduação em Administração – Bacharelado <i>Campus Cerro Largo</i>			Atividades*						Total de Horas
			Aulas presenciais			Aulas na modalidade EaD			
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	Teórica	Prática	Extensionista	
51	GLA212	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60						60
52	GCS073	Teoria cooperativista I	60						60
53	GCS085	Responsabilidade socioambiental	30						30
54	GCH1731	História da Fronteira Sul	60						60
55	GCS630	Tópicos especiais I	60						60
56	GCS631	Tópicos especiais II	60						60



Curso de graduação em Administração – Bacharelado <i>Campus Cerro Largo</i>			Atividades*						Total de Horas
			Aulas presenciais			Aulas na modalidade EaD			
			Teórica	Prática	Extensionista	Teórica	Prática	Extensionista	
Nº	Código	Componente Curricular							
57	GCS632	Tópicos especiais III	60					60	
58	GCS633	Tópicos especiais IV	60					60	
59	GCS634	Tópicos especiais V	60					60	
60	GCS635	Tópicos especiais VI*	15		45			60	
61	GCS636	Tópicos especiais VII*	15		45			60	
62	GCS637	Tópicos especiais VIII*	15		45			60	
63	GCS638	Tópicos especiais IX*	15		45			60	
63	GCS639	Tópicos especiais X*	15		45			60	
65	GCS640	Tópicos especiais XI	30					30	
66	GCS641	Tópicos especiais XII	30					30	
67	GCS642	Tópicos especiais XIII	30					30	
68	GCS643	Tópicos especiais XIV	30					30	
69	GCS644	Tópicos especiais XV	30					30	
70	GCS645	Tópicos especiais XVI	30					30	
71	GCS646	Tópicos especiais XVII	30					30	
72	GCS823	Tópicos especiais XVIII				30**		30	
73	GCS824	Tópicos especiais XIX				30**		30	
74	GCH1768	Prática de ensino: pesquisa em educação		45	15			60	
75	GEX1040	Computação Básica	60					60	
76	GCH816	Fundamentos do Ensino e da Aprendizagem	60					60	
77	GCH1766	Políticas Educacionais	30					30	
78	GCH810	Educação Inclusiva	30					30	
79	GLA350	Fonética e fonologia de Língua Portuguesa	20	5		5		30	



Curso de graduação em Administração – Bacharelado Campus Cerro Largo			Atividades*						Total de Horas
			Aulas presenciais			Aulas na modalidade EaD			
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	Teórica	Prática	Extensionista	
80	GEX208	Informática básica	60						60
81	GEN0478	Recursos energéticos e energias renováveis	15		15				30
82	GEN131	Engenharia de segurança no trabalho	30						30
83	GEN133	Avaliação de impacto ambiental	60						60
84	GCS809	Direito e Legislação Ambiental	30		45				45
85	GCS257	Princípios de Administração	45						45
86	GEN486	Saúde Ambiental	30		15				45
87	GEX200	Probabilidade e Estatística	45						45
88	GCS295	Desenho técnico	45						45
89	GCB007	Fundamentos de ecologia	45						45
90	GCS521	Metodologia da pesquisa	30						30
91	GEN080	Topografia básica	60						60
92	GCA537	Oficina de prática interdisciplinar	30						30
93	GCA529	Desenvolvimento e extensão rural	60						60

* Tópicos especiais VI, VII, VIII, IX e X correspondem ao Componentes optativo IV. Esse componente será obrigatoriamente ofertado no oitavo semestre com quarenta e cinco horas de extensão e quinze horas teóricas.

** Tópicos especiais XVIII, XIX esses componentes serão ofertados como componentes optativos em EaD e serão analisados e deferidos pelo colegiado do curso.

Quadro 14 – Grupo de Componentes Curriculares Optativos Extensionistas

Carga horária mínima: 45 horas e Carga horária máxima: 45 horas



Curso de graduação em Administração – Bacharelado Campus Cerro Largo			Atividades*						Total de Horas
			Aulas presenciais			Aulas na modalidade EaD			
			Teórica	Prática	Extensionista	Teórica	Prática	Extensionista	
Nº	Código	Componente Curricular							
60	GCS635	Tópicos especiais VI*	15		45				60
61	GCS636	Tópicos especiais VII*	15		45				60
62	GCS637	Tópicos especiais VIII*	15		45				60
63	GCS638	Tópicos especiais IX*	15		45				60
64	GCS639	Tópicos especiais X*	15		45				60

Os componentes curriculares das estruturas dos outros cursos, listados no Quadro 15, poderão ser validados como carga horária optativa nos componentes do Curso de Administração, validação será realizada tendo como base a equivalência da carga horária total do CCR, ou seja, CCRs dispostos no Quadro 15 com 60 horas terão equivalência a CCRs do Curso de Administração (Quadro 13) com o mesmo quantitativo de horas. Assim, aumentam-se as opções de ofertas de Componentes Optativos aos acadêmicos, atendendo ao previsto no Art. 37 da Resolução N° 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022, referente às opções de escolha do discente ser disponibilizada, na oferta, pelo menos 50% superior à carga horária mínima para cumprir na estrutura curricular.

Resumo de carga horária dos estágios, ACCs e TCC.

Quadro 15 - Resumo de carga horária dos estágios, ACCs e TCC

Resumo de Carga horária de Estágio, ACC, TCC e Atividades em formato EaD (quando aplicável)	Carga horária (horas)
Projeto de trabalho de conclusão de curso	60**



Resumo de Carga horária de Estágio, ACC, TCC e Atividades em formato EaD (quando aplicável)	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso	105***
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	90****
Atividades Curriculares Complementares (ACC)	180*****
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE)	-
Extensão nos componentes curriculares	240
Atividades em formato EaD nas em disciplinas Optativas	60*****

Nota: (*) Há carga horária vinculada à Extensão.

** Projeto de trabalho de conclusão de curso: 60 (sessenta) horas, sendo 30 (trinta) horas teóricas presenciais e 30 (trinta) horas na modalidade EaD.

*** Trabalho de Conclusão de Curso: 105 (cento e cinco) horas, sendo 30 (trinta) horas teóricas presenciais, 30 (trinta) horas na modalidade EaD e 45 (quarenta e cinco) horas de pesquisa /discente orientada.

****Estágio Curricular Supervisionado (ECS): 90 (noventa) horas, sendo 15 (quinze) horas teóricas presenciais, 15(quinze) horas na modalidade EaD e 60 (sessenta) de práticas nas Unidades Concedentes do Estágio.

*****Atividades Curriculares Complementares (ACC) extensionista ou Atividades Autônomas Extensionistas: carga horária mínima 100 (cem) horas e mais 80 (oitenta) horas conforme regulamento específico das ACCs.

*****Atividades em formato EaD nas em disciplinas Optativas: Tópicos especiais XVIII e Tópicos especiais XIX, cujas horas serão na modalidade EaD, sendo 30 (trinta) horas para cada componente curricular, a ser ofertados após serem analisados e deferidos pelo colegiado do curso.



8.8 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular

1º SEMESTRE 345 horas	2º SEMESTRE 375 horas	3º SEMESTRE 360 horas	4º SEMESTRE 390 horas	5º SEMESTRE 435 horas	6º SEMESTRE 405 horas	7º SEMESTRE 390 horas	8º SEMESTRE 435 horas
1 ES Teorias da administração I 60	7 ES Teorias da administração II 75	13 ES Administração da produção I 60	19 ES Administração da produção II 75	25 ES Estratégia de marketing 60	32 ES Administração de materiais 60	39 ES Projeto de trabalho de conclusão de curso 30h teóricas presenciais e 30h EaD 8, 13, 16, 29, 35, 36 60	45 ES Trabalho de conclusão de curso 30h teóricas e 30 EaD e 45h atividade orientada 39 105
2 CM Produção textual acadêmica 60	8 ES Gestão de pessoas I 60	14 ES Organização, sistemas e métodos 60	20 ES Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos Linha de formação 60	26 ES Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos Linha de formação 60	33 ES Desenvolvimento socioeconômico: Metodologias de análise Linha de formação 60	40 ES Planejamento financeiro e orçamentário 60	46 ES Estágio curricular supervisionado 60h práticas e 15h teóricas e 15h EaD 7 90
3 ES Economia I 60	9 ES Administração de marketing 60	15 ES Economia II 60	21 ES Pesquisa de marketing 75	27 ES Administração financeira I 75	34 ES Administração financeira II 75	41 ES Logística 75	47 ES Fundamentos socioantropológicos 60
4 ES Contabilidade introdutória 75	10 ES Contabilidade gerencial 60	16 CM Iniciação à prática científica 60	22 ES Gestão de pessoas II 60	28 ES Planejamento estratégico I 75	35 ES Planejamento estratégico II 60	42 ES Direito tributário e do trabalho 75	48 ES Direito empresarial 60
5 ES Filosofia e ética 30	11 ES Comportamento organizacional 60	17 CM Estatística básica 60	23 ES Economia brasileira e políticas de desenvolvimento 60	29 ES Gestão de custos 75	36 CX Empreendedorismo 60	43 ES Gestão de tecnologias e sistemas de informação 60	49 CM Meio ambiente, economia e sociedade 60
6 CM Matemática C 60	12 CX Cálculo I 60	18 Componente optativo I 60	24 ES Matemática financeira 60	30 ES Pesquisa Operacional 60	37 CM Direitos e cidadania 60	44 CM Introdução ao pensamento social 60	50 Componente optativo IV 60
<p>Ordem Domínio</p> <p>COMPONENTE CURRICULAR</p> <p>Pré-requisito C. horário</p>		<p>Fomação básica</p> <p>Fomação profissional</p> <p>Estudos quantitativos e suas tecnologias</p> <p>Fomação complementar</p> <p>Domínio comum (CM)</p> <p>Domínio conexo (CX)</p> <p>Domínio específico (ES)</p> <p>Componentes optativos e ACCs</p>		31 Componente optativo II 30	38 Componente optativo III 30		
Atividades curriculares complementares (ACCs)							
180							



8.9 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura curricular do curso

8.9.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I)

Conforme disposto no Art. 1º RESOLUÇÃO Nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015:

Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se estágio o conjunto de atividades de caráter acadêmico-profissional e social vinculadas à área de formação do estudante e desenvolvidas em Unidades Concedentes de Estágio (UCEs), em conformidade com as exigências da legislação de estágio, com os princípios institucionais, com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFFS e com o presente Regulamento.

O estágio curricular supervisionado, conforme estabelecido no Art 2º Nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015, definido como estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para integralização do curso e obtenção de diploma, e tem por objetivo:

- I - fortalecer a formação teórico-prática a partir do contato e da vivência de situações profissionais e socioculturais vinculadas à área de formação dos acadêmicos;
- II - fomentar o diálogo acadêmico, profissional e social entre a UFFS e as UCEs;
- III - aproximar o estudante da realidade profissional e social de sua área de formação;
- IV - desenvolver atividades curriculares previstas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- V - aprimorar o exercício da observação e da interpretação contextualizada da realidade profissional e social;
- VI - promover o planejamento e o desenvolvimento de atividades de intervenção profissional e/ou social que envolvam conhecimentos da área de formação do estagiário;
- VII - fomentar a prática da pesquisa como base da observação, do planejamento, da execução e da análise dos resultados das atividades desenvolvidas pelo acadêmico no âmbito dos estágios;
- VIII - ampliar a oferta de possibilidades de formação acadêmico-profissional e social dos cursos, para além dos componentes curriculares obrigatórios;
- IX - fortalecer o exercício da reflexão e do questionamento acadêmico, profissional e social e o aperfeiçoamento dos projetos formativos dos cursos;
- X - fortalecer o diálogo curricular entre os cursos da UFFS e as áreas afins e com os domínios que integram seus currículos.

Assim, concebe-se o estágio como um tempo-espaço de formação teórico-prática orientada e supervisionada que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de



formação.

O estágio curricular supervisionado do curso de Administração é uma disciplina obrigatória, pois compreende a uma das bases curriculares para atingir o perfil formativo do acadêmico de Administração. Segue a concepção de estágio proposta pela política de estágio da UFFS (Resolução n. 7/2015 – CONSUNI/CGRAD e RESOLUÇÃO Nº 5/CONSUNI CGAE/UFFS/2018).

O desenvolvimento do estágio curricular supervisionado, está estruturado em 1 (uma) disciplina - Estágio curricular supervisionado - que contempla o estágio nas organizações (60 horas), aulas teóricas na modalidade EaD (15 horas) e aulas teóricas presenciais (15 horas) totalizando 90 horas. Para o desenvolvimento do mesmo o acadêmico deve ter cursado apenas a disciplina de Teorias da Administração II, ofertada no 2º nível do curso, a fim oportunizar ao acadêmico a inserção em atividades práticas o mais breve possível durante a sua graduação. O estágio poderá ser desenvolvido em uma das seguintes áreas: Administração Geral; Administração Financeira; Administração da Produção, Logística e Materiais; Administração de Pessoas; Administração de Marketing; Administração de Cooperativas; Planejamento Estratégico; Pesquisa Operacional; Comércio Exterior; Administração Pública e, Administração de Sistemas de Informação.

As atividades de estágio curricular supervisionado do curso de Administração são normatizadas por regulamento próprio, constante no Anexo I.

8.9.2 Atividades curriculares complementares (Normatização no ANEXO II)

As atividades curriculares complementares (ACCs) ou atividades autônomas são atividades realizadas pelo acadêmico, de sua escolha, desde que vinculadas à sua formação e que possibilitam a complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas emergentes ligados à Administração ao mesmo tempo em que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e/ou interdisciplinares, bem como o desenvolvimento das habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso. Tem como objetivo flexibilizar o currículo obrigatório, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional e propiciar a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre comunidade e universidade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e cidadã.

As ACCs têm uma carga horária mínima prevista de 180 (cento e oitenta) horas e são



normatizadas em regulamento próprio, constando do Anexo II, e serão avaliadas e reconhecidas, semestralmente, por avaliadores indicados pelo colegiado do curso, no sistema acadêmico vigente, com registro nos históricos acadêmicos.

8.9.3 Trabalho de conclusão de curso (Normatização no ANEXO III)

O trabalho de conclusão de curso (TCC), consiste na elaboração de estudo formal, identificando um problema e encontrando sua solução por meio de uma reflexão crítica, a partir dos conhecimentos assimilados ao longo do curso de Administração. A materialização se dará com defesa em banca. A elaboração do TCC seguirá o que estabelece o Anexo III, totaliza 165 horas, divididos em 60 horas no projeto de trabalho de conclusão de curso (PTCC) e 105 horas no TCC. Diante da importância desses componentes curriculares na formação acadêmica do curso de Administração, é indispensável que sejam cumpridos os seguintes componentes como pré-requisitos: Gestão de pessoas I; Administração de marketing; Administração da produção I; Iniciação à prática científica; Gestão de custos; Empreendedorismo; Planejamento estratégico II.

A consecução desses componentes curriculares se dá em dois momentos distintos, o primeiro no PTCC e o segundo no TCC, constituindo-se em apresentação escrita, na forma de relatório, no prazo previamente estabelecido pelo professor responsável pelo componente curricular do PTCC e TCC, submetendo o primeiro aos pareceristas que avaliarão por meio de parecer e o segundo será avaliado por banca examinadora. A avaliação deverá ser processual, ocorrendo sistemática e continuamente ao longo dos semestres que os componentes forem cursados. O TCC possui papel culminante na formação no curso de Administração, pois, por meio da integração da teoria a prática, desafiará o acadêmico na identificação e solução de problemas emergidos ao longo da sua formação acadêmica.

8.9.4 Atividades de inserção da Extensão e Cultura no currículo

As atividades de extensão e cultura desenvolvidas no curso têm o estudante como protagonista e contribuem na produção e democratização do conhecimento científico e tecnológico e estão inseridas no currículo em duas modalidades, atendendo a RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, conforme o Quadro 10, 11, 14 e 17.

Com base na composição da estrutura curricular, se produziu o Quadro 17 com a forma



e a respectiva carga horária que atenderá a inserção da extensão e da cultura:

Quadro 16 - Modalidades das atividades de extensão e cultura no curso de Administração

Modalidades das atividades de extensão	Carga horária (horas)
CCR Misto	240
ACCs	100
Total na modalidade extensão e cultura	340

Quanto às 240 horas realizadas dentro dos CCRs, o procedimento avaliativo das ações se dará por meio do envio de um formulário de avaliação, encaminhado pelo docente responsável pela ação de extensão a todos os participantes. Os resultados das avaliações serão compilados em um relatório, bem como a descrição das ações de extensão realizadas no CCR que deverão ser encaminhados ao Coordenador(a) Adjunto(a) de Extensão do Curso, que fará os encaminhamentos ao Colegiado.



8.10 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.

8.10.1 Componentes curriculares de oferta regular

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS593	TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I	60
EMENTA		
Introdução a administração. Ambiente externo. Planejamento. Organização. Liderança. Controle. Administração científica. Escola normativista. Escola das relações humanas.		
OBJETIVO		
Fazer com que os acadêmicos compreendam o contexto organizacional, o universo profissional e a evolução do pensamento administrativo por meio das escolas da administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DAFT, Richard L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, 2010. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução a administração . 8. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1981. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. Administração . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. RIBEIRO, A. L. Teorias da administração . 3. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2016. STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. Administração . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: novo cenário competitivo . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BLANCHARD, K.; PEALE, N. V. O poder da administração ética . 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. DRUCKER, P. F. Introdução à administração . São Paulo: Pioneira, 2002. FAYOL, H. Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação e controle . São Paulo: Atlas, 2007. FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F.; PEREIRA, M. I. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas . São Paulo: Pioneira, 2002. HANDY, C. B. Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura empresarial . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. Administração: princípios e tendências . 2. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008. LONGENECKER, J. G. Administração de pequenas empresas . São Paulo: Cengage Learning, 2007. ROBBINS, S. P.; DECENZO, D. A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. SCHERMERHORN, J. R. Administração . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.		
Número de unidades de avaliação	02	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0683	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
EMENTA		
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028 : Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023 : Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 10520 : Informação e documentação - Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. KOCH, Ingedore V. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. KOCH, Ingedore V. I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto . São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS594	ECONOMIA I	60
EMENTA		
Conceitos básicos. Introdução ao pensamento econômico. Teoria do consumidor. Demanda individual e de mercado. Oferta. Equilíbrio de mercado. Elasticidades. Teoria da firma: produção e custos de produção. Estruturas de mercado.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes de Administração o entendimento básico quanto aos principais conceitos que envolvem a Teoria Microeconômica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MANKIW, N. G. Introdução à economia . 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2009. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; ROSSETTI, J. P. Introdução à economia . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos, uma abordagem moderna . Rio de Janeiro: Campus, 2006. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CÁRIO, S. A. F. Introdução à economia de empresas . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2008. HUNT, E. K. História do pensamento econômico . 2. ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política . 8. ed. São Paulo: Makron Books, 2010. KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil . 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013. PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 5. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 2005. 658 p. PORTER, M. E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência . Rio de Janeiro: Campus, 2004. 362 p. STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. E. Introdução à microeconomia . Rio de Janeiro: Campus, 2003. THOMPSON JUNIOR, A. A.; FORMBY, J. P. Microeconomia da firma: teoria e prática . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. Gestão da inovação . 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2008. 600 p. VEIGA, J. E. Economia socioambiental . São Paulo: Senac São Paulo, 2009. 378 p.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS808	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA	75
EMENTA		
Contabilidade, conceito, objetivo, objeto, finalidade, técnica e campo de aplicação. Patrimônio, ativo, passivo e patrimônio líquido. Contabilidade por balanços sucessivos. Partidas dobradas. Princípios fundamentais de contabilidade. Operações com Mercadorias. Inventário Permanente e Periódico de Estoques de Mercadorias. Avaliação dos Estoques de Produtos em Processo. Apuração do Resultado. Demonstrações Contábeis. Elaboração do Balancete de Verificação. Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração do Valor Adicionado. Balanço Social. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Compreender os principais conceitos, operações e relatórios contábeis, levando-se em conta os diferentes usuários das informações para tomada de decisão.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
IUDÍCIBUS, S. <i>et al.</i> Contabilidade introdutória . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. IUDÍCIBUS, S. <i>et al.</i> Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades . São Paulo, SP: Atlas, 2010. IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. Contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MARION, J. C. Contabilidade básica . 10. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2009. MARION, J. C. Contabilidade empresarial . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009. RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica fácil . 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSUMPÇÃO, M. J. Contabilidade aplicada ao setor público . Curitiba, PR: IBPEX, 2011. BORGERT, A. Contabilidade gerencial . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009. BRINCKMANN, R. Contabilidade básica . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009. CARNIEL, F. R. A contabilidade e sua importância na vida da pequena empresa . Taquara: FACCAT, 2000. FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracriv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc . Acesso em: 12 dez. 2023. IUDÍCIBUS, S. Contabilidade gerencial . 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998. LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023. OLIVEIRA, L. M. Controladoria: conceitos e aplicações . 2. ed. São Paulo, SP: Futura, 2002. PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SILVA, C. A. T. Contabilidade geral . Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES/UAB, 2009.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1318	FILOSOFIA E ÉTICA	30
EMENTA		
Introdução à filosofia. Abordagem filosófica da moral e da ética. Ciência, técnica e ética. Ética ambiental e princípios de Educação Ambiental. Ética das organizações e sua responsabilidade social e ecológica. Ética nas organizações. Implicações éticas do exercício profissional do administrador.		
OBJETIVO		
Conduzir os alunos à compreensão filosófica do papel da ética nas organizações, na sociedade e nas relações com o ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ASSMANN, S. J. Filosofia e ética . Florianópolis, SC: UFSC; Brasília, DF: CAPES/UAB, 2009.		
LOUREIRO, F. B. Educação ambiental : repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
MARCONDES, D. Textos básicos de ética : de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, c2007.		
MATOS, F. G. Ética na gestão empresarial : da conscientização à ação. São Paulo: Sarai-va, 2012.		
MORIN, E. Ciência com consciência . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.		
SÁ, A. L. Ética profissional . 9. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BLANCHARD, K.; PEALE, N. V. O poder da administração ética . 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.		
CHAUI, M. Convite à filosofia . 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.		
FARIAS, A. B. Ética para o meio ambiente. In: TORRES, J. C. B. (org.). Manual de ética : questões de ética teórica e aplicada. Petrópolis/RJ: Vozes; Caxias do Sul/RS: Universidade de Caxias do Sul; Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 604-623.		
KARKOTLI, G.; ARAGÃO, S. D. Responsabilidade social : uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.		
LOUREIRO, F. B. Educação ambiental : repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
MORIN, E. Ciência com consciência . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.		
MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo . 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.		
MORRIS, T. A nova alma do negócio . Rio de Janeiro: Campus, 1998.		
RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, M. V. (org.). Ética e responsabilidade social nas empresas . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.		
SROUR, R. H. Ética empresarial : o ciclo virtuoso dos negócios. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2008.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1044	MATEMÁTICA C	60
EMENTA		
Grandezas proporcionais. Noções de geometria. Conjuntos numéricos. Equações e inequações. Funções.		
OBJETIVO		
Utilizar conceitos e procedimentos matemáticos para analisar dados, elaborar modelos e resolver problemas. Sintetizar, deduzir, elaborar hipóteses, estabelecer relações e comparações, detectar contradições, decidir, organizar, expressar-se e argumentar com clareza e coerência utilizando elementos de linguagem matemática.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CONNALLY, E. et al. Funções para modelar variações : uma preparação para o cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 2009. DEMANA, D. F. et al. Pré-Cálculo . São Paulo: Addison Wesley, 2009. DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar : Geometria Plana. 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. 9 v. DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar : Geometria Espacial. 6. ed. São Paulo: Atual Editora, 2005. 10 v. DORING, C. I.; DORING, L. R. Pré-cálculo . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar : Conjuntos, Funções. 8. ed. São Paulo: Atual, 2010. 1 v. IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar : Logaritmos. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 2 v. IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar : Trigonometria. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 3 v. MEDEIROS, V. Z. et al. Pré-Cálculo . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTON, H. Cálculo . 8. ed. São Paulo: Bookman, 2007. 1 v. BARBOSA, J. L. M. Geometria Euclidiana Plana . Rio de Janeiro: SBM, 2000. (Coleção do Professor de Matemática). FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A . 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. LEITHOLD, L. Cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: HARBRA, 1994. 1 v. LIMA, E. L. et al. A Matemática do Ensino Médio . 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2000. 2 v. (Coleção do Professor de Matemática). LIMA, E. L. et al. A matemática do Ensino Médio . 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 1999. 1 v. (Coleção do Professor de Matemática). STEWART, J. Cálculo . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 1 v.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS596	TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II	75
EMENTA		
Escola do comportamento humano. Escola burocrática. Escola estruturalista. Escola de sistemas. Escola da administração por objetivos. Escola do desenvolvimento organizacional. Teoria contingencial. Downsizing. Qualidade Total. Globalização. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Dar continuidade aos estudos das escolas da administração iniciadas em Teorias da administração I.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DAFT, R. L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, 2010. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. Administração . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. MORETTO NETO, L.; SCHMITT, V. G. H. Teoria geral da administração . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2008. RIBEIRO, A. L. Teorias da administração . 3. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. SCHERMERHORN, J. R. Administração . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: liderança & colaboração no mundo competitivo . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2007. CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. CHIAVENATO, I. Teoria geral da administração . Rio de Janeiro: Campus, 2002. v. 1. FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F.; PEREIRA, M. I. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas . São Paulo: Pioneira, 2002. FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc . Acesso em: 12 dez. 2023. HANDY, C. B. Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura empresarial . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023. LONGENECKER, J. G. Administração de pequenas empresas . São Paulo: Cengage Learning, 2007. ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas . São Paulo: Saraiva, 2000. SILVA, R. O. Teorias da administração . São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2008.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS597	GESTÃO DE PESSOAS I	60
EMENTA		
Desafio da Gestão de Recursos Humanos. Estratégia e Planejamento de Recursos Humanos. Igualdade de Oportunidades de Emprego e a Gestão de Recursos Humanos. Análise de Cargos, Envolvimento do Funcionário e Esquemas de Trabalho Flexíveis. Expandindo o Quadro de Talentos: Recrutamento e Carreiras. Seleção de Pessoal. Tópicos emergentes em recursos humanos.		
OBJETIVO		
Proporcionar a aprendizagem no desenvolvimento e implementação dos processos que compõem os subsistemas de recursos humanos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BITENCOURT, C. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. BOHLANDER, G.; SNELL, S. Administração de recursos humanos 14. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. CHIAVENATO, I. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos . 7. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2009. CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas . 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W.; MARCONDES, R. C. (trad.). Administração de recursos humanos . São Paulo, SP: Atlas, 2000. VERGARA, S. C. Gestão de pessoas . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARBONE, P. P. <i>et al.</i> Gestão por competências e gestão do conhecimento . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2009. CARVALHO, A. V.; SERAFIM, O. C. G. Administração de recursos humanos: volume II . São Paulo: Pioneira, 1995. DESSLER, G. Administração de recursos humanos . 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003. DUTRA, J. S. (org.). Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas . 11. ed. São Paulo: Gente, 2001. GIL, A. C. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais . São Paulo: Atlas, 2011. LIMONGI-FRANÇA, A. C. <i>et al.</i> As pessoas na organização . 15. ed. São Paulo: Gente, c2002. MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico . 14. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. OLIVEIRA, R. C. S. Desvendando o departamento de pessoal . 4. ed. rev. e ampl. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2008. PONTES, B. R. Administração de cargos e salários: carreiras e remuneração . 15. ed. São Paulo: LTr, 2011. RIBEIRO, A. L. Teorias da administração . 3. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS598	ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING	60
EMENTA		
Fundamentos de marketing. Ambiente de marketing. Composto de marketing (produto e serviço, preço, praça e promoção). Estratégias do composto de marketing. Mercados e o comportamento dos compradores.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao administrador o aprendizado dos conceitos centrais de marketing para o desenvolvimento e a administração de relacionamentos com o cliente, baseados em valor.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHURCHILL JÚNIOR, G. A.; PETER, J. P. Marketing: criando valor para os clientes . São Paulo: Saraiva, 2012. KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2008. KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. LIMA, M.; SAPIRO, A.; VILHENA, J. B.; GANGANA, M. Gestão de marketing . 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2007. MADRUGA, R. P.; CHI, B. T.; SIMÕES, M. L. C.; TEIXEIRA, R. F. Administração de marketing no mundo contemporâneo . 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. OLIVEIRA, J. A. F. de <i>et al.</i> Fundamentos de marketing . 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
AAKER, D. A. Administração estratégica de mercado . 9. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011. CERTO, S. C. <i>et al.</i> Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias . 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. COBRA, M. Administração de marketing no Brasil . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. DIAS, S. R. Gestão de marketing . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. KOTLER, P. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados . São Paulo, SP: Ediouro, 2009. KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. Marketing 4.0: do tradicional ao digital . Rio de Janeiro: Sextante, 2017. LAS CASAS, A. L. (coord.). Novos rumos do marketing . São Paulo: Atlas, 2001. SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L. Comportamento do consumidor . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. SOLOMON, M. R. O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo . 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016. URDAN, A. T.; URDAN, F. T. Marketing: teoria e aplicações . São Paulo: Atlas, 2010.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS599	CONTABILIDADE GERENCIAL	60
EMENTA		
A contabilidade como sistema de informação gerencial. Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial. Usuários da contabilidade gerencial, mensuração de ativos e valores de entradas e saídas. Análise de custo, volume e lucro. Margem de contribuição unitária e geral. Ponto de equilíbrio econômico. Ponto de equilíbrio financeiro. Preço de transferência. Custos conjuntos. Demonstrações gerenciais. Relatórios de planejamento e controle gerencial, resultados, desempenho e de patrimônio gerencial.		
OBJETIVO		
Capacitar o acadêmico quanto a geração e utilização das informações produzidas pela contabilidade gerencial para a tomada de decisões.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BORGERT, A. Contabilidade gerencial . Florianópolis, SC: UFSC, 2009. BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. IUDÍCIBUS, S. Contabilidade gerencial . 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998. LEONE, G. S. G.; LEONE, R. J. G. Curso de contabilidade de custos . 4. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, E. Contabilidade de custos . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRITO, E. J. Controladoria: um estudo sobre relevância da contabilidade gerencial no processo de gestão empresarial . 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Contabilidade e Controladoria) - Universidade Federal do Amazonas, 2016. HANSEN, D. R. Gestão de custos: contabilidade e controle . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito, engenharia . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MACOHON, E. R. Assimilação organizacional de sistemas integrados da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria da estruturação . 2015. 387 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015. MAHER, M. Contabilidade de custos: criando valor para a administração . São Paulo: Atlas, 2001. MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial . 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. PADOVEZE, C. L. O papel da contabilidade gerencial no processo empresarial de criação de valor. Cadernos de Estudo , São Paulo, n. 21, maio/ago. 1999. SANTOS, J. J. Análise de custos . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SANTOS, J. J. Fundamentos de custos para formação do preço e do lucro . 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2005. SAVYTZKY, T. Análise de balanços: método prático . 6. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010.		
Número de unidades de avaliação	02	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS600	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	60
EMENTA		
Introdução ao comportamento organizacional. Diversidade nas organizações. Satisfação e Motivação no trabalho. Grupos e equipes de trabalho. Liderança. Poder, conflito e negociação. Mudança organizacional e gestão do estresse.		
OBJETIVO		
Propiciar uma reflexão crítica acerca das variáveis do comportamento influentes nos níveis individual, grupal e organizacional, possibilitando a compreensão de como podem afetar a eficácia da organização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: novo cenário competitivo . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BITENCOURT, C. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. DAFT, R. L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, c2010. LIMONGI-FRANÇA, A. C. <i>et al.</i> As pessoas na organização . 15. ed. São Paulo: Gente, c2002. PASETTO, N. V.; MESADRI, F. E. Comportamento organizacional: integrando conceitos da administração e da psicologia . Curitiba, PR: IBPEX, 2012. WAGNER, J. A.; HOLLENBECK, J. R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
AGUIAR, M. A. F. Psicologia aplicada à administração: uma abordagem interdisciplinar . São Paulo, SP: Saraiva, 2005. BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: liderança & colaboração no mundo competitivo . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2007. CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações . 4. ed. São Paulo: Manole, 2014. 494 p. HITT, M. A.; MILLER, C. C.; COLELLA, A. Comportamento organizacional . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2013. MINICUCCI, A. Dinâmica de grupo: teorias e sistemas . 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002. MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. Administração . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teorias e práticas no contexto brasileiro . 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. SPECTOR, P. E. Psicologia nas organizações . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. WALLAU, S. M. Estresse laboral e síndrome de Bournout: uma dualidade em estudo . Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2003. ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil . Porto Alegre: Artmed, 2004. (Biblioteca Artmed. Psicologia geral, da personalidade, social e organizacional).		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX961	CÁLCULO I	60
EMENTA		
Limites e continuidade. Diferenciação. Valores extremos de funções e aplicações. Integrais. Álgebra matricial. Sistemas de equações e inequações lineares. Valores extremos de funções em regiões planas		
OBJETIVO		
Prover os alunos de conhecimentos de matemática elementar para aplicação na teoria econômico-administrativa.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A : funções, limite, derivação e integração. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. O. Cálculo : funções de uma e várias variáveis. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. TAN, S. T. Matemática Aplicada A Administração e Economia . 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007. SILVA, S. M.; SILVA, E. M.; SILVA, E. M. Matemática : para os cursos de economia, administração, ciências contábeis. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. v. 1. SILVA, S. M.; SILVA, E. M.; SILVA, E. M. Matemática : para os cursos de economia, administração, ciências contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GUIDORIZZI, H. L. Matemática para Administração . Rio de Janeiro: LTC, 2002. LEITHOLD, L. Matemática aplicada à economia e à administração . São Paulo: Harbra, 2001.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS601	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO I	60
EMENTA		
Introdução à Administração da Produção. Planejamento Industrial. Planejamento e Controle da Produção. Plano Mestre de Produção. Planejamento das necessidades de materiais (MRP).		
OBJETIVO		
Oportunizar o desenvolvimento do aluno na área da administração da produção, viabilizando os conceitos de administração da produção, planejamento industrial e planejamento e controle da produção, bem como das técnicas de planejamento das necessidades de materiais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAMPOS, V. F. TQC controle da qualidade total (no estilo japonês) . 8. ed. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2004. GAITHER, N.; FRAZIER, G. Administração da produção e operações . 8. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da produção . 2. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, c2005. MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2008. SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. TUBINO, D. F. Planejamento e controle da produção: teoria e prática . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ANTUNES, J. Sistemas de produção . São Paulo: Bookman, 2007. CORRÊA, H. L.; GIANESI, I. G. N.; CAON, M. Planejamento, programação e controle da produção: MRP II/ERP: conceitos, uso e implantação: base para SAP, Oracle applications e outros softwares integrados de gestão . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. CORRÊA, H. L.; GIANESI, I. G. N. Just in time, MRP II e OPT: um enfoque estratégico . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993. DAVIS, M. M.; AQUILANO, N. J.; CHASE, R. B. Fundamentos da administração da produção . 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001. FERNANDES, F. C. F. Planejamento e controle da produção: dos fundamentos ao essencial . São Paulo: Atlas, 2010. FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação . 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. JURAN, J. M. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços . São Paulo: Cengage Learning, 2011. LOBO, R. N.; SILVA, D. L. Planejamento e controle da produção . São Paulo: Érica, 2014. PALADINI, E. P. Gestão da qualidade: teoria e prática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. RITZMAN, L. P.; MALHORTA, M.; KAJEWSKI, L. Administração da produção e operações . 8. ed. São Paulo: Pearson, 2008.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS602	ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	60
EMENTA		
Críticas a Teoria das Organizações. Arranjos físicos. Fluxogramas e descrição de procedimentos. Estruturas organizacionais: modelos, divisão do trabalho e organogramas. Manualização. Princípios da racionalização e simplificação do trabalho. Impacto da tecnologia e do ambiente na estrutura. Análise e diagnóstico organizacional. Padronização e mapeamento de processos. Reengenharia.		
OBJETIVO		
Capacitar o acadêmico quanto aos elementos que constituem o estudo na área de OSM.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARAÚJO, L. C. G. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional . 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1. BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011. CRUZ, T. Sistemas, organização & métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação e introdução à gerência do conteúdo e do conhecimento . 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. CURY, A. Organização e métodos: uma visão holística . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005. DAFT, R. L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, 2010. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ABRAHÃO, J. <i>et al.</i> Introdução à ergonomia: da prática à teoria . São Paulo: Buchler, 2009. CHAMPY, J.; HAMMER, M. Reengenharia: revolucionando a empresa . 19. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994. D'ASCENÇÃO, L. C. M. Organização, sistemas e métodos: análise, redesenho e informatização de processos administrativos . São Paulo: Atlas, 2001. GONÇALVES, J. E. L. Processo, que processo? Revista de Administração de Empresas , v. 40, n. 4, p. 8-19, 2000. HALL, R. H. Organizações: estruturas, processos e resultados . 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. LLATAS, M. V. OSM: organização, sistemas e métodos . São Paulo: Prentice Hall, 2012. MINTZBERG, H. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. OLIVEIRA, D. P. R. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011. PRÉVE, A. D. Organização, sistemas e métodos . Florianópolis, SC: UFSC, 2009. TOMASKO, R. M. Downsizing: reformulando e redimensionando sua empresa para o futuro . São Paulo: Makron Books, 1995.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS603	ECONOMIA II	60
EMENTA		
Introdução à macroeconomia. Noções de contabilidade nacional. Determinação da renda. Moeda. Inflação. Economia internacional e balanço de pagamentos. Mercado de trabalho. Crescimento e desenvolvimento econômico.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes de Administração, o entendimento básico quanto aos principais conceitos que envolvem a Teoria Macroeconômica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. FROYEN, R. T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999. LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. (org.). Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MANKIW, N. G. Introdução à Economia . 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. (org.). Manual de economia . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BACHA, C. J. C. Economia e política agrícola no Brasil . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 248 p. DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R.. Macroeconomia . 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. HUNT, E. K. História do pensamento econômico . 2. ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política . [8. ed.]. São Paulo: Pearson, 2010. REGO, J. M.; MARQUES, R. M.; SERRA, R. A. M.; LACERDA, A. C (org.). Economia brasileira . 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia . 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003. SIMONSEN, M. H; CYSNE, R. P. Macroeconomia . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico . 6. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2012.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1788	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
EMENTA		
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.		
OBJETIVO		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.		
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.		
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.		
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.		
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.		
GIACOA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.		
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.		
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.		
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.		
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1041	ESTATÍSTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.		
OBJETIVO		
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.		
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.		
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.		
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.		
CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.		
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981.		
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.		
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.		
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.		
ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012.		
SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.		
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.		
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	COMPONENTE OPTATIVO I	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS604	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO II	75
EMENTA		
<p>MRP II. O sistema ERP na produção. Teoria das restrições (OPT). Filosofias de controles da administração da produção. Just-in-time. Kanban. Qualidade total. Operacionalização do método PDCA. A Administração de Serviços. Certificações de qualidade e seus critérios ligados à produção e a prestação de serviços. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.</p>		
OBJETIVO		
<p>Fornecer aos discentes conceitos e técnicas de administração da produção, complementares aos da disciplina Administração da Produção I, bem como viabilizar uma visão geral de administração da qualidade, permitindo uma visão holística da administração de produção e de serviços.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CAMPOS, V. F. TQC controle da qualidade total (no estilo japonês). Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2004.</p> <p>GAITHER, N.; FRAZIER, G. Administração de produção e operações. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002.</p> <p>JURAN, J. M. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Sarai-va, 2005.</p> <p>MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</p> <p>TUBINO, D. F. Planejamento e controle da produção: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>ANTUNES, J. Sistemas de produção. São Paulo: Bookman, 2007.</p> <p>CORRÊA, H. L.; GIANESI, I. G. N. Just in time, MRP II e OPT: um enfoque estratégico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>CORRÊA, H. L.; GIANESI, I. G. N.; CAON, M. Planejamento, programação e controle da produção: MRP II/ERP: conceitos, uso e implantação: base para SAP, Oracle applications e outros softwares integrados de gestão. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>DAVIS, M. M.; AQUILANO, N. J.; CHASE, R. B. Fundamentos da administração da produção. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p> <p>FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc. Acesso em: 12 dez. 2023.</p> <p>LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643. Acesso em: 12 dez. 2023.</p> <p>LOBO, R. N.; SILVA, D. L. Planejamento e controle da produção. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>GIANESI, I. G. N. Administração Estratégica de Serviço: operações para satisfação do cliente. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>		



RITZMAN, L. P.; MALHORTA, M.; KAJEWSKI, L. **Administração da produção e operações**. 8 ed. São Paulo: Pearson, 2008.

Número de unidades de avaliação

02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS605	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: ESTUDOS CLÁSSICOS	60
EMENTA		
Introdução ao estudo do desenvolvimento. O liberalismo econômico. O desenvolvimento desigual e combinado. O socialismo. O Estado Social. A Teoria da Modernização. Os polos de crescimento. A Teoria da Causação Circular e Cumulativa. As teorias da Dependência.		
OBJETIVO		
Analisar os estudos clássicos sobre o desenvolvimento buscando identificar suas bases teóricas e experiências.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS (06)		
CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. FURTADO, C. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução: Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1992. MARX, K. O capital: Crítica da economia política. Livro Terceiro: O processo global da produção capitalista. Tradução: Reginaldo Sant’Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. v. 4. SCHUMPETER, J. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas) SMITH, A. Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Tradução: Teodora Cardoso e Luís Cristóvão de Aguiar. 4. ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 2 v.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES. (10)		
HOBSBAWM, E. Os trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. KLINK, J. J. A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias Clássicas do desenvolvimento. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE , Salvador, ano 12, n. 21, jul. 2010. MERQUIOR, J. G.; PAIM, A.; KUJAWSKI, G. M. O liberalismo social: uma visão histórica. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1998. NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo e Marx. Tradução: José Fernandes Dias. 8. ed. São Paulo: Graal, 2000. NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (org.). Introdução às teorias do desenvolvimento. Porto Alegre: UFRGS, 2016. POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. Tradução: Rolf Kuntz. Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. ROSTOW, W. W. Etapas do desenvolvimento econômico. Tradução: Octávio Alves velho. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. ROTTA, E. Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2007.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS812	PESQUISA DE MARKETING	75
EMENTA		
Os sistemas de informação de marketing. A pesquisa em marketing nas organizações. Introdução e Fases Iniciais da Pesquisa de Marketing. Formulação da Concepção de Pesquisa. Coleta, Preparação e Análise de Dados e Relatório de Pesquisa. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Capacitar o administrador para acompanhar e desenvolver uma pesquisa de marketing como instrumento de gestão e decisão organizacional. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AAKER, D. A; KUMAR, V; DAY, G. S. Pesquisa de marketing . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. Metodologia de pesquisa . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ZIKMUND, W. G. Princípios da pesquisa de marketing . São Paulo: Thomson Learning, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. Pesquisa de métodos mistos . 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes . Porto Alegre, RS: Penso, 2013. FOWLER, F. J. Pesquisa de levantamento . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracriv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc . Acesso em: 12 dez. 2023. KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023. MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing 1: metodologia, planejamento . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1. MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing 2: execução, análise . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 2. OLSEN, W. K. Coleta de dados: debates e métodos fundamentais em pesquisa social . Porto Alegre: Penso, 2015. 231 p. YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS607	GESTÃO DE PESSOAS II	60
EMENTA		
Treinamento e Desenvolvimento. Avaliação e Aprimoramento do Desempenho. Gerenciando a Remuneração. Recompensas de Incentivo. Administração de Programas de Benefícios. Segurança e Saúde. Criando Sistemas de Trabalho de Elevado Desempenho. Tópicos emergentes em recursos humanos.		
OBJETIVO		
Dar continuidade ao aprendizado e de desenvolvimento e implementação dos processos que compõem os subsistemas de recursos humanos iniciados em Gestão de pessoas I.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOHLANDER, G.; SNELL, S. Administração de recursos humanos . 14. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
CARBONE, P. P. <i>et al.</i> Gestão por competências e gestão do conhecimento . 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.		
CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas . 3. ed. total. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.		
GIL, A. C. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais . São Paulo: Atlas, 2011.		
LIMONGI-FRANÇA, A. C. <i>et al.</i> As pessoas na organização . 15. ed. São Paulo: Gente, 2002.		
MILKOVICH, G. T., BOUDREAU, J. W. Administração de recursos humanos . São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BOOG, G. G.; BOOG, M. (coord.). Manual de treinamento e desenvolvimento: processos e operações . São Paulo: Pearson Prentice Hall, c2007.		
DUTRA, J. S. (org.). Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas . 11. ed. São Paulo: Gente, 2001.		
FERNANDES, G. A. A. L. Dinâmica comportamental no setor público . Rio de Janeiro: FGV, 2014.		
MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico . 14. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.		
PONTES, B. R. Administração de cargos e salários: carreiras e remuneração . 15. ed. São Paulo: LTr, 2011.		
ROCHA-PINTO, S. R. Dimensões funcionais da gestão de pessoas . 9. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2007.		
SIQUEIRA, M. M. M. Medidas do comportamento organizacional . Porto Alegre: Artmed, 2008.		
SIQUEIRA, M. M. M. Novas medidas do comportamento organizacional . Porto Alegre: Artmed, 2014.		
SOUZA, M. Z. A. Cargos, carreiras e remuneração . 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.		
WOOD JÚNIOR, T.; PICARELLI FILHO, V. Remuneração estratégica . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS608	ECONOMIA BRASILEIRA E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO	60
EMENTA		
Análise das políticas de desenvolvimento no Brasil a partir de 1930. A construção do projeto nacional do período Vargas. O período desenvolvimentista. O período militar. A inflação e os Planos de estabilização. O período da globalização. Economia brasileira recente e os desafios contemporâneos.		
OBJETIVO		
Desenvolver conhecimentos que permitam discutir o processo de desenvolvimento econômico do Brasil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABREU, M. P. <i>et al.</i> A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989) . Rio de Janeiro: Campus, 1990.		
BIELSCHOWSKY, R. A. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo . 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.		
CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995) . Campinas, SP: UNICAMP, 1998.		
FURTADO, C. A formação econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 2010.		
GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
REGO, J. M. <i>et al.</i> Economia Brasileira . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.		
BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional . São Paulo: Perspectiva, 2006.		
BRUM, A. J. O desenvolvimento econômico brasileiro . 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.		
CALIXTRE, B.; BIANCARELLI, A. M.; MACEDO CINTRA, M. A. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro . Brasília: IPEA, 2014.		
CASTRO, A. B.; PIRES, F. E. P. A economia brasileira em marcha forçada . 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.		
ERBER, F. As Convenções de Desenvolvimento no Governo Lula: um Ensaio de Economia Política. Revista de Economia Política , v. 31, n. 1 (121), jan./mar. 2011.		
FONSECA, P. C. D. Vargas: o capitalismo em construção . 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.		
FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Revista de Estudos Econômicos , v. 2, n. 6, 1972.		
FURTADO, C. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos . 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.		
GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B.; VILLELA, A.; HERMANN, J. Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2004 . São Paulo: Campus, 2004.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS609	MATEMÁTICA FINANCEIRA	60
EMENTA		
Capitalizações simples e compostas. Descontos simples e compostos. Rendas certas. Rendas variáveis. Equivalência de fluxos de caixa. Amortização de empréstimos.		
OBJETIVO		
Fornecer ao aluno o instrumental analítico básico que o capacite a compreender e a aplicar o conceito de juro na solução de problemas de empréstimos e investimentos de capital.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas aplicações . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
CRESPO, A. A. Matemática financeira fácil . 14. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.		
HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.		
IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. Fundamentos de matemática elementar 11: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva . São Paulo: Atual, 2004. v.11.		
VERAS, L. L. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, mais de 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
VIEIRA SOBRINHO, J. D. Matemática financeira: juros, capitalização, descontos e séries de pagamentos; operações realizadas no Sistema Financeiro Brasileiro; utilização de minicalculadoras financeiras . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. Matemática financeira: com HP 12C e Excel . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKKE, B. H. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial . 11. ed. São Paulo: Atlas, c1994.		
CASTANHEIRA, N. P.; MACEDO, L. R. D. Matemática financeira aplicada . Curitiba, PR: Intersaberes, 2012.		
CASTELO BRANCO, A. C. Matemática financeira aplicada: método algébrico, HP-12C, Microsoft Excel . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
GUERRA, F.; TANEJA, I. J. Matemática financeira . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009.		
HOJI, M. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
MATHIAS, W. F.; GOMES, J. M. Matemática financeira: com mais de 600 exercícios resolvidos e propostos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
PUCCINI, A. L. Matemática financeira: objetiva e aplicada . 9. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Elsevier, 2011.		
SAMANEZ, C. P. Matemática financeira . 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.		
TAN, S. T. Matemática aplicada a administração e economia . São Paulo: Cengage Learning, c2015.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS610	ESTRATÉGIA DE MARKETING	60
EMENTA		
Análise de mercado. Estratégias mercadológicas. Planejamento de marketing. Plano de marketing.		
OBJETIVO		
Proporcionar ao administrador a teoria e a prática da elaboração de um plano de marketing.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AAKER, D. A. Administração estratégica de mercado . 9. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011. BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração: novo cenário competitivo . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. DAFT, R. L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, c2010. KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2008. KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. LAS CASAS, A. L. Plano de marketing para micro e pequenas empresas . 6. ed. São Paulo: Atlas, c1999.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio . São Paulo: Atlas, 2009. CERTO, S. C. <i>et al.</i> Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias . 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. CHURCHILL JÚNIOR, G. A.; PETER, J. P. Marketing: criando valor para os clientes . São Paulo: Saraiva, 2012. FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação . 7. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2014. HOOLEY, G. J.; PIERCY, N.; NICOULAUD, B. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo . 4. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2011. LENZI, F. C.; KIESEL, M. D.; ZUCCO, F. D. (org.). Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência . São Paulo: Gente, 2010. LONGENECKER, J. G. Administração de pequenas empresas . São Paulo, SP: Cengage Learning, 2007. MADRUGA, R. P.; CHI, B. T.; SIMÕES, M. L. C.; TEIXEIRA, R. F. Administração de marketing no mundo contemporâneo . 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. SILVA, H. H. Planejamento estratégico de marketing . 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV Ed., 2011. WRIGHT, P. L.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. A. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS611	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS	60
EMENTA		
A crise do capitalismo e do socialismo real e o processo de reestruturação produtiva. Neoliberalismo. Desenvolvimentismo. Desenvolvimento endógeno. Desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento Humano. As teorias que acentuam o papel da indústria. As teorias que acentuam o papel do conhecimento, da técnica e da inovação. As teorias que acentuam o papel dos atores sociais. Cadeias produtivas em escala global. A sociedade em rede. Geração de trabalho e renda alternativas ao capitalismo.		
OBJETIVO		
Analisar os estudos contemporâneos sobre o desenvolvimento buscando identificar suas bases teóricas e experiências.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS (06)		
BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (org.). Desenvolvimento regional : abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.		
CASTELLS, M. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, [1999].(A era da informação: economia, sociedade e cultura - Fundação Calouste Gulbenkian, 1).		
PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.		
SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Garamond, 2000.		
SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.		
VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável : o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES. (10)		
ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (org.). Razões e ficções do desenvolvimento . São Paulo: UNESP; Edusp, 2001.		
BECATTINI, G. Os Distritos Industriais da Itália . Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.		
BENKO, G. Economia, espaço e globalização : na aurora do século XXI. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.		
CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (org.). Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro . Brasília: IPEA, 2014.		
CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura : fim de Milênio. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 3.		
CHAUI, M.; SANTOS, B. S. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento . São Paulo: Cortez, 2013.		
DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. (org.). O estado de bem-estar social no século XXI . São Paulo, SP: LTr, 2007.		
ETGES, V. E.; CADONÁ, M. A. (org.). Globalização em tempos de regionalização : repercussões no território. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2016.		
HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos : o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.		
IGLIORI, D. Economia dos clusters industriais e desenvolvimento . São Paulo: Iglu, 2001.		
POCHMANN, M. (org.). Reestruturação produtiva : perspectivas de desenvolvimento lo-		



cal com inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.

VIZENTINI, P. F. (org.). **A grande crise**: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis: Vozes, 1992.

Número de unidades de avaliação

02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS612	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA I	75
EMENTA		
Visão geral da administração financeira. Análise das demonstrações contábeis. Análise financeira. Análise patrimonial. Análise econômica. Estudo da eficiência operacional da empresa. Análise da receita e do custo. Desempenho operacional e alavancagem. Decisões financeiras de investimentos de longo prazo. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Desenvolver a teoria e a prática do uso das modernas técnicas de gerenciamento financeiro de curto prazo, aprofundando-se nas análises que possibilitam avaliar e acompanhar a gestão financeira empresarial, necessárias ao processo de tomada de decisão.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRAGA, R. Fundamentos e técnicas de administração financeira . São Paulo: Atlas, c1988. GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010. LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial . 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. ROSS, S. A. Administração financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R.; JORDAN, B. D. Princípios de administração financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ARAÚJO, A. M. P.; ASSAF NETO, A. A contabilidade tradicional e a contabilidade baseada em valor. Revista Contabilidade & Finanças , v. 14, n. 33, p. 16-32, 2003. ASSAF NETO, A. A dinâmica das decisões financeiras. Caderno de estudos , n. 16, p. 01-17, 1997. CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKKE, B. H. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial . 11. ed. São Paulo: Atlas, c1994. DAMODARAN, A. Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo . 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010. FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba :CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracriv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc . Acesso em: 12 dez. 2023. LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023. SANTOS, A.; NOVA, S. P. C. C. Proposta de um modelo estruturado de análise de demonstrações contábeis. RAE-eletrônica , v. 4, n. 1, 2005. SANTOS, E. M.; PAMPLONA, E. O. Teoria das Opções Reais: uma atraente opção no processo de análise de investimentos. Revista de Administração-RAUSP , v. 40, n. 3, 2005. SANVICENTE, A. Z. Administração financeira . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987. SAVYTZKY, T. Análise de balanços: método prático . 6. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS613	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO I	75
EMENTA		
Evolução do pensamento estratégico. Teoria dos jogos. Escolas da estratégia. Teoria do processo de planejamento estratégico. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Proporcionar visão geral da administração estratégica, para a formulação, escolha e implantação de estratégias competitivas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. FIANI, R. Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. MINTZBERG, H. <i>et al.</i> O processo da estratégia: conceitos, contexto e casos selecionados . 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006. MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B. W.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico . 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010. PORTER, M. E. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior . 25. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c1989. WRIGHT, P. L; KROLL, M. J; PARNELL, J. A. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ANSOFF, H. I. Administração estratégica . São Paulo: Atlas, 1983. CERTO, S. C. <i>et al.</i> Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias . 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R; CALDAS, M. P; FACHIN, R. C.; FISCHER, T. (org.). Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais . São Paulo, SP: Atlas, 1999. v. 1. FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc . Acesso em: 12 dez. 2023. JÚLIO, C. A. A arte da estratégia: pense grande, comece pequeno e cresça rápido! Rio de Janeiro, RJ: Elsevier/ Campus, 2005. KIM, W. C.; MAUBORGNE, R. A estratégia do oceano azul: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante . 20. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023. MINTZBERG, H. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco organizações . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. PORTER, M. E. Estratégia competitiva: [técnicas para análise de indústrias e da concorrência] . Rio de Janeiro: Campus, 2004. TAVARES, M. C. Gestão estratégica . 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS614	GESTÃO DE CUSTOS	75
EMENTA		
Introdução à teoria geral de custos: da contabilidade geral à gerencial. Terminologia aplicável a custos. Classificação dos custos. Métodos e Sistemas de Custos. Sistemas de Produção. Custos para controle e tomada de decisões. Margem de contribuição. Comportamento dos custos. Ponto de equilíbrio. Aspectos técnicos e práticos de sistemas de custos. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Habilitar o aluno do curso de administração a calcular o custo dos produtos e serviços utilizando diferentes metodologias e em diferentes segmentos econômicos, visualizando-o como um importante instrumento no processo controle e tomada de decisões.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HANSEN, D. R.; MOWEN, M. M. Gestão de custos: contabilidade e controle. São Paulo: Pioneira, c2001.		
IUDÍCIBUS, S.; MELLO, G. R. Análise de custos: uma abordagem quantitativa. São Paulo: Atlas, 2013.		
LEONE, G. S. G. Curso de contabilidade de custos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
MAHER, M. Contabilidade de custos: criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.		
MARTINS, E. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
SOUZA, A.; CLEMENTE, A. Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas: exercícios resolvidos e propostos com utilização do EXCEL. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
BRIMSON, J. A. Contabilidade por atividades: uma abordagem de custeio baseado em atividades. São Paulo: Atlas, 1996.		
DANTAS FILHO, J. V. Gestão de Custos na Piscicultura no Município de Presidente Médici – Rondônia – Brasil. <i>Revista ABCustos</i> , São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 12, n. 2, p. 29-53, maio/ago., 2017.		
FIGUEIREDO, L. M. Custo da regulação contábil no setor público brasileiro: aplicação do Standard Cost Model na adoção de IPSAS pelos Ministérios Federais. 2017. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.		
FRUTUOSO, Tomé P.; JULIANI, Douglas P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracriv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc . Acesso em: 12 dez. 2023.		
HERNANDEZ PEREZ JÚNIOR, J.; OLIVEIRA, L. M.; COSTA, R. G. Gestão estratégica de custos: livro de exercícios. São Paulo: Atlas, 2001.		
IUDÍCIBUS, S. Contabilidade gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.		
LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023.		



NAKAGAWA, M. **ABC**: custeio baseado em atividades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
OLIVEIRA FILHO, J. B.; NERGER, R. Gestão de custos em empresas de agronegócios das culturas de soja e milho no cerrado brasileiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 11., 2004, Porto Seguro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/2250/2250>>. Acesso em: 02 maio 2018.

Número de unidades de avaliação

02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS615	PESQUISA OPERACIONAL	60
EMENTA		
Introdução histórica e conceitual sobre a pesquisa operacional. Modelagem e programação linear. Estruturação e resolução de modelos lineares. Programação utilizando planilhas e sistematizações eletrônicas.		
OBJETIVO		
Prover os alunos de conhecimentos sobre os conceitos básicos da Pesquisa Operacional, os métodos para resolução de problemas empresariais, bem como a utilização de planilhas eletrônicas para cálculos de otimização (maximização e minimização) aplicados a diversas áreas de negócios.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDRADE, E. L. Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Gen, 2009.		
ARENALES, M. N. Pesquisa operacional: para cursos de engenharia . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007.		
CAIXETA-FILHO, J. V. Pesquisa operacional: técnicas de otimização aplicadas a sistemas agroindustriais . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.		
LACHTERMACHER, G. Pesquisa operacional na tomada de decisões . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.		
LOESCH, C.; HEIN, N. Pesquisa operacional: fundamentos e modelos . São Paulo: Saraiva, 2009.		
SOUTO-MAIOR, C. D. Pesquisa operacional . Florianópolis, SC: UFSC, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ABENSUR, E. O. Pesquisa operacional para cursos de engenharia de produção . São Paulo: Blucher, 2018.		
BARBOSA, M. A.; ZANARDINI, R. A. D. Iniciação à pesquisa operacional no ambiente de gestão . 3. ed. São Paulo: Intersaberes, 2015.		
BELFIORE, P.; FÁVERO, L. P. Pesquisa operacional: para cursos de administração, contabilidade e economia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		
COLIN, E. C. Pesquisa operacional: 170 aplicações em estratégia, finanças, logística, produção, marketing e vendas . Rio de Janeiro, RJ: Gen, 2007.		
HILLIER, F.; LIEBERMAN, G. Introdução à pesquisa operacional . 9. ed. Porto Alegre, RS: McGraw-Hill, 2013.		
LONGARAY, A. A. Introdução à pesquisa operacional . São Paulo, SP: Saraiva, 2014.		
MUROLO, A. C.; SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da; GONÇALVES, V. Pesquisa operacional: para os cursos de administração e engenharia . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.		
SILVA, E. M. Pesquisa operacional: programação linear – Simulação . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.		
TAHA, H. A. Pesquisa operacional . 8. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2008.		
VIRGILITO, S. B. Pesquisa operacional . São Paulo, SP: Saraiva, 2017.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	COMPONENTE OPTATIVO II	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS616	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS	60
EMENTA		
Conceitos de Administração de Materiais. Funções e objetivos da Administração de Materiais. Normalização de Materiais: classificação e especificação de materiais. Análise de Valor. Compras: informações básicas, cadastro de fornecedores, análise de propostas, negociação e follow-up. Gestão de estoque, sistemas básicos de estocagem, movimentação e manuseio de materiais no recebimento, processamento e distribuição.		
OBJETIVO		
Apresentar ferramentas da administração de materiais visando à competência técnica na gestão de materiais na empresa e eficácia na logística de recepção, manuseio e distribuição desses materiais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARNOLD, J. R. T. Administração de materiais : uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999. DIAS, M. A. P. Administração de materiais : princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. DIAS, M. A. P. Administração de materiais : uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GONÇALVES, P. S. L. Administração de materiais . 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2010. MARTINS, P. C.; ALT, P. R. C. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. VIANA, J. J. Administração de materiais : um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ALVARENGA, A. C.; NOVAES, A. G. Logística aplicada : suprimento e distribuição física. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2000. BALLOU, R. Logística empresarial : transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993. BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. BATALHA, M. O. (coord.). Gestão agroindustrial . 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. v. 2. GAITHER, N.; FRAZIER, G. Administração de produção e operações . 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002. MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da produção . 2. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, c2005. MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2008. NOVAES, A. G.; NOVAES, A. G. N. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição : estratégia, operação e avaliação. 3. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais : uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS617	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: METODOLOGIAS DE ANÁLISE	60
EMENTA		
Conceitos básicos relacionados a indicadores sociais e econômicos. Metodologias de análise de indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Discussão de Indicadores de desenvolvimento socioeconômico do mundo. Comparativo entre indicadores, locais, nacionais e internacionais.		
OBJETIVO		
Possibilitar aos futuros administradores conhecimento sobre algumas das principais metodologias, de indicadores de desenvolvimento socioeconômico, utilizadas local, nacional e internacionalmente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARLEY, M. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. FEIJÓ, R. L. C. História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 6. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Alínea, 2017. SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução: Maria Silvia Possas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico. 6. ed. rev. São Paulo, SP: Atlas, 2012. SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 2000. GIAMBIAGI, F. Brasil, raízes do atraso: paternalismo versus produtividade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. JANUZZI, P. M.; PATARRA, N. Manual para capacitação em indicadores sociais nas políticas públicas e em direitos humanos. São Paulo: Oficina Editorial, 2006. KILSZTAJN, S. Paridade de poder de compra, renda per capita e outros indicadores econômicos. Pesquisa & Debate , São Paulo, v. 11, n. 2, p. 93-106, 2000. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. (org.). Manual de introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2006. VEIGA, J. E.; ZATZ, L. Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse? Campinas, SP: Autores Associados, 2008. VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. VEIGA, J. E. Meio ambiente & desenvolvimento. 2. ed. São Paulo: SENAC/SP, 2006.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS816	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA II	75
EMENTA		
Capital de giro. Administração do disponível. Administração de valores a receber. Administração e avaliação da decisão de estocar. Fontes de financiamento a curto prazo. Gestão baseada em valor. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Desenvolver conhecimentos que permitam a administração financeira de curto prazo, bem como dos métodos de avaliação de investimento e sua utilidade na tomada de decisão.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRAGA, R. Fundamentos e técnicas de administração financeira . São Paulo: Atlas, c1988.		
GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.		
GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. Administração financeira . 3. ed. São Paulo: Sarai-va, 2010.		
LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.		
ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R.; JORDAN, B. D. Princípios de administração financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
ROSS, S. A. Administração financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ARAÚJO, A. M. P.; ASSAF NETO, A. A contabilidade tradicional e a contabilidade baseada em valor. Revista Contabilidade & Finanças , v. 14, n. 33, p. 16-32, 2003.		
FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc . Acesso em: 12 dez. 2023.		
LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023.		
MARQUES, J. A. V. C.; BRAGA, R. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuri-et. Revista de Administração de Empresas , v. 35, n. 3, p. 49-63, 1995.		
MONTEIRO, A. A. S. Fluxos de caixa e capital de giro: uma adaptação do modelo de Fleuri-et. Pensar Contábil , v. 6, n. 20, 2015.		
SÁ, C. A. Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
SANTOS, L. M.; MARQUES FERREIRA, M. A.; RODRIGUES DE FARIA, E. Gestão financeira de curto prazo: características, instrumentos e práticas adotadas por micro e pequenas empresas. Revista de Administração da UNIMEP , v. 7, n. 3, 2009.		
SANVICENTE, A. Z. Administração financeira . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.		
SILVA, J. P. Análise financeira das empresas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
SILVA, J. P. Gestão e análise de risco de crédito . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS619	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO II	60
EMENTA		
Elaboração do planejamento estratégico: visão geral da empresa, diagnóstico estratégico externo e interno, construção de cenários, formulação, execução e análise da estratégia. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Capacitar o administrador para conduzir o planejamento e elaborar um plano estratégico organizacional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, M. I. R. Manual de planejamento estratégico . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio . São Paulo: Atlas, 2009. CERTO, S. C. <i>et al.</i> Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias . 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. CHIAVENATO, I. Planejamento estratégico . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas . São Paulo: Atlas, 2001. PEREIRA, M. F. Planejamento estratégico: teorias, modelos e processos . São Paulo: Atlas, 2010. v.1.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ANSOFF, H. I.; McDONNELL, E. J. Implantando a administração estratégica . São Paulo: Atlas, 1992. FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc . Acesso em: 12 dez. 2023. GHOSHAL, S.; BARROS, B. T. Estratégia e gestão empresarial: construindo empresas brasileiras de sucesso: estudos de casos . Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2004. GOLDE, R. A. Planejamento prático para pequenas empresas . São Paulo: Nova Cultural, 1987. KICH, J. I. D. F.; PEREIRA, M. F. Planejamento estratégico: os pressupostos básicos para uma implantação eficaz . São Paulo: Atlas, 2011. v. 2. LISBOA FILHO, F. F.. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023. LORANGE, P.; VANCIL, R. F. Como projetar um sistema de planejamento estratégico . São Paulo: Nova Cultural, 1987. MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R. J. S. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor . 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2008. MINTZBERG, H. <i>et al.</i> O processo da estratégia: conceitos, contexto e casos selecionados . 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006. WRIGHT, P. L.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. A. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	Componente Curricular	Horas
GCS620	EMPREENDEDORISMO	60
Ementa		
Fundamentos conceituais da teoria do empreendedorismo. A articulação dos conceitos de empreendedorismo com a Administração. Formação empreendedora. A visão, o <i>networking</i> , o modelo, a aprendizagem e o plano de negócio. O papel do empreendedor nas organizações e sociedade.		
Objetivo		
Oportunizar aos discentes interpretações teóricas sobre empreendedorismo e sua importância para a administração em diversas organizações.		
Referência Básica		
CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio. São Paulo: Atlas, 2009.		
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012.		
DOLABELA, F. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Sextante, 2008.		
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2008.		
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus: Elsevier, 2012.		
LENZI, F. C.; KIESEL, M. D.; ZUCCO, F. D. (org.). Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência. São Paulo: Gente, 2010.		
MENDES, J. Manual do empreendedor: como construir um empreendimento de sucesso. São Paulo, SP: Atlas, 2008.		
Referência Complementar		
DORNELAS, J. C. A. Plano de negócios: seu guia definitivo. 2. ed. São Paulo: Empreender, 2016.		
ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. Estudos Avançados , São Paulo, v. 31, n. 90, maio/ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n90/0103-4014-ea-31-90-0023.pdf . Acesso em: 08 nov. 2023.		
FERREIRA, F. M.; PINHEIRO, C. R. M. S. Plano de Negócios Circular: instrumento de ensino de empreendedorismo e desenvolvimento do perfil empreendedor. Gestão e Produção [online] . 2018, v.25, n.4, p.854-865, ago., 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2018000400854&lng=pt&tlng=pt . Acesso em: 08 set. 2023.		
FONTENELE, R. E. S. Empreendedorismo, Competitividade e Crescimento Econômico: Evidências Empíricas. Revista de Administração Contemporânea . Curitiba, v. 14, n. 6, art. 6, p. 1094-1112, nov./dez., 2010. Disponível em: https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/815/812 . Acesso em: 08 set. 2023.		
FREIRE, C. T.; MARUYAMA, F. M.; POLLI, M. Inovação e empreendedorismo: políticas públicas e ações privadas. Novos estudos . São Paulo, v. 36, n. 03, p. 51-76, nov. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/nec/v36n3/1980-5403-nec-36-03-51.pdf . Acesso em: 08 set. 2023.		
KURATKO, D. F. Empreendedorismo: teoria, processo e prática. 10. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.		
OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social: da teoria à prática, do sonho à realidade. 7.		



ed. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2008.

ORSIOLLI, T. A. E.; NOBRE, F. S. Empreendedorismo sustentável e *stakeholders* fornecedores: criação de valores para o desenvolvimento sustentável. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, art. 6, p. 502-523, jul./ago., 2016. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1185/1181>. Acesso em: 08 set. 2023.

ROMA, A.; ARRUDA, M. C. **Networking & Empreendedorismo**. São Paulo: Leader, 2017.

VALE, G. M. V.; CORRÊA, V. S.; REIS, R. F. Motivações para o empreendedorismo: necessidade *versus* oportunidade? **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, art. 4, p. 311-327, maio/jun., 2014. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1037/1033>. Acesso em: 08 set. 2023.

Número de unidades de avaliação

02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0683	DIREITOS E CIDADANIA	60
EMENTA		
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.		
OBJETIVO		
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica . Campinas, SP: Papyrus, 2008. PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2006. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático . Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.		
Número de unidades de avaliação	02	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	COMPONENTE OPTATIVO III	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS818	PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	60
EMENTA		
Apresentação do Regulamento do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado, <i>Campus</i> Cerro Largo. Elaboração de PTCC: tema, problema, objetivos, justificativa, referencial teórico, metodologia, cronograma e referências bibliográficas.		
OBJETIVO		
Capacitar o discente na elaboração do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 7. ed. rev. (conforme NBR 14724:2005). Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2007. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. UFFS. Regulamento do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado . Cerro Largo, RS: UFFS, 2019. UFFS. Sistema de Bibliotecas. Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul . 3. ed. rev. atual. e ampl. Chapecó: UFFS, 2024. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/arquivo . Acesso em: 26 fev. 2024.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica . 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c1991. BELL, J. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais . Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. COSTA, S. F. Método científico: os caminhos da investigação . São Paulo: HARBRA, 2001. DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. FOWLER, F. J. Pesquisa de levantamento . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. Metodologia de pesquisa . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico . 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2013. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS622	PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO	60
EMENTA		
Planejamento financeiro: conceitos e inter-relações com o planejamento organizacional. Orçamentos empresariais e demonstrações financeiras projetadas. Controle orçamentário e análise de variações orçamentárias.		
OBJETIVO		
Apresentar o processo de Planejamento Financeiro e análise dos principais componentes, identificando sua importância para empresa. Desenvolvimento de um sistema orçamentário, demonstrando a relevância para a organização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FREZATTI, F. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial . 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009. LUNKES, R. J. Manual de orçamento . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MOREIRA, J. C. Orçamento empresarial: manual de elaboração . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. SÁ, C. A. Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SANVICENTE, A. Z.; SANTOS, C. C. Orçamento na administração de empresas: Planejamento e controle . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995. WELSCH, G. A. Orçamento empresarial . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1983.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e política no processo decisório: estudo sobre orçamento em uma organização estatal. Revista de Administração Contemporânea , v. 11, n. 3, p. 35-56, 2007. CALVO, I. P. <i>et al.</i> Orçamento empresarial . Rio de Janeiro: FGV, 2012. FREZATTI, F. Beyond budgeting: inovação ou resgate de antigos conceitos do orçamento empresarial? Revista de Administração de Empresas , v. 45, n. 2, p. 23-33, 2005. FREZATTI, F. <i>et al.</i> Críticas ao orçamento: problemas com o artefato ou a não utilização de uma abordagem abrangente de análise? ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting , v. 3, n. 2, p. 190-216, 2013. LEITE, R. M. <i>et al.</i> Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. Revista Contabilidade & Finanças , v. 19, n. 47, p. 56-72, 2008. MERCHANT, K. A. O modelo do sistema de orçamento corporativo: influências no comportamento e no desempenho gerencial. Revista de Contabilidade e Organizações , v. 1, n. 1, p. 107-124, 2007. MINARDI, A. M. A. F.; SAITO, R. Orçamento de capital. RAE-Revista de Administração de Empresas , v. 47, n. 3, p. 79-83, 2007. MUCCI, D. M.; FREZATTI, F.; DIENG, M. As múltiplas funções do orçamento empresarial. Revista de Administração Contemporânea , v. 20, n. 3, p. 283-304, 2016. SOUZA, P.; LUNKES, R. J. Práticas de orçamento de capital: um estudo em empresas hoteleiras de Florianópolis (SC). Revista Universo Contábil , v. 9, n. 1, p. 28-45, 2013. VANZELLA, C.; LUNKES, R. J. Orçamento baseado em atividades: um estudo de caso em empresa distribuidora de energia elétrica. Contabilidade Vista & Revista , v. 17, n. 1, p. 113-132, 2009.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS623	LOGÍSTICA	75
EMENTA		
Conceitos e funções da logística. Cadeias de suprimentos e seus processos. Gestão da cadeia de suprimentos. O produto da logística e o serviço ao cliente. Tecnologia e sistemas de informação na logística. Organização e Controle da logística. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Viabilizar ao aluno os conhecimentos básicos de funcionamento e gerenciamento da cadeia de suprimentos, através da exposição e discussão de modelos e sistemas utilizados nas funções administrativas e logísticas, de maneira que ele perceba as inter-relações com as outras áreas da administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALVARENGA, A. C.; NOVAES, A. G. Logística aplicada: suprimento e distribuição física. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2000.		
BALLOU, R. H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.		
BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.		
DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
NOVAES, A. G.; NOVAES, A. G. N. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação. 3. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.		
POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BATALHA, M. O. (coord.). Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2.		
FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc . Acesso em: 12 dez. 2023.		
GAITHER, N.; FRAZIER, G. Administração da produção e operações. 8. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.		
GONÇALVES, P. S. Administração de materiais: obtendo vantagens competitivas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.		
LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023.		
MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.		
MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2008.		
SIMCHI-LEVI, D.; KAMINSKY, P.; SIMCHI-LEVI, E. Cadeia de suprimentos: projeto e gestão: conceitos, estratégias e estudos de caso. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.		
SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 3. ed. São		



Paulo: Atlas, 2009.

VIANA, J. J. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.

Número de unidades de avaliação	02
---------------------------------	----



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS624	DIREITO TRIBUTÁRIO E DO TRABALHO	75
EMENTA		
Histórico do Sistema Tributário Constitucional Brasileiro. Princípios do Direito Tributário. Espécies tributárias. Obrigação tributária. Fato Gerador. Lançamento. Crédito Tributário. Competências. Tributos. Estudo do Direito do Trabalho. Relação jurídica do emprego: sujeitos. Contrato de trabalho: formação e extinção. Regulamentação trabalho (duração da jornada, proteção ao trabalho do menor, mulher e trabalhador nacional, repouso semanal, FGTS e férias). Noções de Direito Coletivo de Trabalho. Estabilidade no emprego. Participação dos empregados nos lucros da empresa. Organização Sindical. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Analisar as contribuições do Direito Tributário e do Trabalho para a formação em Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARAZZA, R. A. Curso de direito constitucional tributário . São Paulo: Malheiros, 2014. CARVALHO, P. B. Curso de direito tributário . 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. MACHADO, H. B. Curso de direito tributário . São Paulo: Malheiros, 2014. MAGANO, O. B. Manual de direito do trabalho . São Paulo: LTr, 2010. NASCIMENTO, A. M. Curso de direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2009. OLIVEIRA, J. R. A.; COSTA, T. F. M. Instituições de direito público e privado . Florianópolis, SC: UFSC, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ANDRADE FILHO, E. O. Imposto de renda das empresas : inclui contribuições sobre o lucro e as receitas devidas pelas empresas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. BARROS, A. M. Contratos e regulamentações especiais do trabalho . São Paulo: LTr, 2002. BRANDAO, C. A. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. <i>Cad. Metrop.</i> [S. l.], v. 19, n. 38, p. 45-69, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3802 . Acesso em: 01 nov. 2023. CARVALHO, P. B. Curso de direito tributário . 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc . Acesso em: 12 dez. 2023. HARADA, K. Direito financeiro e tributário . 19. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010. JARDIM, E. M. F. Manual de direito financeiro e tributário . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023. MARTINS, S. P. Direito do trabalho . São Paulo: Atlas, 2011. MARTINS, S. P. Direito processual do trabalho . São Paulo: Atlas, 2011.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS625	GESTÃO DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	60
EMENTA		
Gestão de Tecnologias de Informação. Sistemas de Informação: conceitos e gerenciamento. Estratégias de Web. Tecnologias sem fio. Mídias Sociais. Questões éticas e sociais na empresa digital.		
OBJETIVO		
Proporcionar ao administrador o conhecimento de uma perspectiva realista dos sistemas de informação, bem como de ferramentas tecnológicas que auxiliam na dinamização dos processos gerenciais e decisórios das organizações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação . 7. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2014. LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informações gerenciais . 11. ed. Rio de Janeiro: Pearson Education, 2015. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 2010. OLIVEIRA, D. P. R. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais . 14. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. RAINER JR., R. K.; CEGIELSKI, C. G. Introdução a sistemas de informação: apoiando e transformando negócios na era da mobilidade . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, c2012. REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. Tecnologia da informação: aplicada a sistemas de informação empresariais . 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ALBUQUERQUE, J. C. M. Sistemas de informação e comunicação no setor público . Florianópolis, SC: UFSC, 2011. ANTONIO, J. Informática para concursos: teoria e questões . 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2013. CORNACHIONE JUNIOR, E. B. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia . 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. ELEUTERIO, M. A. M. Sistemas de informações gerenciais na atualidade . Curitiba: Intersaberes, 2015. O'BRIEN, J. A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. POLLONI, E. G. F. Administrando sistemas de informação . São Paulo, SP: Futura, 2000. REZENDE, D. A. Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações . 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. SANTOS, A. A. Informática na empresa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. STAIR, R. M.; REINOLDS, G. W. Princípios de sistemas de informação . 11. ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2016. TURBAN, E.; VOLONINO, L. Tecnologia da informação para gestão: em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional . 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1730	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	60
EMENTA		
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS819	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	105
EMENTA		
Elaboração de Trabalho de conclusão de curso de acordo com as normas do Regulamento do Projeto de trabalho de conclusão de curso (PTCC) e do Trabalho de conclusão de curso (TCC) do curso de Administração, <i>Campus</i> Cerro Largo, acompanhado e orientado por professor. Apresentação do Trabalho de conclusão de curso perante banca examinadora em sessão pública.		
OBJETIVO		
Capacitar o discente na elaboração do Trabalho de conclusão de curso.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 7. ed. rev. (conforme NBR 14724:2005). Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2007. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. UFFS. Regulamento do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado . Cerro Largo, RS: UFFS, 2019. UFFS. Sistema de Bibliotecas. Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul . 3. ed. rev. atual. e ampl. Chapecó: UFFS, 2024. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/arquivo . Acesso em: 26 fev. 2024.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica . 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c1991. BELL, J. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais . Porto Alegre, RS: Artmed: Bookman, 2008. COSTA, S. F. Método científico: os caminhos da investigação . São Paulo: HARBRA, 2001. FERRAREZI JUNIOR, C. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese . São Paulo: Contexto, 2011. FOWLER, F. J. Pesquisa de levantamento . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. Metodologia de pesquisa . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico . 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2013. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS820	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	90
EMENTA		
Instrumentalização quanto às normativas de estágio nacional e institucional. Orientações quanto ao planejamento, acompanhamento e execução das atividades desenvolvidas no ambiente de estágio.		
OBJETIVO		
Proporcionar familiarização do discente com vivências empíricas da realidade administrativa, propondo uma análise crítica do objeto de estágio.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm . Acesso em: 30 out. 2023.		
UFFS. Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Administração, Campus Cerro Largo Resolução de Estágios da UFFS. Cerro Largo: UFFS, 2021.		
UFFS. Regulamento de Estágio da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
UFFS. Sistema de Bibliotecas. Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul. 3. ed. rev. atual. e ampl. Chapecó: UFFS, 2024. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/arquivo . Acesso em: 26 fev. 2024.		
FESTINALLI, R. C.; CANOPF, L.; BERTUOL, O. Inquietações sobre o Estágio Supervisionado e a Formação do Administrador. <i>In: EnANPAD</i> , 31, 2007, Rio de Janeiro. Anais [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2007, p. 1-16. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/view/12545178/1-inquietacoes-sobre-o-estagio-supervisionado-e-a-anpad . Acesso em: 26 fev. 2024.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS821	FUNDAMENTOS SOCIOANTROPOLÓGICOS	60
EMENTA		
<p>O ser humano em sua relação com a cultura, o trabalho e a sociedade. A formação do Brasil no contexto das Nações modernas: processos de povoamento e repovoamento, matrizes de formação do povo brasileiro (nativos, africanos, europeus), diversidade cultural, identidade nacional, conflitos, desigualdades e cidadania. O mundo do trabalho em seus sentidos, formas, modelos e possibilidades. Práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender os processos socioculturais que conformam a sociedade brasileira, em suas relações com o contexto das formações sociais modernas, as tendências do mundo do trabalho e os desafios da realidade atual.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.</p> <p>CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.</p> <p>DAMATTA, R. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.</p> <p>FREYRE, G. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.</p> <p>HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia da Letras, 1995.</p> <p>RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>ARENDDT, H. A condição humana. 11. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.</p> <p>CASTRO, J. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.</p> <p>CUNHA, E. Os sertões. São Paulo: Editora Três, 1984.</p> <p>FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965.</p> <p>FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.</p> <p>FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.</p> <p>FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracriv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc. Acesso em: 12 dez. 2023.</p> <p>IANNI, O. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643 . Acesso em: 12 dez. 2023.</p> <p>ROTTA, E. A construção do desenvolvimento: análise de um “modelo” de interação entre regional e global. Ijuí: Unijuí, 1999.</p>		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS629	DIREITO EMPRESARIAL	60
EMENTA		
Conceito e histórico do Direito Empresarial. Pessoas físicas e jurídicas. O Empresário. O Estabelecimento empresarial. A atividade empresarial e a qualidade do fornecimento de bens e serviços. As Sociedades empresariais. Liquidação da Sociedade. Recuperação Judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. (Lei 11.101/2005). A atividade empresarial e a publicidade. Títulos de crédito. O Código de Defesa do Consumidor e o direito empresarial.		
OBJETIVO		
Analisar as contribuições do Direito Empresarial para a formação em Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAMPINHO, S. O direito de empresa à luz do código civil . 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. DINIZ, M. H. Curso de direito civil brasileiro . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 8. GONÇALVES NETO, A. A. Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil . 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010. NEGRÃO, R. Direito empresarial: estudo unificado . 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011. REQUIÃO, R. Curso de direito comercial . São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1. VECCHIO, H. P. Direito empresarial . Florianópolis, SC: UFSC, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CERVEIRA FILHO, M. Shopping centers: direitos dos lojistas . São Paulo: Saraiva, 2008. COELHO, F. U. Comentários à nova lei de falências e recuperação de empresas . São Paulo: Saraiva, 2005. GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. Novo curso de direito civil: parte geral . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1. GONÇALVES NETO, A. A. Direito de empresa: comentários . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. GONÇALVES, M. G. V. P.; GONÇALVES, V. E. R. Direito empresarial: direito de empresa e sociedades empresárias . São Paulo: Saraiva, 2007. GRAU, E. R. A ordem econômica na constituição de 1988 . 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo . 36. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012. VIEIRA, M. A. Propriedade industrial: marcas . Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006 VIEIRA, Marcos Antônio. Propriedade Industrial. Marcas . Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0682	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	60
EMENTA		
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.</p> <p>ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p> <p>BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.</p> <p>FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.</p> <p>HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2004.</p> <p>HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p> <p>MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.</p> <p>SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados, USP, v. 21, n. 59, 2007.</p> <p>SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.</p> <p>VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: Edifurb, 2008.</p> <p>CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.</p> <p>DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.</p> <p>FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>FURTADO, Celso. A economia latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.</p> <p>HUBERMAN, L. História da riqueza do homem. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.</p> <p>IANNI, O. Estado e capitalismo. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.</p> <p>LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>		



LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista**, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Curitiba: Hermes, 2001.

Número de unidades de avaliação

02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	COMPONENTE OPTATIVO IV	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02



8.9.2 Componentes curriculares com oferta variável

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA212	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60
EMENTA		
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.		
OBJETIVO		
Conhecer a língua brasileira de sinais, a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. QUADROS, R. M. de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. _____. Educação de surdos. A Aquisição da Linguagem . Porto Alegre: Editora Artmed, 1997. FERREIRA, L. Por uma gramática de língua de sinais . Rio de Janeiro, RJ: Edições Tempo Brasileiro, 2010. 273 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. (Ed). Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em Linguística e Neurociências cognitivas . São Paulo: EDUSP: Inep, CNPq, CAPES, 2012. COUTINHO, D. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000. FELIPE, T.; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor . 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005. GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LOPES, M. C. Surdez & educação . 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Autêntica, c2007. 102 p. (Temas & educação) MOURA, M. C. de. Língua de Sinais e Educação do Surdo . Série neuropsicológica. São Paulo: TECART, 1993. v. 3. _____. O surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000. PEREIRA, M. C. da C. (Org). Libras: conhecimento além dos sinais . São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011. 127 p. ZIESMANN, C. I. Educação de surdos em discussão: práticas pedagógicas e processo de alfabetização . 1. ed. Curitiba: Editora e Livraria Appris, 2017. v. 1. 145p.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS073	TEORIA COOPERATIVISTA I	60
EMENTA		
Bases doutrinárias da cooperação e do cooperativismo. Fundamentos filosóficos da cooperação. As formas primitivas e tradicionais de ajuda mútua. Surgimento do cooperativismo moderno. Contribuições dos socialistas utópicos para o pensamento cooperativo. Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Cooperação e desenvolvimento. Experiências históricas e contemporâneas. Economia solidária, cooperação e autogestão. Democracia econômica e desenvolvimento solidário. Experiências cooperativas no Brasil e no mundo.		
OBJETIVO		
Conhecer e compreender as bases doutrinárias e históricas do cooperativismo mundial e brasileiro. Identificar aspectos-chave a serem considerados para a criação e consolidação de experiências cooperativas e associativas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, N. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil . São Paulo: Paz e Terra, 1999. CARNOY, M. Estado e teoria política . 6. ed. Campinas: Papirus, 2000. CRUZIO, H. O. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. ORMAETXEA, J. M. Introducción a la experiencia cooperativa de Mondragón. Textos básicos de OTALORA . Aretxabaleta: Otalora, 2000. PINHO, D. B. A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista . São Paulo: Pioneira, 1966. QUIJANO, A. La economía popular y sus caminos en América Latina . Lima: Mosca Azul Editores, 1998. SINGER, P.; MACHADO, J. Economia socialista . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ASSMANN, H.; MOSUNG, J. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança . Petrópolis: Vozes, 2000. BARBOSA, R. N. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil . São Paulo: Cortez, 2007. DIAZ BORDENAVE, J. E. O que é participação . 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. FARIA, J. H. Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações . São Paulo: Atlas, 2009. v. 1. 407 p. GAIGER, L. I. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil . Porto Alegre: UFRGS, 2004. KUBITZA, F.; ONO, E. A. Projetos aquícolas: planejamento e avaliação econômica . Jundiá: Fernando Kubitza, 2004. 79 p. MLADENATZ, G. História das doutrinas cooperativistas . Brasília: Confedbras, 2003. MOTTA, F. C. P. <i>et al.</i> Participação e participações: ensaios sobre autogestão . São Paulo: Babel Cultural, 1987. PINHO, D. B. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidária . São Paulo: Saraiva, 2003. SANTOS, B. S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS085	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	30
EMENTA		
Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. Marketing Social. Voluntariado. Terceiro Setor. Filantropia. Balanço Social. Sustentabilidade. Gestão Social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. Passivo ambiental. Impacto ambiental. Gestão Ambiental. Normas ISO E NBR, ambiental e de responsabilidade social. Projeto de responsabilidade socioambiental: diagnóstico, planejamento estratégico de RSE. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental		
OBJETIVO		
Desenvolver no estudante a capacidade de reflexão sobre as diferentes formas de perceber a responsabilidade social e ambiental de um ponto de vista crítico e problematizador.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, J. R. <i>et al.</i> Gestão ambiental : planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000. PAULI, G. Emissão zero . Porto Alegre: Edipuc, 1996. REIS, L. F. S. D. <i>et al.</i> Gestão ambiental em pequenas e médias empresas . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa . São Paulo: Atlas, 2002. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa : estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BERLE, G. O empreendedor do verde . São Paulo: Mc Graw-Hill, 1991. JACOBI, P. R. Ciência ambiental os desafios da interdisciplinariedade . São Paulo: Ann-blame, 1999. LANNA, A. E. L. Gerenciamento de bacia hidrográfica : aspectos conceituas e metodológicos. Brasília: IBAMA, 1995. PAULI, G. Upsizing . Porto Alegre: L&PM, 1999. VARGAS, H. C. Novos instrumentos de gestão ambiental urbana . São Paulo: EDUSO, 2001.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1731	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	60
EMENTA		
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.		
OBJETIVO		
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguay, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e História . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social . São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha . São Paulo: Brasiliense, 1990. RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense . Chapecó: Grifos, 1997. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento . Campinas: Ed. Unicamp, 2007.		



ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.
SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.
TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

Número de unidades de avaliação

02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS630	TÓPICOS ESPECIAIS I	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS631	TÓPICOS ESPECIAIS II	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS632	TÓPICOS ESPECIAIS III	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS633	TÓPICOS ESPECIAIS IV	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS634	TÓPICOS ESPECIAIS V	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS635	TÓPICOS ESPECIAIS VI	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado, contendo práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS636	TÓPICOS ESPECIAIS VII	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado, contendo práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS637	TÓPICOS ESPECIAIS VIII	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado, contendo práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS638	TÓPICOS ESPECIAIS IX	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado, contendo práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS639	TÓPICOS ESPECIAIS X	60
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado, contendo práticas que contemplam atividades de extensão e/ou cultura.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		02

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS640	TÓPICOS ESPECIAIS XI	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS641	TÓPICOS ESPECIAIS XII	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS642	TÓPICOS ESPECIAIS XIII	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS643	TÓPICOS ESPECIAIS XIV	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS644	TÓPICOS ESPECIAIS XV	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS645	TÓPICOS ESPECIAIS XVI	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS646	TÓPICOS ESPECIAIS XVII	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS823	TÓPICOS ESPECIAIS XVIII	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS824	TÓPICOS ESPECIAIS XIX	30
EMENTA		
Ementa em aberto conforme tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso e aprovada em colegiado.		
OBJETIVO		
Complementar à grade curricular do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Elencadas conforme o tema a ser trabalhado, a ser especificada no Plano de Curso.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1768	Prática de ensino: pesquisa em educação	60
EMENTA		
<p>Conceitos, metodologias, abordagens e estratégias de intervenção. Pesquisa, formação docente, racionalidades e tendências. O papel das pesquisas educacionais nos processos de ensino e na formação de professores da educação básica. Tendências da pesquisa educacional na formação de professores e no ensino. Elaboração e execução de pesquisa em contexto escolar. Vivências das etapas da pesquisa contemplando diferentes temáticas do ensino, com especial atenção ao contexto escolar. Extensão universitária com foco na aplicação do conhecimento profissional como agente transformador da sociedade.</p>		
OBJETIVO		
<p>Fundamentar a docência na Educação Básica com pesquisa na área da Educação pela via da análise teórica e de modelos de pesquisa, formação de professores e ensino.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. DEMO, P. Educar pela pesquisa. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. FAZENDA, I. Pesquisa em educação. São Paulo: Papirus, 2002. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016. HERMEL, E. E. S.; GÜLLICH, R. I. C. Educação em ciências e matemática: pesquisa e formação de professores. Chapecó: UFFS, 2016. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ALARCÃO, I. (org.). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. São Paulo: Cortez, 2010. ALARCAO I. Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed, 2001. GERALDI, C.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. (org.). Cartografias do trabalho docente: professor(a) pesquisador(a). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é como se faz. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K. M. (org.). A pesquisa na formação e no trabalho docente. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2012. <i>E-book</i>. (Minha biblioteca/UFFS). BIAPINA, I. M. L. M. Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2013. MATTAR, J.; RAMOS, D. K. Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. São Paulo: Almedina, 2021. <i>E-book</i>. (Minha biblioteca/UFFS). MARQUES, M. O. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. 4. ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2001.</p>		
Número de Unidades de Avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas (T/P/E)
GEX1040	Computação Básica	60 (T)
EMENTA		
Fundamentos de informática. Noções de sistemas de computação. Formulação de algoritmos e sua representação. Noções sobre linguagem de programação e programas. Implementação prática, em laboratório, de algoritmos em uma linguagem de programação. Descrição de algumas aplicações típicas.		
OBJETIVO		
Prover ao aluno subsídios que o tornem apto a formular algoritmos computacionais e implementá-los em computador para resolver equações por métodos numéricos interativos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BORATTI, I. C.; OLIVEIRA, A. B. Introdução a programação: Algoritmos. Florianópolis: Visual Books, 1999.		
FARRER, H. <i>et al.</i> Algoritmos estruturados. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986.		
LOPES, A.; GARCIA, G. Introdução à Programação: 500 algoritmos resolvidos. Rio de Janeiro: Campus, 2002.		
FORBELLONE, A. L. V.; EBERSPÄCHER, H. F. Lógica de programação. São Paulo: Makron Books, 1993.		
TREMBLAY, J. P.; BUNT, R. B. Ciência dos computadores: uma abordagem algorítmica. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARAÚJO, E. C. Algoritmos: fundamento e prática. Florianópolis: Visual Books, 2007.		
GILAT, A. Matlab com aplicações em engenharia. Porto Alegre: Artmed, 2006.		
HOLLOWAY, J. P. Introdução à programação para engenharia. Rio de Janeiro: LTC, 2005.		
LEITE, M. Scilab: uma abordagem prática e didática. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.		
MANZANO, J. A. N. G.; OLIVEIRA, J. F. Estudo dirigido de algoritmos. São Paulo: Érica, 2004.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas (T/P/E) 30 (15 T; 15 E)
GEN0478	Recursos Energéticos e Energias Renováveis	30 (15 T; 15 E)
EMENTA		
Recursos energéticos e matriz energética do Brasil. Disponibilidade de fontes e avaliação do potencial de geração de energia. Usinas hidroelétricas, termoelétricas e nucleares. Energia solar. Energia eólica. Energia fóssil. Energia de Biomassa. Impactos ambientais decorrentes da geração e transmissão de energia. Atividades de extensão e cultura vinculadas ao CCR e definidas no plano de curso.		
OBJETIVO		
Fornecer os elementos necessários para a avaliação da disponibilidade de energia em uma determinada região e dos impactos causados sobre o meio ambiente na sua geração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>HODGE, B. K. Sistemas e aplicações de energia alternativa. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011.</p> <p>REIS, L. B.; CUNHA, E. C. N. Energia elétrica e sustentabilidade: aspectos tecnológicos, socioambientais e legais. Barueri, SP: Manole, 2006.</p> <p>REIS, L. B.; SILVEIRA, S. (org.). Energia elétrica para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2001.</p> <p>ROSILLO-CALLE, F.; BAJAY, S. V.; ROTHMAN, H. Uso de biomassa para a produção de energia na indústria brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.</p> <p>FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba :CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracoes-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc.</p> <p>LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ALDABÓ, R. Energia solar para produção de eletricidade. São Paulo: Artliber, 2016.</p> <p>BLEY JÚNIOR, C. Agroenergia da biomassa residual: perspectivas energéticas, socioeconômicas e ambientais. 2. ed. rev. Foz do Iguaçu: Brasília: Itaipú Binacional, FAO, 2009.</p> <p>CORTEZ, L. A. B.; LORA, E. E. S.; GÓMEZ, E. O. Biomassa para energia. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.</p> <p>CUSTÓDIO, R. S. Energia eólica para produção de energia elétrica. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Synergia, 2013.</p> <p>GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. Energia, meio ambiente e desenvolvimento. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Edusp, 2008.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas (T/P/E)
GEN131	Engenharia de Segurança no Trabalho	30 (T)
EMENTA		
Histórico da segurança do trabalho. Acidentes de trabalho. Legislação: leis, portarias e normas regulamentadoras. Riscos ambientais. Agentes ambientais. Proteção coletiva e individual. Prevenção de incêndio.		
OBJETIVO		
Apresentar elementos básicos de segurança no trabalho.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DUL, J.; WEERDMEESTER, B.; IIDA, I. Ergonomia prática . São Paulo: Edgard Blücher, 2012.		
EQUIPE ATLAS. Segurança e medicina do trabalho . 87. ed. São Paulo: Atlas, 2022.		
MENDES, R. Patologia do trabalho . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.		
SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: avaliação e controle dos riscos ambientais . 10. ed. São Paulo, SP: LTr, 2019.		
SEIFFERT, M. E. B. Sistemas de gestão ambiental (ISO 14001) e saúde e segurança ocupacional (OHSAS 18001): vantagens da implantação integrada . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BARSANO, P. R. Equipamentos de Segurança . São Paulo: Erica, 2014.		
BARSANO, P. R. Segurança do trabalho: guia prático e didático . 2. ed. São Paulo Erica, 2018.		
BARSANO, P. R. Higiene e segurança do trabalho . São Paulo: Erica. 2014.		
MONTEIRO, A. L. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais . 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.		
MORAES, M. V. G. Doenças ocupacionais: agentes físico, químico, biológico, ergonômico . 2. ed. São Paulo: Iátria, 2014		
PAOLESCHI, B. CIPA: guia prático de segurança do trabalho . São Paulo: Erica, 2009.		
ZOCCHIO, A. Prática da prevenção de acidentes . São Paulo: Atlas, 2002.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas (T/P/E)
GEN133	Avaliação de Impacto Ambiental	60 (T)
EMENTA		
<p>Crescimento econômico e introdução às teorias do desenvolvimento sustentável; Estudo, ferramentas, percepção e análise de riscos ambientais; Origem, conceitos e definições de Impactos Ambientais; Processo de Avaliação e objetivos dos Impactos Ambientais; Etapas de previsão, identificação e planejamento de impactos ambientais; Estudo de caso - Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA); –Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); Acompanhamento e tomada de decisões no processo de avaliação de impactos; Licenciamento ambiental completo (LP, LI e LO); Autorização Ambiental; Licenciamento ambiental simplificado; Dispensa de licenciamento ambiental (DLAE).</p>		
OBJETIVO		
<p>Aplicar ferramentas de apoio estratégico na identificação de problemas ambientais e impactos associados, de forma a estabelecer ações de adequação ambiental.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BARSANO, P. R. Gestão ambiental. São Paulo: Erica, 2014. <i>E-book</i>. (Minha Biblioteca/UFFS).</p> <p>CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (org.). Avaliação e perícia ambiental. 18. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2020.</p> <p>LIMA, C. H. Proteção do meio ambiente. São Paulo: Conteúdo Saraiva, 2021. <i>E-book</i>. (Minha Biblioteca/UFFS).</p> <p>MATOS, A. T. Poluição ambiental: impactos no meio físico. 1. ed. Viçosa, MG. Editora UFV. 2010.</p> <p>PHILIPPI JUNIOR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Ed.). Curso de gestão ambiental. 2. ed. atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014. (Coleção Ambiental, v. 13).</p> <p>SANCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 3. ed. atual. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2020.</p> <p>SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>STEIN, R. T. <i>et al.</i> Avaliação de impactos ambientais. Porto Alegre: SAGAH, 2018. <i>E-book</i>. (Minha Biblioteca/UFFS).</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BARBOSA, R. P. Avaliação de risco e impacto ambiental. São Paulo: Erica, 2014. <i>E-book</i>. (Minha Biblioteca/UFFS).</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 01/86. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília: [s. n.], 1986.</p> <p>CONTI, J. B. Clima e meio ambiente. 6. ed. São Paulo: Atual, 2010. (Série Meio Ambiente).</p> <p>DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. Arcas à deriva: unidades de conservação do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Technical Books, 2013.</p> <p>SANTOS, L. M. M. Avaliação ambiental de processos industriais. 4. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2011.</p> <p>SILVA, E. Métodos de avaliação de impactos ambientais. <i>In</i>: SILVA, E. Técnicas de avaliação de impactos ambientais. Viçosa: CPT, 1999. (Série Saneamento e Meio Ambiente, Manual n. 199).</p> <p>TAUK, S. M.; GOBBI, N.; FOWLER, H. G. (org.). Análise ambiental: uma visão multidisciplinar. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 1995. (Natura naturata).</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas (T/P/E)
GCS809	Direito e Legislação Ambiental	45 (T)
EMENTA		
<p>Bases do Direito Ambiental: caracterização de ambiente e direito ambiental, evolução do direito ambiental e considerações sobre a história da legislação ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente e seus instrumentos. Competências em matéria ambiental. Legislação ambiental e dispositivos jurídicos: Federal, Estadual e Municipal. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Dano ambiental. Responsabilidade Ambiental. Trâmite e práticas legais. Atividades de extensão e cultura vinculadas ao CCR e definidas no plano de curso.</p>		
OBJETIVO		
<p>Proporcionar ao aluno conhecimentos básicos sobre a disciplina, abarcando os fundamentos do direito ambiental, seus princípios e principais marcos normativos. Analisar os instrumentos legais para política ambiental e proteção ambiental, bem como as competências dos poderes públicos e seus órgãos, em relação ao direito ambiental. Abordar a responsabilidade ambiental à luz da legislação vigente.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.</p> <p>MILARÉ, É. Direito do ambiente. 11. ed. São Paulo: RT, 2018.</p> <p>SIRVINSKAS, L. P. Manual de direito ambiental. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.</p> <p>FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba :CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracoos-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc.</p> <p>LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ALVES, A. C.; PHILIPPI JÚNIOR, A. Curso interdisciplinar de direito ambiental. Barueri, SP: Manole, 2005.</p> <p>LEITE, J. R. M.; AYALA, P. A. Dano ambiental: do indivíduo ao coletivo extrapatrimonial: teoria e prática. 8. ed. rev. atual. e amp. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2019.</p> <p>MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. 23. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2015.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas (T/P/E)
GCS257	Princípios de Administração	45 (T)
EMENTA		
Introdução a gestão de organizações. Conceitos básicos de administração. Fundamentos conceituais da teoria do empreendedorismo. A articulação dos conceitos de empreendedorismo com a Administração. O papel do empreendedor nas organizações e na sociedade. Formação empreendedora. Plano de negócio.		
OBJETIVO		
Iniciar o contato com a ciência da Administração a fim de adquirir a base teórico-científica que permita compreensão das organizações, oportunizando, ainda, interpretações teóricas a respeito do empreendedorismo e a sua importância para a gestão, em diversas organizações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo : dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012.		
DOLABELA, F. O segredo de Luísa : uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Sextante, 2008.		
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus: Elsevier, 2012.		
DORNELAS, J. C. A. Plano de negócios : seu guia definitivo. 2. ed. São Paulo: Empreender, 2016.		
LONGENECKER, L. G. <i>et al.</i> Administração de pequenas empresas . São Paulo: Cengage Learning, 2007.		
MAXIMIANO, A. C. A. Introdução a administração . São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHIAVENATO, I. Administração de empresas . São Paulo: Makron Books, 2001.		
CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de projetos empresariais : análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio. São Paulo: Atlas, 2009.		
DAFT, R. L. Administração . São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
DORNELAS, J. C. A. Plano de negócios : seu guia definitivo. 2. ed. São Paulo: Empreender, 2016.		
FERREIRA, F. M.; PINHEIRO, C. R. M. S. Plano de negócios circular: instrumento de ensino de empreendedorismo e desenvolvimento do perfil empreendedor. Gestão e Produção , v. 25, n. 4, p. 854-865, out./dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2018000400854&lng=pt&tlng=pt . Acesso em: 10 nov. 2023.		
LENZI, F. C.; KIESEL, M. D.; ZUCCO, F. D. (org.). Ação empreendedora : como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência. São Paulo: Gente, 2010.		
MENDES, J. Manual do empreendedor : como construir um empreendimento de sucesso. São Paulo, SP: Atlas, 2008.		
MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. Administração . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social : da teoria à prática, do sonho à realidade. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2008.		
ROMA, A.; ARRUDA, M. C. Networking & empreendedorismo . São Paulo: Leader, 2017.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas (T/P/E)
GEN486	Saúde Ambiental	45 (30 T; 15 E)
EMENTA		
Conceitos básicos em Saúde Ambiental. Processo saúde doença. Ambiente e saúde. Saneamento e saúde. Perfil epidemiológico e situação sanitária do Brasil. Controle de vetores. Conceitos básicos em Epidemiologia. Indicadores de saúde, de ambiente e de saúde ambiental. Dimensões ambientais, socioculturais e epidemiológicas e os cenários das políticas públicas para populações vulneráveis e minorias étnicas. Atividades de extensão e cultura vinculadas ao CCR e definidas no plano de curso.		
OBJETIVO		
Proporcionar ao acadêmico o domínio de conceitos básicos em saúde pública, a relação ambiente e saúde e indicadores de saúde e ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ALONZO, H. G. A.; COSTA, A. O. Bases da toxicologia ambiental e clínica para atenção à saúde. São Paulo: Hucitec, 2019.</p> <p>MARCLE, W. H.; FISHER, M. A.; SMEGO JÚNIOR, R. A. Compreendendo a saúde global. Porto Alegre: AMGH, 2015.</p> <p>MEDRONHO, R. A. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.</p> <p>PEREIRA, M. G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.</p> <p>PHILIPPI JÚNIOR, A. Curso de gestão ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004.</p> <p>PHILIPPI JÚNIOR, A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005.</p> <p>SILVA, L. F. Epidemiologia ambiental. Fundamentos para engenharia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Políticas de promoção da equidade em saúde. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 14p.</p> <p>FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba :CRV, 2020. E-book. Disponível em: https://www.editoracriv.com.br/produtos/detalhes/35353-caminhos-para-curricularizacao-da-extensao-bracoes-no-instituto-federal-de-santa-catarina-ifsc.</p> <p>LISBOA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2022. 125 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CASTRO, A. G.; DUARTE, A.; SANTOS, T. R. Ambiente e a saúde. [S. l.]: Instituto Piaget, 2003.</p> <p>FREITAS, C. M. Saúde, ambiente e sustentabilidade. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2006.</p> <p>MAGALHÃES JUNIOR, A. P. Indicadores ambientais e recursos hídricos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.</p> <p>MAIA, N. B.; MARTOS, H. L.; BARRELA, W.; BOLLMANN, H. A. Indicadores ambientais: conceitos e aplicações. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (org.). Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas (T/P/E)
GEX200	Probabilidade e Estatística	45 (T)
EMENTA		
Principais distribuições de probabilidade. Correlação e regressão linear. Regressão múltipla. Princípios Básicos de Experimentação. Principais delineamentos experimentais. Delineamento Superfície de Resposta.		
OBJETIVO		
Fornecer aos alunos as ferramentas básicas para análise de dados e construção de modelos estatísticos básicos para avaliação e monitoramento de variáveis ambientais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BATTISTI, I. D. E.; SMOLSKI, F. M. S. (org.). Software R: análise estatística de dados utilizando um programa livre . Bagé, RS: Faith, 2019. GUPTA, C. B. Estatística e probabilidade com aplicações para engenheiros e cientistas . Rio de Janeiro: LTC, 2016. MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. Noções de probabilidade e estatística . 7. ed. atual. São Paulo: EDUSP, 2010. MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G. C.; HUBELE, N. F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011. SCHMULLE, J. Análise estatística com R para leigos . Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BARBETTA, P. A. Estatística: para cursos de engenharia e informática . 3. São Paulo Atlas 2010. BRUCE, P. Estatística prática para cientistas de dados: 50 conceitos essenciais . Rio de Janeiro Alta Books 2019. CHARNET, R. <i>et al.</i> Análise de modelos de regressão linear: com aplicações . 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2008. MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G. C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros . 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. MONTGOMERY, D. C. Design and Analysis of Experiments . 10. ed. Hoboken: NJ: Wiley, 2020. TRIOLA, M. F. Introdução à estatística . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS295	DESENHO TÉCNICO	3	45
EMENTA			
Introdução ao desenho técnico. Formas de representação do projeto. Classificação dos desenhos técnicos. Sistemas de representação de desenho em vistas múltiplas ou projeções ortogonais e sua aplicação em levantamentos planialtimétricos, na representação de terrenos e de edificações. Desenho arquitetônico aplicado às edificações. Normalização no desenho técnico: linhas, símbolos e hachuras, cotagem, uso da escala. Noções de desenho técnico aplicado às instalações e estruturas hidráulicas.			
OBJETIVO			
Desenvolver a capacidade para a leitura, a interpretação e a representação gráfica de intervenções em terrenos e edificações, elaborando vistas ortográficas em planta/corte/elevação e utilizando adequadamente os instrumentos, as normas e convenções do desenho técnico, empregados nas várias etapas dos projetos de engenharia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FRENCH, T. E. Desenho técnico e tecnologia gráfica . 5. ed. São Paulo: Globo, 1995. MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico . 4. ed. São Paulo: Edgard Bucher, 2003. PAPAZOGLU, R. S.; BUENO, C. P. Desenho técnico para engenharias . Curitiba: Juruá, 2011. 196 p. SILVA, A.; RIBEIRO, C. T.; DIAS, J.; SOUSA, L. Desenho técnico moderno . Rio de Janeiro: LTC, 2010. 475 p. SPECK, H. J.; PEIXOTO, V. V. Manual básico de desenho técnico . 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2009. 203 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALBIERO, E.; SILVA, E. de O. Desenho técnico Fundamental . 5. ed. São Paulo: EPU, 2009. 130 p. LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia contemporânea: planimetria . Florianópolis: UFSC, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB007	FUNDAMENTOS DE ECOLOGIA	3	45
EMENTA			
Introdução à ecologia. Fatores abióticos e bióticos. Condições e recursos. Ecologia de Populações. Ecologia de Comunidades. Ecologia de Ecossistemas. Fundamentos de agroecossistemas. Componentes estruturais e funcionais dos ecossistemas aquáticos naturais e artificiais. Ecossistemas terrestres. Sucessão ecológica. Espécies exóticas. Interações entre espécies. Crise ecológica atual. Biologia da Conservação e biodiversidade.			
OBJETIVO			
Desenvolver o domínio de conhecimentos básicos de Ecologia. Compreender os níveis de organização dos seres vivos. Compreender a estrutura e os principais aspectos da ecologia de populações, comunidades e ecossistemas. Diferenciar e relacionar fluxo de energia de ciclo da matéria. Entender o papel do homem no processo de alteração de ecossistemas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
D DAJOZ, R. Princípios de ecologia . 7 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005. GOTELLI, N. J. Ecologia . 4. ed. Londrina: Planta, 2009. PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em ecologia . Porto Alegre: ARTMED, 2000. RICKLEFS, R. E. A economia da natureza . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos em ecologia . 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006. VALLADARES, C. P.; RUDRAN, R.; CULLEN JR., L. Métodos de Estudos em Biologia da Conservação & Manejo da Vida Silvestre . 2. ed. Curitiba: UFPR, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. Ecologia: de Indivíduos a Ecossistemas . 4. ed. Artmed, 2007. ESTEVES, F. de A. Fundamentos de Limnologia . 2. ed. Rio de Janeiro: Interciencia, 1998. ODUM, E. P. Ecologia . Rio de Janeiro: Interamericana, 1985. (B) PIANKA, E. R. Evolutionary ecology . New York: Harper & Row, 1988. (B) PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. Biologia da Conservação . Petrópolis: Vozes, 2001. TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Limnologia . São Paulo: Oficina de Textos, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS521	METODOLOGIA DA PESQUISA	02	30
EMENTA			
Tipos de conhecimento. Evolução histórica do conhecimento científico. Classificação das ciências. Ciência e desenvolvimento. Estrutura da pesquisa agropecuária no Brasil: política, diretrizes e financiamento. A lógica do método científico. Etapas do método científico. Tipos de pesquisa. Estrutura de projetos de pesquisa. Fontes na pesquisa bibliográfica. Utilização de bases de dados. Técnicas de leitura e interpretação de textos. Identificação do problema de pesquisa. Revisão bibliográfica. Formulação dos objetivos. Formulação de hipóteses. Estabelecimento da metodologia. Coleta, análise e interpretação dos dados. Discussão dos resultados. Formulação das conclusões. Linguagem técnico-científica. Normas de citações bibliográficas. Normas de referências bibliográficas. Normas de apresentação de tabelas, quadros e figuras. Estrutura de resumos. Estrutura de artigos científicos. Estrutura de relatório técnico-científico. Elaboração de pôsteres.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. CHAUÍ, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: UNESP, 2001. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006. D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006. GIACOIA JR., O. H. J. O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206. GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. JAPIASSU, H. F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca). OMMÈS, R. Filosofia Da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996. REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. SILVER, B. L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.			





Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEN080	TOPOGRAFIA BÁSICA	4	60
EMENTA			
Introdução à Topografia. Fundamentos de Topografia. Instrumentos topográficos. Processos de medição de ângulos e distâncias. Levantamentos topográficos. Planimetria e altimetria. Introdução à teoria dos erros.			
OBJETIVO			
Interpretar e realizar estudos, projetos e levantamentos topográficos básicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASACA, J. M.; MATOS, J. L. de; DIAS, J. M. B. Topografia geral . 4. ed. atual. aument. Rio de Janeiro: LTC, c2007. [vii], 208 p. McCORMAC, J. C. Topografia . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. xv, 391 p. TULER, M.; SARAIVA, S. Fundamentos de topografia . Porto Alegre: Bookman, 2014. 324p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ESPARTEL, L. Curso de topografia . Porto Alegre: Globo, 1973. 655 p. GARCIA. G. J.; PIEDADE, G. C. Topografia aplicada às ciências agrárias . São Paulo: Nobel, 1989. 256 p. LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia contemporânea, planimetria . 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2000. ABNT. (1994). NBR 13133 : Execução de levantamento topográfico – procedimento. Rio de Janeiro: ABNT. COMASTRI, J. A. Topografia. Planimetria . 2. ed. Universidade Federal de Viçosa, Imprensa Universitária UFV, 1999. COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. Topografia: altimetria . 3. ed. Viçosa: UFV, 1999. 200 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA537	OFICINA DE PRÁTICA INTERDISCIPLINAR	2	30
EMENTA			
Princípios básicos e técnicas de planejamento de unidades de produção; relações entre economia e sustentabilidade; sistemas de produção sustentáveis para a Agricultura Familiar; princípios de manejo ecológico de solos, de plantas daninhas, de pragas e de doenças; estratégias de produção agropecuária sustentável.			
OBJETIVO			
Proporcionar ações interdisciplinares entre as diferentes áreas de conhecimento do curso, visando ao planejamento, ao manejo e à avaliação de sistemas agrários sustentáveis. Articular ensino, a extensão e a pesquisa por meio de atividades de campo relacionadas à Agroecologia e à Agricultura Familiar, procurando contribuir com a superação da matriz produtiva tradicional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALVES, S.B. Controle microbiano de insetos . 2. ed. Piracicaba, SP: FEALQ, 1998. 1163 p.			
BETTIOL, W.; MORANDI, M.A.B. (Ed.) Biocontrole de doença de plantas: uso e perspectivas . Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2009. 341 p.			
PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais . São Paulo: Nobel, 2002. 549 p.			
SILVA NETO, B. Agroecologia e análise econômica de sistemas de produção: uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético . Cerro Largo: UFFS, 2016, 128 p.			
SILVA NETO, B.; BASSO, D. (org.) Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas . Ijuí: UNIJUI, 2015, 336 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DUFUMIER, M. Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas . Salvador: EUFBA, 2007, 328 p.			
GARCIA, F.R.M. Zoologia agrícola: manejo ecológico de pragas . 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Rígel, 2002. 248 p.			
MONQUERO, P.A. (ORG.) Manejo das plantas daninhas nas culturas agrícolas . São Carlos, SP: RiMa, 2014. 288 p.			
STADNIK, M.J.; TALAMINI, V. (eds.). Manejo ecológico de doenças de plantas . Florianópolis, SC: UFSC, Centro de Ciências Agrárias, 2004.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA529	DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO RURAL	4	60
EMENTA			
Teorias do desenvolvimento rural. Agricultura e desenvolvimento rural. A extensão e o desenvolvimento rural. Bases teóricas e trajetória histórica da extensão rural. Políticas públicas. Métodos de extensão rural na perspectiva do desenvolvimento sustentável.			
OBJETIVO			
Caracterizar e compreender os determinantes e a evolução histórica das organizações de extensão rural no Brasil, bem como identificar e analisar criticamente os modelos teórico-metodológicos que constituem a referência para ação extensionista. Capacitar os estudantes a aplicar métodos de Extensão Rural de acordo com os princípios da Agroecologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), grupo de trabalho ater. Política nacional de assistência técnica e extensão rural . Brasília, 2004.			
CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável : enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, 2006.			
DUFUMIER, M. Projetos de desenvolvimento agrícola . Manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007.			
FONSECA, M. T. L. da. A extensão rural no Brasil . Um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.			
GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro . 2. ed. (Coleção Pesquisas, 1ª edição 1999). Campinas: UNICAMP. IE, 1999.			
SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.). Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Análise e Recomendações de Políticas . Ijuí: UNIJUÍ, 2005. v. 1. 307p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável : Metodologias de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.			
BURSZTYN, M. (Org.). A difícil sustentabilidade – política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.			
MARTINS, J. S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. Revista estudos avançados , São Paulo, v. 15, n. 43, p. 31-36, set/dez, 2001.			
MOLINA, M. I. G. Fundamentos para o trabalho com grupos em extensão rural. Cadernos de difusão de tecnologia , Brasília, Embrapa, v. 5, n. 1/3, jan/dez, 1988.			
THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). La extension rural en debate : concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur. Buenos Aires: INTA, 2003.			
VALENTE, A. L. Juventude Universitária e Processo de Formação: Uma Análise de Reações Discentes à Disciplina Extensão Rural. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude . São Paulo: Cortez, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH816	Fundamentos do ensino e da aprendizagem	60
EMENTA		
<p>Desenvolvimento humano em diferentes aspectos: cognitivo, afetivo, social e motor e as suas implicações no contexto escolar. Desenvolvimento humano e adolescência. Diferentes abordagens e perspectivas teóricas de aprendizagem: comparações, limites e possibilidades no ensino. Saberes e Conhecimentos docentes e as suas implicações para os processos de ensino e aprendizagem. Contribuições da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade para os modos de apropriação e significação do conhecimento. Aprendizagem e inclusão das pessoas com deficiências. Os sujeitos da educação: interações estabelecidas em sala de aula no processo do ensinar e aprender.</p>		
OBJETIVO		
<p>Oportunizar compreensões acerca do desenvolvimento humano e do processo de ensino e da aprendizagem escolar, com atenção para as interações estabelecidas em sala de aula e para os modos de apropriação e significação do conhecimento.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. L. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.</p> <p>LEONTIEV, A. N. <i>et al.</i> Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2007.</p> <p>MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro, RJ: E.P.U., 2011.</p> <p>OLIVEIRA, M. B.; OLIVEIRA, M. K. (org.). Investigações cognitivas: conceitos, linguagem e cultura. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 12. ed. São Paulo: Ícone, 2012.</p> <p>VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>CORRÊA, M. S. Criança, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2015. <i>E-book</i>. (Minha biblioteca/UFFS).</p> <p>DUMARD, K. Aprendizagem e sua dimensão cognitiva, afetiva e social. São Paulo: Cengage Learning, 2015. <i>E-book</i>. (Minha biblioteca/UFFS).</p> <p>GAMEZ, Luciano. Psicologia de educação. Rio de Janeiro: LTC, 2013. <i>E-book</i>. (Minha biblioteca/UFFS).</p> <p>KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Cengage Learning, 2016. <i>E-book</i>. (Minha biblioteca/UFFS).</p> <p>LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D. Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. <i>In</i>: LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a educação. Maringá: Eduem, 2014. p. 15-44. <i>E-book</i>. (SciELO Books).</p> <p>MIZUKAMI, M. G. N. <i>et al.</i> Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação. São Carlos, SP: Ed. da UFSCAR, 2002.</p> <p>SMOLKA, A. L. B.; GÓES, M. C. R. <i>et al.</i> (org.). A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.</p> <p>SOUZA, C.; SILVA, D. N. H. Adolescência em debate: contribuições teóricas à luz da</p>		



perspectiva histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, v. 23, 2018. DOI: 10.4025/psicoles-tud.v23.e35751. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/jkmy5cvdmf7p987ycxnvhp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Número de Unidades de Avaliação

02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1766	Políticas educacionais	30
EMENTA		
<p>Estado, políticas públicas e políticas educacionais no Brasil. O direito à educação na Constituição Federal. Organização do sistema de ensino brasileiro, em específico da educação básica. Políticas nacionais no campo da gestão, da formação de professores, do currículo, do financiamento e de avaliação. Bases político-legais que orientam a organização curricular da escola de educação básica: LDB, PNE, DCN e BNCC da Educação Básica. Políticas educacionais de inclusão.</p>		
OBJETIVO		
<p>Reconhecer as políticas educacionais como pressupostos que garantem constitucionalmente o direito social à educação, discutindo-as a partir do contexto político, econômico e social brasileiro como propulsoras da organização do sistema educacional brasileiro quanto aos aspectos curriculares, de gestão, de formação de professores, de avaliação e de financiamento da educação, bem como a inclusão.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.</p> <p>FÁVERO, O. (org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas: Autores Associados, 2005.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>SANDER, B. Políticas públicas e gestão democrática da educação. Brasília: Líber Livro, 2005.</p> <p>SAVIANI, D. Da Nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.</p> <p>SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>DOURADO, L. F. (org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. 2. ed. Goiânia: UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>DOURADO, L. F. (org.). Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009.</p> <p>FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (org.). Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.</p> <p>GENTILI, P. Adeus a escola pública, a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. <i>In</i>: GENTILI, P. (org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>LINHARES, C.; SILVA, W. C. Políticas de formação de professores: limites e possibilidades colocados pela LDB para as séries iniciais do Ensino Fundamental. <i>In</i>: SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.</p> <p>MARTINS, P. S. O financiamento da educação básica como política pública. Revista Brasileira de política e Administração da Educação. Porto Alegre, v. 26, n. 3, 2011. DOI: 10.21573/vol26n32010.19795. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpa/article/view/19795. Acesso em: 08 mar. 2023.</p> <p>VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. Política educacional no Brasil: introdução histórica.</p>		



Brasília: Liber Livro, 2011.	
Número de unidades de avaliação	02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH810	Educação inclusiva	30
EMENTA		
Educação Especial e Educação Inclusiva. A construção da normalidade e da anormalidade. Estudos acerca das condições e possibilidades para a educação do público da educação especial (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades). Análises a partir de pesquisas em educação sobre a questão da inclusão escolar.		
OBJETIVO		
Reconhecer os processos de construção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em seus aspectos históricos, culturais, filosóficos, políticos e pedagógicos, para promover a construção da inclusão nas práticas escolares em geral e nas práticas didático-pedagógicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. MANTOAN, M. T. E. (org.). O desafio das diferenças nas escolas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C. Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BAPTISTA, C. R.; CAIADO, Katia R. M.; JESUS, Denise M. Educação especial: diálogo e pluralidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. CARVALHO, R. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 4. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção educação contemporânea). JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. MANTOAN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo, SP: Memnon, 2001. PAIM, R. O.; ZIESMANN, C. I.; PIEROZAN, S. S. H.; LEPKE, S. (org.). Educação especial e inclusiva e(m) áreas do conhecimento. Curitiba, PR: CRV, 2019. SILUK, A. C. P. Atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica. Santa Maria, RS: UFSM, 2014. ZIESMANN, C. I.; BATISTA, J. F.; LEPKE, S. (org.). Formação humana, práticas pedagógicas e educação inclusiva. Campinas, SP: Pontes, 2019.		
Número de Unidades de Avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA350	FONÉTICA E FONOLOGIA DE LÍNGUA PORTUGUESA	2	30
EMENTA			
A fonética e a fonologia: conceitos básicos. Princípios gerais da fonética articulatória. Transcrição fonética. Descrição e análise de processos fonológicos da Língua Portuguesa e sua relação com o ensino. Elementos prosódicos e fonéticos na construção de sentidos. Variação e mudança linguística.			
OBJETIVOS			
Desenvolver competências básicas de análise dos processos fonéticos e fonológicos da língua portuguesa, com foco nos aspectos semânticos e fenômenos de variação e mudança linguística no trabalho em sala de aula.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAGLIARI, Luiz Carlos. Análise fonológica : introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. Iniciação à fonética e à fonologia . 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2009. CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. Para o estudo da fonêmica portuguesa . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna. C. (org.). Introdução à linguística : domínios e fronteiras. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1. NETTO, Waldemar Ferreira. Introdução à fonologia da língua portuguesa . 2. ed. São Paulo: Paulistana, 2011. SILVA, Thaís C. Fonética e fonologia do português : roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADAMS, Marilyn Jager. Consciência fonológica em crianças pequenas . Porto Alegre: Artmed, 2006. CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua da portuguesa . 43. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. FARACO, Carlos Alberto. Escrita e alfabetização : características do sistema gráfico do português. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa). FERREIRA NETO, Waldemar. Introdução à fonologia da língua portuguesa . São Paulo: Editora Paulistana, 2001. LAMPRECHT, Regina Ritter. Aquisição da Linguagem : estudos recentes no Brasil. Porto Alegre: EdPUCRS, 2012. LEMLE, Miriam. Guia teórico do alfabetizador . 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. Diante das letras : a escrita na alfabetização. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. RIO-TORTO, Graça Maria. Fonética, fonologia e morfologia do português . Lisboa: Colibri, 1998. TASCA, Maria. Interferência da língua falada na escrita das séries iniciais . Porto Alegre: EdPUCRS, 2003. VICIANO, Vicente Masip. Fonologia, fonética e ortografia portuguesas . São Paulo: Editora EPU, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX208	INFORMÁTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.			
OBJETIVO			
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões . 4. ed. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson, 2010. SEBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice . Chapecó: UFFS, 2012. Disponível em: cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf . Acesso em: 10 ago. 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação . São Paulo: CENGAGE Learning, 2010. HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004. MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate . São Paulo: Érica, 2010. MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador . Porto Alegre: Bookman, 1999. MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. SCHECHTER, Renato. BrOffice.org: calc e writer . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			



9 CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM E PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO

9.1 Papel do coordenador, do colegiado e docentes do curso de Administração

9.1.1 Papel do coordenador

Ao coordenador cabe a função de promover a supervisão didática e organizacional do curso de Administração, bem como, promover a harmonia entre o corpo docente e discente do curso, atuando com espírito integrador e democrático. Especificamente no que tange à supervisão didática e organizacional do curso, cabe ao coordenador a condução do processo de elaboração, revisão e execução do PPC, bem como, a avaliação e acompanhamento pedagógico da sua implementação. A promoção e regularidade das avaliações internas do curso, abrangendo docentes, discentes, coordenação e secretaria do curso. Também são atribuições do coordenador.

Tratando-se da relação com o corpo docente, considera-se que o coordenador do curso deve:

- 1.1 Atuar como um representante dos colegas frente ao Conselho de *Campus*;
- 1.2 Articular a relação professor e aluno e intermediá-la em situações específicas;
- 1.3 Propor orientações e ações de desenvolvimento dos planos de curso;
- 1.4 Prestar assistência didático-pedagógica aos docentes, principalmente em casos particulares de dificuldades de aprendizagem dos discentes;
- 1.5 Promover a harmonia entre o colegiado e o corpo discente.

Referente à gestão e acompanhamento do corpo discente, cabe ao coordenador, dentre outras atividades:

- 1.1 Recepcionar os alunos calouros, acolhendo e esclarecendo as particularidades da estrutura institucional e formativa do ensino superior e do curso de Administração;
- 1.2 Incentivar a participação dos alunos em projeto de pesquisa, extensão e monitorias;
- 1.3 Estimular a permanência do acadêmico no ambiente universitário;
- 1.4 Promover condições para a realização das Atividades Complementares;
- 1.5 Ser um elo entre as empresas, cooperativas, agroindústrias, e Organizações Não Governamentais da região e os discentes, possibilitando a condução de trabalhos



conjuntos e a realização de estágios;

1.6 Divulgar, estimular e esclarecer aos alunos concluintes, em situação de aplicação, sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

No que tange a gestão do curso e da secretaria do curso, considera-se como papel do coordenador:

- Possibilitar o desenvolvimento e acompanhar os resultados das políticas e práticas pedagógicas do curso;
- Promover semestralmente a avaliação interna do curso;
- Conduzir as atividades do colegiado e do NDE do curso;
- Propor e coordenar estudos referentes ao desempenho dos discentes e a evasão escolar;
- Cuidar dos aspectos organizacionais do ensino, supervisionando atividades pedagógicas e curriculares;
- Contribuir e verificar junto à secretaria a organização dos dados, documentos e registros referentes à condução das atividades do curso.

A coordenação do curso é constituída pelo coordenador e o coordenador adjunto, sendo a sua eleição conduzida conforme previsto no Regulamento da Graduação da UFFS (aprovado pela Resolução N° 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022), mediante regras estabelecidas pelo colegiado do curso.

9.1.2 Papel do colegiado

O colegiado do curso de Administração possui natureza consultiva, normativa e deliberativa, tendo como finalidade acompanhar, avaliar, implementar e propor alterações do PPC; discutir e deliberar assuntos relacionados ao curso; planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso. O colegiado possui Regimento Interno próprio e vigente, nele aprovado em ATA de nº 39 no dia 04 de março de 2015, regendo a sua composição - conforme disposto no Art. 56 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-, competências e funcionamento. atendendo à Resolução N° 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022.

O colegiado de curso de Administração inclui:

I - o(a) coordenador(a) de Curso, que exerce a presidência do Colegiado;

II - o(a) coordenador(a) adjunto(a) de Curso, que substitui o(a) coordenador(a) de



- Curso, em suas ausências, na presidência do Colegiado;
- III - o(a) coordenador(a) de Estágio do Curso;
- IV - o(a) coordenador(a) adjunto de Extensão e Cultura do Curso;
- V - o coordenador adjunto de Turmas Especiais do Curso, quando houver;
- VI - no mínimo 3 (três) docentes e seus respectivos suplentes eleitos por seus pares entre aqueles que ministram aulas ou desenvolvam atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura com os discentes do Curso;
- VII - é facultada a inclusão de um representante docente e respectivo suplente, do Domínio Comum e/ou do Domínio Conexo;
- VIII - no mínimo 2 (dois) representantes discentes regularmente matriculados no Curso e seus respectivos suplentes, eleitos por seus pares;
- IX - no mínimo 1 (um) representante dos técnicos administrativos em educação (TAE) e respectivo suplente, entre aqueles que atuam no desenvolvimento de atividades relacionadas à gestão, ensino, pesquisa ou extensão vinculadas ao Curso.

§ 1º O mandato dos representantes docentes eleitos, dos TAE e discentes será de 2 (dois) anos.

§ 2º A composição do Colegiado de Curso deve respeitar o disposto no Art. 56 da Lei nº 9394/96 –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 3º As regras para escolha dos representantes previstos nos incisos VI, VII, VIII e IX, incluído os casos de recomposição por vacância durante o mandato, são definidas pelo Colegiado de Curso. Desse modo, compete ao Colegiado do Curso a indicação do(s) docente(s) que responderá(ão) pelas coordenações de Estágio, de Extensão, e de Turmas Especiais, bem como, a designação do Orientador Acadêmico.

§ 4º A composição do Colegiado de Curso, e sua alteração, após homologação pelo próprio Colegiado, é encaminhada à Direção de *Campus* para emissão de portaria de nomeação.

§ 5º As reuniões obedecem ao que prescreve o Regimento Geral da Universidade, o Regulamento da Graduação da UFFS e ao Regimento Interno do Colegiado.

9.1.3 Papel do Núcleo Docente Estruturante

A Coordenação de Curso terá assessoria do Núcleo Docente Estruturante (NDE) que se constitui de um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua avaliação do Projeto Pedagógico do



Curso. A composição, as atribuições e a regulamentação do NDE são definidas em resolução específica e de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. O presidente do NDE é escolhido entre seus membros, incluindo o coordenador do Curso.

9.1.4 Papel dos docentes

Os docentes efetivos da UFFS são pertencentes ao cargo de Professor de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, admitidos mediante habilitação em concurso público de provas e títulos. Entende-se que as atribuições dos docentes do curso de Administração devem estar de acordo com as perspectivas institucionais, estabelecendo na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e efetividade do seu papel desafiador de formador, contribuinte da produção do conhecimento e ator diretamente envolvido no processo coerente entre o pensar e o fazer. Isso porque, a “docência universitária é entendida como uma prática complexa que requer leituras culturais, políticas e pedagógicas a respeito dos objetos de ensino, dos contextos e dos sujeitos envolvidos” (LIRA; SPONCHIADO, 2012, p. 09).

Nesta perspectiva, entende-se que o papel dos docentes do curso de Administração concentra-se em quatro categorias, conforme destacam Scremin e Isaia (2013): profissional, pedagógico, humano e formativo. No que tange ao aspecto profissional, espera-se que o docente conheça e aplique o PPC do curso, contribuindo, assim, com a organização e o desenvolvimento do curso, através das práticas de ensino, pesquisa e extensão. Referente às características de cunho pedagógico, o docente deve “ser coerente entre a formação oferecida e a prática esperada” (p. 9573), articulando teoria e prática e desenvolver a interdisciplinaridade. No aspecto humano, espera-se que o docente adote postura didática e ética, atuando no acompanhamento e orientação do corpo discente e contribuindo na construção de um ambiente de trabalho harmônico. Por fim, o aspecto formativo inclui o papel de busca pela sua qualificação, seja ela de cunho pedagógico, acadêmico ou profissional.

9.2 Sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem no curso de Administração será realizada



de forma contínua e sistemática, priorizando as avaliações formativas, considerando os objetivos de diagnosticar e registrar o progresso do estudante e suas dificuldades; orientar o estudante quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades e; orientar as atividades de (re) planejamento dos conteúdos curriculares.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem no curso de graduação em Administração, *Campus* de Cerro Largo deverá:

- ser concebida como um elemento interligado aos demais que constituem o processo ensino-aprendizagem;
- ser processual, portanto contínua e diagnóstica, subsidiando a tomada de decisão a partir dos indicadores do desempenho acadêmico;
- fundamentar-se em critérios claros, previamente definidos nos Planos de Curso, e devidamente dialogados com os estudantes, em consonância com os objetivos previstos neste PPC;
- apresentar resultados parciais ao longo do semestre que deverão ser acompanhados pelos estudantes.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFFS será realizada levando-se em consideração a frequência e o aproveitamento nos estudos em cada um dos componentes curriculares.

A frequência do estudante em cada disciplina ou outras atividades curriculares deverá ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco), cabendo ao professor o registro da mesma, excetuando-se os casos amparados em lei e as disciplinas cursadas a distância.

A verificação do alcance dos objetivos previstos nos planos de curso, em cada disciplina, será realizada por meio da aplicação de diferentes instrumentos de avaliação, cujas unidades de avaliação estão detalhadas nos ementários deste projeto, a critério do professor do CCR, atendendo ao previsto na Resolução N° 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022.

Antes da aplicação de cada instrumento de avaliação, o docente deverá estabelecer e divulgar os critérios que serão utilizados para a correção, bem como, o peso de cada questão ou atividade.

No que se refere à acessibilidade, o curso de Administração disponibiliza diferentes estratégias de acompanhamento aos discentes com dificuldades de aprendizagem, contemplando ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e



instrumental, monitoria, bem como, apoio psicopedagógico:

i Ações de acolhimento e permanência: É previsto no plano de curso de cada CCR ofertado no curso um horário específico de atendimento individual do professor ao aluno. Além desta ação realizada por meio dos CCRs ofertados, a formação docente para o melhor atendimento ao aluno é atendida pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) do *Campus* em parceria com o Setor de Acessibilidade. O NAP promove uma série de atividades que envolvem a capacitação dos docentes, além das demandas específicas de cada curso, realizadas a fim de atender as necessidades levantadas pelo órgão colegiado. Cabe ressaltar também o papel da Assessoria de Assuntos Estudantis - ASSAE-CL, setor do *Campus* que presta apoio direto aos acadêmicos desenvolvendo ações que buscam o seu bem-estar e permanência na universidade, por meio de uma equipe multiprofissional composta por: Assistente Social, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais/Pedagogo. A ASSAE-CL colabora de sobremaneira na orientação psicológica e pedagógica aos acadêmicos com dificuldade nos processos de aprendizagem.

ii Acessibilidade metodológica e instrumental: Além do atendimento individual ao discente previsto no plano de curso do CCR, a acessibilidade metodológica e instrumental é intermediada pelo Núcleo de Acessibilidade do *Campus*, para os discentes que necessitem de atendimento especializado. Este Núcleo está presente em todos os *Campi* da UFFS, e atua por meio do Setor de Acessibilidade. Dentre as suas atribuições estão a de propor e promover ações que visem eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional e, ainda, proporcionar apoio didático-pedagógico aos docentes e discentes nos processos de ensino e aprendizagem.

iii Monitorias: A UFFS oferta anualmente editais para o Programa de Monitorias, considerada uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui com a formação do acadêmico e integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação.

iv Acompanhamento psicopedagógico: O acompanhamento psicopedagógico é realizado por meio da ASSAE-CL, que presta apoio aos discentes, oferecendo orientação psicológica e pedagógica para àqueles com dificuldade nos processos de aprendizagem.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação do curso de Administração, realizada pelos seus discentes e docentes, é concebida como uma ferramenta necessária à verificação da efetividade das estratégias empregadas no PPC do curso, bem como, um instrumento de reflexo das ações desenvolvidas pelo corpo docente e coordenação do curso na percepção dos estudantes. A autoavaliação interna é organizada periodicamente, em dois momentos:

i. Autoavaliação interna do curso de Administração: realizada ao final de cada semestre letivo, pela coordenação do curso, contemplando a participação de todos os alunos, técnicos administrativos e professores do curso. A aplicação desta autoavaliação é realizada por meio virtual, sendo o questionário disponibilizado aos alunos e professores através de um link enviado por e-mail. Esta avaliação consiste na análise de três dimensões: i) a avaliação dos discentes sobre cada um dos CCRs cursados no semestre vigente; ii) a avaliação dos discentes sobre a coordenação e a secretaria do curso; iii) a avaliação dos docentes referentes a cada uma das disciplinas ofertadas no semestre vigente. Cabe ressaltar que os instrumentos listados nos pontos i e ii preservam o anonimato de seus respondentes. A análise dos dados, bem como a avaliação dos mesmos é realizada e aprovada em órgão colegiado, sendo encaminhada a cada docente do curso a avaliação referente aos CCRs que tenha ministrado naquele semestre. Além de ser uma ferramenta que espelha a percepção do aluno e do professor sobre determinado CCR, a avaliação interna do curso proporciona à coordenação do curso e ao seu colegiado a compreensão da realidade percebida por meio do alunado e, com base nas respostas o curso busca aperfeiçoar os planejamentos do semestre seguinte e, futuramente, auxilia no processo de reformulação do PPC.

ii. Avaliação interna realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA): também denominada de autoavaliação será coordenada pela comissão criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), responsável por assegurar o processo de avaliação institucional com vistas à melhoria da educação superior no país. O artigo 11 define que cada Instituição de Ensino Superior deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação. Para isso, a CPA deve: ser constituída por ato do dirigente



máximo da Instituição; ser composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e também da sociedade civil organizada, sem que haja a maioria absoluta de um dos segmentos; ter atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES.

Assim, orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, a CPA acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de Administração e o desempenho dos estudantes. Considera-se que o processo de autoavaliação desenvolvido pela CPA constitui-se em importante ferramenta não só para cumprir sua tarefa frente ao MEC/INEP, mas principalmente para contribuir com o planejamento educacional, sempre em busca da melhoria da qualidade da formação, da produção do conhecimento e da extensão.

Periodicamente, a CPA da UFFS elabora e disponibiliza questionário, criado com o intuito de avaliar os cursos de graduação, sendo este instrumento aplicado ao curso de Administração. São questões que devem ser respondidas por docentes e discentes para contribuir com o desenvolvimento institucional. A CPA também trabalha na elaboração do projeto de Autoavaliação Institucional. A avaliação ocorre duas vezes por ano, sendo uma em cada semestre. Além de tudo isso, cada atividade de extensão, realizada dentro dos CCRs da estrutura curricular, terá como procedimento avaliativo o envio de um formulário de avaliação das ações, encaminhado pelo docente responsável pela atividade de extensão para todos os participantes. Logo, os resultados das avaliações serão compilados em um relatório, bem como a descrição das ações de extensão realizadas no CCR que deverão ser encaminhados ao Coordenador(a) Adjunto(a) de Extensão do Curso, que fará os encaminhamentos ao Colegiado.

Ambas as avaliações internas possibilitarão aos docentes, à coordenação do curso e/ou ao NDE diagnósticos da situação vislumbrada pelos atores integrantes do curso, contribuindo para o desenvolvimento do curso com qualidade. Ao entender a importância da autoavaliação, ressalta-se que o colegiado do curso irá discutir e registrar, em ata, os resultados obtidos neste processo, a fim de buscar melhorias no curso.

Além disso, após as discussões entre os docentes dos resultados obtidos, bem como, da devolutiva individual para cada docente da avaliação dos CCRs que ministrou, o NDE elaborará um relatório descrevendo os resultados desse procedimento, de modo que o curso possa manter um registro do histórico de seu processo autoavaliativo. Este relatório deverá



conter a descrição da situação observada e das ações que serão realizadas para que se obtenha a melhora nos resultados mais frágeis. Tal relatório deve ser apresentado ao colegiado do curso, a fim de obter a sua aprovação. Posteriormente, este relatório será encaminhado à CPA do *Campus*.

No que se refere à avaliação externa, esta será realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

No conjunto, esses processos avaliativos constituirão um sistema que permitirá a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e ao planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso de Administração.



11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

No âmbito do curso de Administração, o ensino, a pesquisa e a extensão se articulam de maneira indissociável, permitindo, que a universidade desempenhe o papel de promotora de um ensino superior contextualizado, que busque atender aos anseios e às necessidades da sociedade na qual se insere.

Ao intervir na realidade social, por meio da realização de práticas educativas, culturais e científicas que derivam de seu papel social, a universidade atua de maneira engajada, sem se deixar convencer pela ilusão de que os desafios sociais são externos às ações das instituições de ensino superior ou pela percepção simplista de que as universidades não possuem compromisso com a superação desses desafios. Por meio da permanente interligação entre ensino, pesquisa e extensão, cada uma destas instâncias do fazer pedagógico da UFFS possibilitará que estudantes e professores se constituam, de fato, como sujeitos ativos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos.

Para que isso aconteça, no tocante ao ensino, ressalta-se que ela não se efetivará como mera prática de circulação ou de transmissão de saberes. Imbricado à pesquisa e à extensão, primeiro o ensino se realizará como prática de análise, de reflexão crítica e de construção de saber, o que implica tanto o trabalho qualificado dos professores quanto a atuação dinâmica dos alunos dentro da universidade. Nas atividades de ensino próprias do funcionamento da instituição (aulas, debates, palestras, seminários, mesas redondas etc.), a ação dos professores será, notadamente, a de interagir, dialogar, propor questionamentos, socializar, examinar criticamente saberes, mostrar caminhos possíveis aos alunos e orientá-los na descoberta de seus próprios caminhos para a aprendizagem do novo e para a reflexão.

No que compete ao domínio da pesquisa universitária, destaca-se que a responsabilidade social da instituição pública de ensino requer uma proposta de formação superior que contemple pesquisas intensamente imersas na realidade social do país e fortemente fundadas em uma relação dialética entre teoria e prática. Além disso, requer que o professor priorize o papel de mediador do processo de construção de conhecimento do aluno, para que assim seja evitada a simples reprodução de saber, de maneira tal que o espaço da significativa participação do estudante, junto com a possibilidade de sua autonomia acadêmica, estejam garantidas. As atividades de pesquisa, assim como as de extensão, acontecerão associadas aos conteúdos e às dinâmicas dos componentes do curso, evitando-se, deste modo, a separação indesejável entre a docência e a pesquisa, já que estas atividades são consideradas essenciais



aos processos de ensino e de aprendizagem na universidade. Evitar-se-á também outro distanciamento igualmente indesejável, aquele entre a graduação e a pós-graduação, a fim de que as pesquisas empreendidas neste último nível se relacionem em larga medida com as práticas de pesquisa, de ensino e de extensão desenvolvidas entre os graduandos.

Destaca-se, ainda, que a instância da pesquisa no nível da graduação poderá se efetivar por meio de projetos de iniciação científica ou de iniciação à pesquisa, grupos de pesquisa CNPq, financiados ou não, que envolvam as áreas de conhecimento que compõem a estrutura curricular do curso.

Com relação às práticas de extensão universitária que serão executadas pelo curso, importa salientar que elas não terão somente o objetivo de difundir os ganhos provenientes das produções científicas e culturais, numa via vertical que vai, de cima para baixo, da universidade para a sociedade. Por meio do efetivo diálogo com a comunidade em geral, a extensão também terá a finalidade de estabelecer uma via horizontal e de mão dupla, na qual estará assegurada a troca real de experiências e de saberes com a sociedade.

Articulada ao ensino e à pesquisa de maneira ininterrupta, como determina o Plano Nacional de Educação, a extensão universitária do curso de Administração consolidar-se-á como instância indispensável na formação do aluno, na qualificação dos professores e no intercâmbio produtivo com a sociedade, o que pressupõe relações multidisciplinares e interprofissionais.

Mais especificamente, os projetos de extensão do curso de Administração estão formalizados para atingir os seguintes objetivos:

- a) Criar espaço em que o aluno tenha inserção na comunidade possibilitando aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula;
- b) Contribuir para o alcance dos objetivos da UFFS na mesorregião, isto é, fomentar projetos que visem à geração de emprego e renda;
- c) Garantir a interdisciplinaridade dos conhecimentos, para que o graduando em Administração tenha uma formação ampla e completa;
- d) Complementar aptidões dos alunos na linha de formação do curso.

Frente a uma sociedade em constante mudança que impacta fortemente a forma de agir e pensar das organizações, se percebe a necessidade de adequação do currículo do curso de Administração, enfatizando a importância da integração ensino, pesquisa e extensão, para uma formação do administrador no exercício pleno da profissão. Nessa perspectiva o curso de



Administração adota os seguintes instrumentos de apoio pedagógico: (a) Empresa Jr.; (b) Incubadora; (c) Laboratório de Pesquisa em Administração; (d) Viagens de estudos e (e) o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP).

a) A Empresa Júnior

A Empresa Júnior (EJ) se estrutura como um projeto de extensão do curso de Administração e se configura como consultoria e assessoria administrativa prestada por alunos, sob orientação de professores, para empresas de Cerro Largo e Região. Os trabalhos desenvolvidos pela empresa abrangem as seguintes áreas: marketing, assistência contábil e financeira, recursos humanos, organização, sistemas e métodos, produção, informática, análise e desenvolvimento de produtos e processos, planos de negócios e planejamento e estratégia empresarial. Os estudos são realizados pelos consultores juniores, com a ajuda dos professores orientadores, através de visitas e levantamento de dados nas empresas.

A EJ é uma associação sem fins lucrativos que visa proporcionar aos discentes oportunidades de atuação no mercado de trabalho de forma prévia a sua formatura e contribuir para o desenvolvimento regional. Os acadêmicos associados da Integração Júnior do curso de Administração têm a oportunidades de aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso em situações próprias da profissão; do estímulo do desenvolvimento do espírito crítico, analítico e empreendedor do acadêmico; do estímulo ao desenvolvimento da capacidade de liderança; da promoção do desenvolvimento social e profissional; do despertar da responsabilidade social corporativa, através do incentivo ao voluntariado; e, da promoção ao desenvolvimento regional, auxiliando os acadêmicos na prestação de serviços de consultoria para micro e pequenas empresas.

Por meio das atividades desenvolvidas na EJ são oportunizados o aprofundamento em temas relevantes para a formação acadêmica e profissional no desenvolvimento das atividades; disseminação de novos conhecimentos não obtidos nas atividades de sala de aula; compartilhamento de experiências que possam ser replicadas para o desenvolvimento regional; e realização eventos para empresários da região com temas sobre administração e empreendedorismo.

A EJ é formada por uma Diretoria, a qual está composta por 7 (sete) membros titulares. São eles: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Projetos, 1 (um) Diretor de Recursos Humanos, 1 (um) Diretor



de Marketing, 1 (um) Diretor Secretário. Além destes, existe o Conselho Administrativo composto por 4 (quatro) docentes, indicados pelo colegiado do curso de Administração, 2 (dois) discentes eleitos em Assembleia e pelo Diretor Presidente da Diretoria Executiva da Empresa Júnior, que fiscaliza os atos e fatos explicitados no Plano e no Relatório de Gestão da Diretoria Executiva.

Cada departamento tem suas atribuições definidas no Estatuto da empresa, o qual prevê: finalidade, quadro social, direitos e deveres, patrimônio, Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Disposições Gerais e Disposições Finais e Transitórias. Sua sede está localizada em sala específica, no Bloco A da UFFS, *Campus Cerro Largo*.

b) Incubadora Tecnológica e Social (ITECS)

A Resolução Nº 38/CONSCCL/UFFS/2023 cria a Incubadora Tecnológica e Social (ITCES) do *Campus Cerro Largo* da UFFS, em substituição à Incubadora Tecnosocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES).

A Incubadora é um laboratório do curso de Administração que trabalha com base no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Institucionalizado desde 2013, foi criado com a seguinte missão: “ser um local onde se desenvolvam ações de incubação e cooperação em Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários, atuando como um espaço de estudos, pesquisa-ação e desenvolvimento de tecnologias voltadas à organização do trabalho coletivo com foco na sustentabilidade e autogestão dos empreendimentos”.

Sua sede está localizada na sala 1-1-09 da Unidade Seminário – Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*. O laboratório possui Regimento Interno, onde consta a missão, visão e os seus objetivos. Periodicamente é feito um processo de seleção pública com a finalidade de entrada de novos empreendimentos. Para o andamento das atividades segue-se a metodologia explicada no Regimento Interno, que prevê as seguintes etapas: pré-incubação (identifica-se o perfil de atuação dos empreendimentos, analisando sua viabilidade econômica e potencial de desenvolvimento); incubação (auxílio técnico-administrativo para a elaboração de tarefas); e desincubação (avaliação de todo o andamento dos empreendimentos solidários no âmbito do projeto).

A Incubadora teve seu marco de trabalho no Programa de Extensão (Edital nº522/UFFS/2016) denominado “Processos e ações de extensão da ITCEES: desafios e impactos para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário das Regiões Noroeste e



Missões do Estado do Rio Grande do Sul”, coordenado pela Prof^a do curso de Administração Louise Roedel de Lira Botelho. Desse modo, a Incubadora teve como principais incubadas três cooperativas: a Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias da Agricultura Familiar do Território Missões (REMAF); a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo Ltda (COOPACEL) e a Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN), onde por meio de ações extensionistas prestou assessoria técnica e social para estes empreendimentos.

Em 2023, em função de demandas regionais e de dinâmicas de reestruturação do curso de Administração, o Regimento Interno foi reformulado se estabelecendo os seguintes objetivos: contribuir na formação e consolidação de ideias e/ou empreendimentos inovadores oferecendo suporte gerencial numa perspectiva tecnológica e sustentável, buscando desenvolver processos de incubação; atuar de forma planejada e integrada com programas e/ou projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação da UFFS e potencializar ideias e/ou empreendimentos por meio de processos inovadores, tecnológicos e/ou sociais em suas diferentes áreas de atuação. Desse modo, na 4^a Sessão Ordinária do Conselho de Campus, em 04 de maio de 2023, foi aprovada a alteração de nomenclatura e o novo Regimento Interno do Laboratório do Curso de Administração - Incubadora Tecnológica e Social (ITECS) e revogada a RESOLUÇÃO Nº 1/CONSCCL/UFFS/2015.

c) Laboratório de Pesquisa em Administração

O Laboratório de Pesquisa em Administração é um espaço destinado a atividades interdisciplinares e multidisciplinares do curso de Administração, estando voltado para a realização de estudos que contribuam para o desenvolvimento, a inovação e a tomada de decisão no contexto organizacional, por meio, da análise e/ou modelagem dos processos, das estratégias e das tecnologias de gestão.

O laboratório funciona como espaço de fomento no ensino e aprendizado de diversas disciplinas do curso, bem como, para orientações de trabalhos de curso e desenvolvimento de atividades de bolsistas e orientadores em projetos de pesquisa e extensão.

É destinado a docentes e discentes que buscam um espaço de interação. Possui computadores e *softwares* específicos para atividades a serem desenvolvidas como forma da promoção de ensino, pesquisa e extensão. Assim, como espaço para as atividades dos grupos de pesquisa da área, em especial o Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão, já



implantado, e que atende a grande parte dos docentes do curso, bem como os discentes.

Assim, o Laboratório busca contribuir para a relação das atividades teórico-práticas de ensino-aprendizagem, ensino, pesquisa e extensão, para a formação de profissionais capazes de compreender as organizações, fomentar a criatividade e desenvolvimento pessoal dos discentes.

d) Visitas Técnicas e Estudos Dirigidos

O curso de Administração adota como estratégia de ensino-aprendizagem a prática de visitas técnicas, com os discentes, em diferentes tipos de organizações, públicas, privadas e do terceiro setor, micro, pequenas, médias e grandes empresas, cooperativas, entre outros, localizadas em qualquer lugar do território nacional e internacional.

Estas visitas são acompanhadas por um ou mais docentes, e visa oportunizar aprendizagens mediante casos práticos, permitindo correlacionar os fundamentos teóricos abordados nos componentes curriculares do curso com as práticas e vivências das organizações. Tais visitas técnicas devem constar no Plano de Curso do professor caso haja interesse de, durante o semestre letivo, utilizar esse recurso de ensino-aprendizagem.

O curso de administração também incentiva os professores a utilizarem o estudo dirigido como outra estratégia de ensino-aprendizagem, que consiste em dar um foco específico dentro do componente curricular, que pode ser diferenciado por aluno ou por grupo de alunos, e é fundamentado no princípio didático de que o professor não ensina: ele é o agilizador da aprendizagem, ajuda o aluno a aprender. É o incentivador e o ativador do aprender. De maneira especial, essa técnica põe em evidência o protagonismo do aluno no processo de aprender. O estudo dirigido pode ser realizado em sala de aula, ou como atividade extraclasse, desde que com a orientação presencial ou a distância do docente do componente curricular.

e) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP), instituído em agosto de 2015, faz parte de uma estrutura de desenvolvimento da pós-graduação da UFFS. A definição do “Desenvolvimento e Políticas Públicas” como tema de um Programa de Pós-graduação levou em consideração os problemas socioeconômicos e



ambientais típicos da realidade regional em que a UFFS e o Programa estão inseridos. Visa, ainda, preencher uma lacuna importante na formação humana no Noroeste do RS, região geográfica e politicamente afastada dos grandes debates e das grandes políticas de desenvolvimento promovidos pelos governos em todos os seus níveis.

Dos docentes que atuam no curso de Administração, seja em disciplinas do domínio comum, conexo ou específico, ou em projetos de pesquisa ou extensão que possuem bolsistas do curso, doze também atuam no PPGDPP, ministrando pelo menos um componente curricular ao ano na pós-graduação. Esse contato dos docentes com os alunos de graduação e da pós-graduação possibilita que sejam apresentados tópicos de pesquisa relacionados com os componentes curriculares, motivando-os a participar dos projetos como alunos de iniciação científica, muitos deles com bolsa. A maioria dos docentes atua em atividades de ensino da graduação, então os alunos da graduação são beneficiados pelo amadurecimento intelectual, tanto nas aulas quanto nas orientações dos trabalhos finais, nos quais as pesquisas passam a ter maior aprofundamento. Muitos desses egressos do curso de Administração, se inscrevem no processo seletivo do programa, passando a ser discentes do curso de mestrado. De 2015 até a presente data, 04 do total de 75 ingressos do PPGDPP foram egressos do curso de Administração.

Outra importante forma de integração com a graduação se dá por meio dos projetos de pesquisa e de extensão que envolve acadêmicos da graduação e, para a viabilização dos mesmos, são realizadas atividades que articulam a graduação e a pós-graduação, tais como palestras, viagem de estudos, semanas acadêmicas, seminários, cursos de formação, entre outros. Ainda é momento de integração, o estágio de docência realizado pelos alunos bolsistas ou não do PPGDPP junto ao curso de Administração. No ano de 2018 três acadêmicos do PPGDPP realizaram o estágio de docência no curso de Administração.

Em 2018, 21 projetos de pesquisa ou extensão foram ou iniciaram o seu desenvolvimento, alguns financiados pela UFFS, CNPQ, FAPESC e ou FAPERGS. Os projetos desenvolvidos pelos docentes do Programa com bolsistas da graduação, e os orientados de mestrado auxiliaram como colaboradores. Sendo que boa parte deles foram desenvolvidos junto ao Laboratório de Pesquisas em Administração, utilizando o espaço para discussão dos temas.

Também se visualiza que os docentes do PPGDPP estão atuando nos laboratórios de pesquisa e de extensão, nos quais os estudantes de graduação desenvolvem atividades. Esses laboratórios também proporcionaram seminários e cursos de extensão, integrando acadêmicos



da graduação, pós-graduação e comunidade regional. Dentre os eventos realizados e que integram a pós-graduação e graduação destacam-se as semanas acadêmicas dos cursos de graduação, o SEPE - Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS e a JIC – Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica da UFFS, que ocorrem anualmente e que reúnem e congregam a graduação e pós-graduação.

Ainda, destaca-se que os grupos de pesquisas Grupo de Pesquisa Estudos Organizacionais e Tecnologias de Gestão; Grupo de Pesquisa em Teorias e Processos de Desenvolvimento; Estado, Sociedade e Políticas Públicas; Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração; possuem membros docentes e discentes do PPGDPP, bem como, discentes da graduação, corroborando com a aproximação da graduação e pós-graduação.

Além disso, no último período da graduação, os graduandos da UFFS têm a oportunidade de participar, na qualidade de aluno em disciplina isolada, de componentes curriculares eletivos do PPGDPP. Outro dado é que os alunos egressos do Programa são chamados para bancas de Trabalho de conclusão de curso, o que contribui na sua formação e também com os acadêmicos da graduação.



12 PERFIL DOCENTE E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

A UFFS, por meio do curso de Administração em particular, deve orientar o processo formativo de seu curso de maneira a adequá-lo às novas exigências da sociedade como garantia da qualidade formativa do profissional-administrador. Dessa forma, o perfil do quadro docente está voltado para atender as características e aos objetivos do curso de Administração e sua linha de formação em desenvolvimento socioeconômico.

O alcance desses objetivos é possível graças à atuação do “Grupo de Pesquisa em Teorias e Processos de Desenvolvimento”. Encontra-se dividido em três linhas de pesquisa: Teorias do desenvolvimento; Atores sociais, tecnologia e ambiente e; Dinâmicas socioambientais e experiências de desenvolvimento.

Esse grupo de pesquisa permite que o docente atue como pesquisador, desenvolvendo seus estudos com temas específicos da área da administração, bem como, temas interdisciplinares vinculados ao desenvolvimento socioeconômico. Em razão disso, surgem pesquisas conjuntas com o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* de Desenvolvimento e Políticas Públicas do *Campus* Cerro Largo. Paralelo a pesquisa estão os projetos de extensão que visam garantir ações reais na comunidade, e se materializam por meio dos laboratórios da empresa júnior “Integração Júnior”; da “Incubadora Tecnológica e Social” e do “Laboratório de Pesquisas em Administração”.

Nesse sentido, exige-se que o professor mantenha vínculos estreitos com as linhas de pesquisa e projetos de extensão oportunizados pela Universidade. Além disso, torna-se indispensável ao docente do curso de Administração demonstrar uma atitude de diálogo com a realidade atual, conduzindo os discentes a estabelecerem relações plausíveis entre a teoria e os problemas atuais das organizações.

Os professores do curso de Administração estarão voltados para atuar em conjunto nos projetos iniciados pelo curso, possibilitando uma perfeita interlocução entre as diversas áreas da Administração e entre os professores e alunos envolvidos. Assim, espera-se que, o professor alie na sala de aula seu conhecimento teórico com sua experiência nas pesquisas e projetos que desenvolve, garantindo assim uma aula mais aderente à realidade das empresas e uma constante reciclagem do conteúdo ministrado, aspecto primordial num cenário de constantes transformações.

Com relação ao ensino, o professor deve estar consciente de que seu papel não é mais o de transmissor de conteúdos ou de verdades prontas e acabadas, como advogava o ensino



tradicional, mas sim, o de “problematizador” e “mediador” da relação entre aluno e conhecimento, garantindo assim o estímulo ao espírito crítico e de iniciativa, inerentes ao empreendedor.

Para garantir a sustentação e unidade dos três pilares em que se edifica o curso de Administração, *Campus* de Cerro Largo, a universidade proporciona meios (tempo e recursos) para que os docentes possam obter êxito em suas atividades. Por outro lado, há a cobrança e acompanhamento das atividades docentes, por meio da gestão universitária, com o objetivo de garantir o desenvolvimento dos trabalhos com qualidade.

Institucionalmente, a UFFS possui uma política de formação de docentes continuada que objetiva estimular os professores a manterem-se articulados com as inovações em seus campos de estudo. Neste sentido, a Universidade incentiva a participação dos docentes em seminários e encontros, bem como, a realização de cursos de capacitação, conduzidos pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP)

12.1 Núcleo de apoio pedagógico

O núcleo de apoio pedagógico (NAP) foi instituído pela Câmara de Graduação do Conselho Universitário – CGRAD/CONSUNI da UFFS. Conforme Res. nº 39/2022 - CONSUNI - CGAE.

O Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da UFFS, tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

Os objetivos do NAP são:

- Acolher os novos professores, apresentando a eles a instituição, os objetivos, as diretrizes e os documentos norteadores da UFFS;
- Promover uma formação inicial ao professor ingressante na carreira do magistério superior embasada na proposta de origem da universidade;
- Assessorar a Coordenação Acadêmica, as coordenações e os colegiados de cursos nas questões pedagógicas;
- Fomentar o debate político-pedagógico no *campus*;



- Fortalecer a comunicação e a interdisciplinaridade entre os professores, entre as áreas do conhecimento e entre os componentes curriculares;
- Promover a formação continuada dos professores, visando o aperfeiçoamento didático-pedagógico por meio de um programa de formação continuada, articulado com a política de formação institucional;

Proporcionar apoio pedagógico a partir de necessidades apontadas pelos diversos setores, envolvendo os diferentes núcleos que atuam no *campus*.

As justificativas que envolvem a criação do NAP são:

- A necessidade de constituir um espaço de apoio didático-pedagógico;
- A necessidade da formação continuada dos docentes: a especificidade institucional e curricular, o ritmo acelerado das mudanças históricas, políticas, sociais, econômicas e os desafios da formação acadêmica e pedagógica exigem a criação de alternativas de formação continuada dos professores. Diferentes estratégias podem ser desenhadas, articulando preocupações gerais com a particularidade dos projetos de cada curso e atividades interdisciplinares. Da mesma forma, alternativas que se concentrem em torno de problemáticas comuns à produção e construção do conhecimento e à formação humana e profissional no mundo contemporâneo, os pressupostos teórico-metodológicos do ensino e as dimensões pedagógicas neles implicados, entre outros, constituem importantes referências de continuidade da formação;
- A necessidade de construir diagnósticos acerca da prática docente na UFFS: as atividades de ensino encontram no planejamento, execução e avaliação a sua lógica processual de desenvolvimento. Produzir um diagnóstico sobre o trabalho docente, demarcando a especificidade dos processos de ensino e aprendizagem e/ou da identidade pedagógica da instituição, contribui para avaliar as formas de mediação pedagógica e suas relações com o desenvolvimento do projeto institucional e dos projetos pedagógicos dos cursos. Este diagnóstico é também fundamental para orientar os processos de formação continuada;
- A necessidade de promover o conhecimento da natureza e da especificidade da UFFS: a história da criação e da institucionalização da UFFS é marcada pela mobilização social e pelo compromisso com o desenvolvimento e a integração regional. Enquanto instituição de ensino, pesquisa, extensão e cultura, a universidade constitui-se como espaço de mediação social, capaz de produzir conhecimentos relacionados à realidade



regional, em articulação com escalas mais amplas, e criar propostas alternativas para o desenvolvimento;

- A necessidade de socialização da organização curricular e do perfil de formação da UFFS: a organização curricular em forma de domínios, entre os quais os domínios comum, conexo e específico conformam sua particularidade institucional, introduz uma perspectiva de formação geral, interdisciplinar e humana, que objetiva a inserção do acadêmico na vida social e profissional com capacidade de interagir de forma autônoma e crítica. A objetivação desse perfil institucional é algo desafiador para docentes, acadêmicos e para a própria instituição; algo que está por ser construído e reconstruído em sintonia com os compromissos e objetivos institucionais;
- A necessidade de acompanhar os professores em seu ingresso na carreira docente subsidiando o processo formativo;
- A necessidade de interlocução dos projetos dos cursos e de planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão: socializar o Projeto Pedagógico e os princípios institucionais e promover atividades relacionadas à construção/discussão do planejamento do ensino, buscando conferir sentido acadêmico e social aos processos de ensino e aprendizagem.



13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

13.1 Docentes do *Campus Cerro Largo* que atuam no curso de Administração

Quadro 17 – Docentes atuantes no curso de Administração

Domínio/CCR	Professor	Titulação	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1º NÍVEL				
Específico/ Teorias da administração I	Louise de Lira Roedel Botelho	Pós- Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia e Gestão do Conhecimento D: Engenharia e Gestão do Conhecimento http://lattes.cnpq.br/4677680026409328
Comum/ Produção textual acadêmica	Ana Claudia Porto	Mestre	40h DE	G: Letras M: Letras http://lattes.cnpq.br/6788420701114401
Específico/ Economia I	Herton Castiglioni Lopes	Pós- Doutor	40h DE	G: Ciências Econômicas M: Administração D: Economia do Desenvolvimento http://lattes.cnpq.br/8849890515327689
Específico/ Contabilidade Introdutória	Ari Söthe	Doutor	40h DE	G: Ciências Contábeis M: Ciências Contábeis D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/4973879906852090
Específico/ Filosofia e ética	Deniz Alcione Nicolay	Doutor	40h DE	G: Pedagogia M: Educação D: Educação http://lattes.cnpq.br/3584853627711259
Comum/ Matemática C	Izabel Gioveli	Doutora	40h DE	G: Matemática M: Matemática D: Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais http://lattes.cnpq.br/1195795560065906
2º NÍVEL				
Específico/ Teorias da administração II	Rodrigo Prante Dill	Doutor	40h DE	G: Administração M: Administração D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/8240502524400035
Específico/ Gestão de pessoas I	Rodrigo Prante Dill	Doutor	40h DE	G: Administração M: Administração D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/8240502524400035
Específico/ Administração de Marketing	Edio Polacinski	Doutor	40h DE	G: Administração e Matemática M: Engenharia de Produção D: Engenharia de Produção http://lattes.cnpq.br/9809478917236434
Específico/ Contabilidade Gerencial	Ari Söthe	Doutor	40h DE	G: Ciências Contábeis M: Ciências Contábeis D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/4973879906852090
Específico/ Comportamento organizacional	Louise de Lira Roedel Botelho	Pós- Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia e Gestão do Conhecimento D: Engenharia e Gestão do Conhecimento http://lattes.cnpq.br/4677680026409328
Conexo/	Izabel	Doutora	40h	G: Matemática



Domínio/CCR	Professor	Titulação	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Cálculo I	Gioveli		DE	M: Matemática D: Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais http://lattes.cnpq.br/1195795560065906
3º NÍVEL				
Específico/ Administração da produção I	Carlos Eduardo Ruschel Anes	Doutor	40h DE	G: Administração M: Agronegócios D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/3992037390843583
Específico/ Organização, sistemas e métodos	Rodrigo Prante Dill	Doutor	40h DE	G: Administração M: Administração D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/8240502524400035
Específico/ Economia II	Herton Castiglioni Lopes	Pós-Doutor	40h DE	G: Ciências Econômicas M: Administração D: Economia do Desenvolvimento http://lattes.cnpq.br/8849890515327689
Comum/ Iniciação à prática científica	Ari Söthe	Doutor	40h DE	G: Ciências Contábeis M: Ciências Contábeis D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/4973879906852090
Comum/ Estatística básica	Denize Ivete Reis	Doutora	40h DE	G: Licenciatura Plena em Matemática M: Modelagem Matemática D: Qualidade Ambiental http://lattes.cnpq.br/9258110947704119
Componente Optativo I	À definir			
4º NÍVEL				
Específico/ Administração da produção II	Carlos Eduardo Ruschel Anes	Doutor	40h DE	G: Administração M: Agronegócios D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/3992037390843583
Desenvolvimento socioeconômico: Estudos clássicos	Edemar Rotta	Doutor	40h DE	G: Filosofia M: Sociologia D: Serviço Social http://lattes.cnpq.br/9661112584933921
Específico/ Pesquisa de marketing	Monize Sâmara Visentini	Doutora	40h DE	G: Administração M: Administração D: Administração http://lattes.cnpq.br/6482101738421142
Específico/ Gestão de pessoas II	Louise de Lira Roedel Botelho	Pós-Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia e Gestão do Conhecimento D: Engenharia e Gestão do Conhecimento http://lattes.cnpq.br/4677680026409328
Específico/ Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	Herton Castiglioni Lopes	Pós-Doutor	40h DE	G: Ciências Econômicas M: Administração D: Economia do Desenvolvimento http://lattes.cnpq.br/8849890515327689
Específico/ Matemática financeira	Artur Filipe Ewald Wuerges	Mestre	40h DE	G: Administração M: Administração http://lattes.cnpq.br/7833091998314902
5º NÍVEL				
Específico/ Estratégia de marketing	Monize Sâmara Visentini	Doutora	40h DE	G: Administração M: Administração D: Administração http://lattes.cnpq.br/6482101738421142



Domínio/CCR	Professor	Titulação	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Desenvolvimento socioeconômico: Estudos contemporâneos	Herton Castiglioni Lopes	Pós-Doutor	40h DE	G: Ciências Econômicas M: Administração D: Economia do Desenvolvimento http://lattes.cnpq.br/8849890515327689
Específico/ Administração Financeira I	Fabricio Costa de Oliveira	Mestre	40h DE	G: Administração M: Engenharia de Produção http://lattes.cnpq.br/4048962857833850
Específico/ Planejamento estratégico I	Édio Polacinski	Doutor	40h DE	G: Administração e Matemática M: Engenharia de Produção D: Engenharia de Produção http://lattes.cnpq.br/9809478917236434
Específico/ Gestão de Custos	Ari Söthe	Doutor	40h DE	G: Ciências Contábeis M: Ciências Contábeis D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/4973879906852090
Pesquisa Operacional	Carlos Eduardo Ruschel Anes	Doutor	40h DE	G: Administração M: Agronegócios D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/3992037390843583
Componente Optativo II	À definir	-	-	-
6º NÍVEL				
Específico/ Administração de materiais	Denise Medianeira Mariotti Fernandes	Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia de Produção D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/7903808619800540
Desenvolvimento Socioeconômico: Metodologias de análise	Carlos Eduardo Ruschel Anes	Doutor	40h DE	G: Administração M: Agronegócios D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/3992037390843583
Específico/ Administração Financeira II	Fabricio Costa de Oliveira	Mestre	40h DE	G: Administração M: Engenharia de Produção http://lattes.cnpq.br/4048962857833850
Específico/ Planejamento estratégico II	Edio Polacinski	Doutor	40h DE	G: Administração e Matemática M: Engenharia de Produção D: Engenharia de Produção http://lattes.cnpq.br/9809478917236434
Conexo/ Empreendedorismo	Fabricio Costa de Oliveira	Mestre	40h DE	G: Administração M: Engenharia de Produção http://lattes.cnpq.br/4048962857833850
Comum/ Direitos e cidadania	Serli Genz Bölter	Doutora	40h DE	G: Direito M: Educação nas Ciências Área Direito D: Sociologia http://lattes.cnpq.br/6517869430918418
Componente Optativo III	À definir			
7º NÍVEL				
Específico/ Projeto de trabalho de conclusão de curso	Monize Sâmara Visentini	Doutora	40h DE	G: Administração M: Administração D: Administração http://lattes.cnpq.br/6482101738421142
Específico/ Planejamento financeiro e orçamentário	Artur Filipe Ewald Wuerges	Mestre	40h DE	G: Administração M: Administração http://lattes.cnpq.br/7833091998314902



Domínio/CCR	Professor	Titulação	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/ Logística	Denise Medianeira Mariotti Fernandes	Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia de Produção D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/7903808619800540
Específico/ Direito tributário e do trabalho	Saete Oro Boff	Pós- Doutora	40h	G: Direito e Letras M: Direito D: Direito http://lattes.cnpq.br/9964386845761903
Específico/ Gestão de tecnologias e sistemas de informação	Monize Sâmara Visentini	Doutora	40h DE	G: Administração M: Administração D: Administração http://lattes.cnpq.br/6482101738421142
Comum/ Introdução ao pensamento social	Edemar Rotta	Doutor	40h DE	G: Filosofia M: Sociologia D: Serviço Social http://lattes.cnpq.br/9661112584933921
8º NÍVEL				
Específico/ Trabalho de conclusão de curso	Rodrigo Prante Dill	Doutor	40h DE	G: Administração M: Administração D: Desenvolvimento Regional http://lattes.cnpq.br/8240502524400035
Específico/ Estágio curricular supervisionado	Fabricio Costa de Oliveira	Pós- Doutora	40h DE	G: Administração M: Engenharia e Gestão do Conhecimento D: Engenharia e Gestão do Conhecimento http://lattes.cnpq.br/4677680026409328
Específico/ Fundamentos Socioantropológicos	Ivann Carlos Lago	Doutor	40h DE	G: Ciências Sociais M: Sociologia Política D: Sociologia Política http://lattes.cnpq.br/2406151442947645
Específico/ Direito empresarial	Serli Genz Bölter	Doutora	40h DE	G: Direito M: Educação nas Ciências Área Direito D: Sociologia http://lattes.cnpq.br/6517869430918418
Comum/ Meio ambiente, economia e sociedade	Edemar Rotta	Doutor	40h DE	G: Filosofia M: Sociologia D: Serviço Social http://lattes.cnpq.br/9661112584933921
Componente Optativo IV	À definir			



14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

14.1 Biblioteca

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Elas são vinculadas administrativamente à Coordenação Acadêmica do seu respectivo Campus e, tecnicamente, ao Sistema de Bibliotecas da UFFS (SiBi/UFFS).

Cada uma das bibliotecas tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos campi, sejam oferecidos de forma consonante à Resolução nº 12/CONSUNI/UFFS/2018, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços. Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada Campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimos de notebooks; acesso à internet *wireless*; comutação bibliográfica; orientação sobre normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; teleatendimento; serviço de referência online; serviço de geração de ficha de identificação da obra.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a Divisão de Bibliotecas (DBIB) no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

A DBIB, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, visa articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; objetiva propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão. Assim, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como



fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum).

Com relação à ampliação do acervo, os materiais que compõem as coleções do acervo das bibliotecas da UFFS devem estar registrados e tombados no Sistema de Gestão de Acervos. As coleções são formadas por materiais bibliográficos, em diferentes suportes físicos, sendo adquiridas mediante doação e compra conforme as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC. A Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) é o instrumento que define as diretrizes para a formação, conservação e disponibilização do acervo das bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFFS.

A UFFS integra o rol das instituições que participam do Portal de Periódicos da CAPES, que oferece mais de 49 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

14.2 Laboratórios

Visando desenvolver e intensificar o ensino, a pesquisa e a extensão no curso de Administração são disponibilizados três laboratórios para tais práticas: Laboratório da Empresa Júnior, Laboratório da Incubadora Tecnológica e Social e o Laboratório de Pesquisa em Administração.

A Empresa Júnior (Associação de consultoria dos alunos do curso de Administração se estrutura como um projeto de extensão do curso de Administração e se configura como consultoria e assessoria administrativa prestada pelos acadêmicos, sob orientação de professores. Sua fundação em Assembleia foi realizada no dia vinte e dois de abril de 2014. Aliada a esta atividade, foi realizada a eleição da sua Diretoria Executiva, ambas atividades relacionadas ao Projeto de Extensão “Projeto de Criação da Empresa Júnior do curso de Administração, *Campus* de Cerro Largo”, institucionalizado na UFFS e sob a coordenação da



professora Monize Visentini. O objetivo principal desse projeto consistia em “propor a criação de uma Empresa Júnior no curso de Administração, do *Campus* de Cerro Largo, visando oportunizar aos acadêmicos do curso, através da atuação em projetos de extensão, a aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos à sua área de formação profissional”. Tendo em vista a criação da Empresa Júnior, bem como, o seu funcionamento a partir do segundo semestre de 2014, faz-se imprescindível que os acadêmicos que atuam nessa Associação tenham suporte dos docentes da instituição, no desempenho das atividades.

Dessa forma, de 2016 até 2018 foi desenvolvido o Programa “Capacitação e Suporte à Gestão da Empresa Júnior (EJ) do curso de Administração”, sob a coordenação da professora Denise Medianeira Mariotti Fernandes com intuito de subsidiar a realização de projetos que possam contribuir na capacitação e suporte aos acadêmicos associados da Empresa Júnior do curso de Administração. Isso porque, algumas das atividades desenvolvidas pela Integração Júnior serão serviços de consultoria na área em que estudam seus membros, havendo a necessidade de auxílio por parte dos docentes do curso na realização desses trabalhos, bem como, na capacitação desses alunos. Desse modo, em 2023 tal Programa reiniciou as atividades de extensão, passou a atender as demandas dos alunos, dos bolsistas, da comunidade interna e da comunidade externa, sob a coordenação da mesma professora.

De forma geral, estes projetos e programas consolidaram a Empresa Júnior no curso de Administração, evidenciando que a mesma é de grande importância para os acadêmicos, sendo que a experiência proporciona antecipar na prática os desafios que serão enfrentados durante a vida profissional do administrador.

O Laboratório de Empresa Júnior, possui um espaço específico para acomodar os acadêmicos e o público em geral, conforme descrição no Quadro 18.

Quadro 18 – Recursos para o laboratório da Empresa Júnior

LABORATÓRIO EMPRESA JÚNIOR	
Professores Responsáveis: Denise Medianeira Mariotti Fernandes	
Alunos por turma:	15
Área: 35,88 m ²	Localização: Bloco A – Sala 103
Quantidade	Descrição
1	Quadro branco
6	Microcomputadores completos
5	Mesas de trabalho retangular
4	Mesa em L



10	Cadeiras fixas
6	Cadeira giratória
1	Projektor multimídia
1	Armário alto com prateleiras, 2 portas com chave
1	Filmadora portátil
4	Armário baixo com prateleiras
1	Aparelho de Telefonia
1	Tela de Projeção
1	Conjunto de Ar Condicionado

Incubadora Tecnológica e Social (ITECS) é um laboratório do curso de Administração que trabalha com base no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Institucionalizado desde 2013, tem a missão de “ser um local onde se desenvolvam ações de incubação e cooperação em Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), atuando como um espaço de estudos, pesquisa-ação e desenvolvimento de tecnologias voltadas à organização do trabalho coletivo com foco na sustentabilidade e autogestão dos empreendimentos”. Sua visão consiste em “atuar por meio de processo político-pedagógico mediado pelo uso de tecnologias sociais, como forma de apoio e incentivo à formação e consolidação de empreendimentos econômicos autogestionários, potencializando práticas sociais emancipatórias e promovendo o desenvolvimento regional”.

A Incubadora teve seu marco de trabalho no Programa de Extensão (Edital nº522/UFFS/2016) denominado “Processos e ações de extensão da ITCEES: desafios e impactos para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário das Regiões Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul”. Em, 2019, incubou três cooperativas, sendo elas: a Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústrias da Agricultura Familiar do Território Missões (REMAF); a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo Ltda (COOPACEL) e a Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN), onde por meio de ações de extensão, prestou assessoria técnica e social à estes empreendimentos.

O laboratório, em 2023, reformulou o Regimento Interno, onde consta a missão, visão e os seus objetivos. Periodicamente é feito um processo de seleção pública com a finalidade de entrada de novos empreendimentos. Para o andamento das atividades segue-se a metodologia explicada no Regimento Interno, que prevê as seguintes etapas: pré-incubação (identifica-se o



perfil de atuação dos empreendimentos, analisando sua viabilidade econômica e potencial de desenvolvimento); incubação (auxílio técnico-administrativo para a elaboração de tarefas); e desincubação (avaliação de todo o andamento dos empreendimentos solidários no âmbito do projeto).

Este Laboratório é voltado à elaboração e ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão que busca fomentar a geração de projetos e incubar ideias de novos empreendimentos, ocupando um espaço, conforme descrição no Quadro 19.

Quadro 19 – Recursos para o laboratório da Incubadora Tecnológica e Social

LABORATÓRIO INCUBADORA TECNOLÓGICA E SOCIAL	
Professores Responsáveis: Louise de Lira Roedel Botelho	
Alunos por turma:	15
Área: 88,34 m ²	Localização: Unidade Seminário - sala 1-1-09
Quantidade	Descrição
4	Quadro branco
11	Microcomputadores completos
11	Mesas para computadores
10	Mesa em U
1	Mesa Oval para reuniões
23	Cadeiras
13	Cadeira giratória
1	Projektor
11	Armário 2 portas com chave
3	Armário baixo com gaveta

Por fim, o Laboratório de Pesquisa em Administração é um espaço destinado a atividades interdisciplinares e multidisciplinares do curso de Administração, estando voltado para a realização de estudos que contribuam para o desenvolvimento, a inovação e a tomada de decisão no contexto organizacional, por meio, da análise e/ou modelagem dos processos, das estratégias e das tecnologias de gestão.

O laboratório funciona como espaço de fomento no ensino e aprendizado de diversas disciplinas do curso, bem como, para orientações de trabalhos de curso, para o desenvolvimento de atividades de bolsistas e orientadores em projetos de pesquisa e extensão.

Destinado a docentes e discentes que buscam um espaço de interação, possui



computadores e softwares específicos para as atividades a serem desenvolvidas como forma da promoção de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, o Laboratório busca contribuir para a relação de atividades teórico-práticas de ensino-aprendizagem, de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de profissionais capazes de compreender as organizações e fomentar a criatividade e desenvolvimento pessoal dos discentes. As especificações do referido laboratório encontram-se no Quadro 20.

Quadro 20 – Recursos para o laboratório de Pesquisa em Administração

LABORATÓRIO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO	
Professores Responsáveis: Denise Medianeira Mariotti Fernandes	
Alunos por turma:	10
Área: 27,04 m ²	Localização: Bloco A – sala 103–
Quantidade	Descrição
1	Quadro branco
10	Microcomputadores completos
8	Mesas de trabalho retangular
1	Mesa em L
10	Cadeiras fixas
1	Cadeira giratória
1	Projektor multimídia
1	Armário alto com prateleiras, 2 portas com chave
1	Filmadora portátil
1	Gaveteiro com três gavetas e um gavetão
1	Aparelho de Telefonia
1	Tela de Projeção
1	Conjunto de ar-condicionado

Destaca-se que os três laboratórios já estão consolidados e apoiando os docentes e discentes nas atividades desenvolvidas para ensino, pesquisa e extensão.

14.3 Demais itens



materiais para atendimento das necessidades de seus discentes, docentes e comunidade regional. São diferentes ambientes destinados ao ensino, à pesquisa, à extensão, à gestão das atividades acadêmicas e às demandas acadêmicas gerais.

A infraestrutura do *Campus* Cerro Largo é composta por duas unidades. Uma delas localizada no interior da aglomeração urbana, identificada informalmente como “Seminário” e outra, mais recente e localizada nas adjacências da cidade, identificada informalmente como *Campus*.

A Unidade “Seminário”, na qual o curso de Administração ocasionalmente desenvolve atividades, apresenta salas de aula amplas contendo recursos adequados; sala equipada para bolsistas; salas de informática com internet; sistema de *wireless*; sala para coordenação do curso de pós-graduação; auditório com equipamento de videoconferência com 144,67 m² e capacidade para 120 lugares.

A unidade “Seminário” possui um Ginásio Poliesportivo com capacidade para 300 (trezentas) pessoas, com área de 1229,28 m² disponível para práticas de diferentes modalidades esportivas e eventos de integração dos acadêmicos e da comunidade.

A unidade *Campus* possui atualmente dois blocos construídos, além de uma área experimental. Em um destes blocos (o Bloco A propriamente dito), com uma área de 4.925,06Km² se localizam as salas de aula, que comportam turmas com até 70 alunos, espaço para cantina e salas para setores administrativos.

Em outro bloco encontram-se 51 gabinetes de professores com área de 13,87m² cada um, utilizados por dois docentes. Os gabinetes são climatizados, com espaço e mobília adequados para o desenvolvimento das atividades docentes. Haverá também a disponibilização de sala de reuniões, auditório, entre outros espaços para uso comum no mesmo prédio, o qual possui uma área total de 2.522,74 m².

Dentre os laboratórios que atendem todo o *Campus*, 22 deles estão dispostos em três blocos de 1.150,51m² cada um, construídos seguindo os padrões para cada uma das áreas e/ou finalidades (chuveiros de emergência, canalização de gases, coleta de resíduos, acesso para portadores de necessidades especiais, entre outras) e todos possuem climatização.



15 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD. Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD.

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Dentre as ações, visa atender à Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a fim de garantir aos portadores do transtorno do espectro autista acesso à educação, por meio do Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

15.1 Acessibilidade arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;



- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

15.1.1 Detalhamento da acessibilidade arquitetônica nos espaços

Na unidade “*Campus*”, nas áreas externas há caminhos podotáteis, a circulação pelo *Campus* pode ser realizada toda em nível. Em alguns pontos possui rampas para vencer diferenças de níveis de terrenos. As paradas de ônibus possuem ponto de parada para PCD's e os cruzamentos de vias, todos em nível com caminho tátil sobre faixas elevadas, existem vagas de estacionamento exclusivas para PCD.

Em relação às edificações, no *Campus* (Bloco A tem 4 pavimentos e possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 4 pavimentos.

No Bloco dos Professores tem 2 pavimentos mas permite acesso em nível a todos os pavimentos através de elevador, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 2 pavimentos além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo e 1 fraldário.

Os Pavilhões de Laboratórios são formados por 3 edificações, todos térreos, portanto com acesso em nível a todas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 3 pavilhões, bebedouro adaptado; possui placas em braile na entrada dos pavilhões identificando o mapa dos espaços dos pavilhões.

O Restaurante Universitário por ser térreo possui acesso em nível a todas as suas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na entrada do refeitório e um 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na saída, bebedouro adaptado, mobiliário condizente com o uso por parte de PCD.

No Seminário, onde ocasionalmente o curso de Administração desenvolve atividades, todos os 4 pavimentos possuem acesso através de elevador, o acesso principal a edificação é por rampa, há 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD dentro de cada um dos respectivos banheiros coletivos. No Seminário fica localizado um Ginásio Poliesportivo com acesso em nível por caminhos podotáteis, há 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD dentro de cada um dos respectivos banheiros coletivos. Em complemento no Seminário também se localiza um auditório, cujo acesso é por rampa em nível.



15.2 Acessibilidade comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva.

15.3 Acessibilidade programática

- A Assistência Estudantil – ASSAE – CL e o Setor de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuarem na Assistência Estudantil - ASSAE-CL ou Setor de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

15.4 Acessibilidade metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades



como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;

- Elaboração de parecer pedagógico descritivo pelo professor da disciplina ao qual o aluno com transtorno do espectro autista está matriculado, ao final de cada semestre, a fim de detalhar os objetivos, conteúdos, proposta pedagógica e abordagem metodológica das aulas e atividades adaptados e trabalhados junto ao acadêmico.

- Realização de aulas de apoio por parte do professor junto ao aluno com transtorno do espectro autista, possibilitando, além do apoio oferecido em sala de aula, a oferta semanal de um horário específico de trabalho extraclasse da disciplina para potencializar sua aprendizagem.

- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;

- Disponibilização de apoio acadêmico.

15.5 Acessibilidade atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;

- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;

- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;

- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não governamentais.

- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, M. de J. A Importância da EAD na Formação do Sujeito. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14, pp. 71-81 Janeiro de 2017.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988)**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LEI Nº 9.394, DE 20 DE**

DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: Abril de 2017. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo escolar 1996-2007.** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inepdivulga-resultados-finais-do-censo-escolar-de-2007/21206. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. 12 dez., 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9536.htm. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Portaria Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. 11/10/2016, Seção 1, p. 21 Disponível: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-no-1-134-de-10-de-outubro-de-2016-22055503-22055503?inheritRedirect=true>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 23 de 06 de junho de 2005.** CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2005/ces_23_2005.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Resolução nº 5/2021, de 14 de outubro de 2021 – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=212931-rces005-21&category_slug=outubro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 set., 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Diário Oficial da União, DF, 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. 10 out., 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC nº 18 de 15 de outubro de 2012.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015-** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> Acesso em: 03 de junho de 2019.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: Junho de 2019.

FAVERO, Altair Alberto; TAUCHEN, Gionara. Epistemologia da complexidade e didática complexa: princípios e desafios. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 27, n. 53, p. 175-192, jan./jun. 2013.

GUERIN, C. S.; PRIOTTO, E. M. T. P.; MOURA, F. C. de. Geração Z: A Influência da Tecnologia nos Hábitos e Características de Adolescentes. **Revista Valore**, Volta Redonda, 3 (Edição Especial): 726-734., 2018 Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/187>> Acesso em: 05 jun. 2019.

LIRA, D. SPONCHIADO, D. A. M. A formação pedagógica do profissional docente no ensino superior: desafios e possibilidades. **Revista Perspectiva**. Erechim. v.36, n.136, p.7-15, dezembro/2012. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/136_297.pdf. Acesso em: 07 jun. 2019.

LUNA, E.; FOLGUEIRAS, P. Juventud Y Participación Comunitaria: su potencial como herramienta de aprendizaje. **Currículo sem Fronteiras**, v. 14, n. 1, p. 123-136, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol14iss1articles/luna-folgueiras.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2019

MINETTO, et al. A Extensão Universitária a Formação de Estudantes do Curso de Administração –UFFS, *Campus Cerro Largo*. **Revista Conbrad**. Maringá, v.1, n.1, p.33-46, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaconbrad.com.br/editorial/index.php/conbrad/article/view/22>> Acesso em: 05 jun. 2019

MORAN, J.M.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M.A. (Ed.). **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PILATTI, L. A.; LIEVORE, C. Universidades tecnológicas: o que induziu esse modelo universitário no Brasil. **Revista brasileira de Ensino de Ciência e tecnologia**. Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 352-383, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/8471>> Acesso em: 05 jun. 2019

ROSTAS, M. H. S. G.; ROSTAS, G. R. O ambiente virtual de aprendizagem (moodle) como ferramenta auxiliar no processo ensino-aprendizagem: uma questão de comunicação. In: SOTO, U., MAYRINK, MF., and GREGOLIN, IV., **Linguagem, educação e virtualidade** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 249 p.

SANTOS, Sonia Regina Mendes dos. Et Al. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. p. 165.

SCREMIN, G.; ISAIA, S. M. de A. Docência no ensino superior: o papel dos docentes nos cursos de licenciatura. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. 11



Curitiba, 2013. **Anais...** Curitiba: PUC-PR, 2013.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2016.

SOTO, U., MAYRINK, MF., GREGOLIN, IV., **Linguagem, educação e virtualidade** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 249 p.

STADTLOBER. C. de S. Curso de Administração precisa estar mais próximo da criatividade e da inovação. **Revista Master/CRA-RS**. jan. fev. mar, Edição nº160. 2019.

UFFS. **Resolução nº 1/2011 – CONSUNI/CGRAD** – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Disponível em: http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1079&Itemid=1910&site=consuni] Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 003/2011 – CONSUNI/CGRAD**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2011-0003>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 006/2012 – CONSUNI/CGRAD**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2016-0006>>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 32/2013 – CONSUNI**. Disponível em <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0032>>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 33/2013/CONSUNI**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0033> > Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 4/2014 CONSUNI CGRAD**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2014-0004>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 5/2014 CONSUNI/CGRAD**. Disponível em: http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1079&Itemid=1910&site=consuni Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 4/2015/CONSUNI/GRAD**. Disponível em: http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Politica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 006/2015 – CONSUNI/CGRAD**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2016-0006>>. Acesso em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD**. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0007> > Acesso em: Junho de 2017.

UFFS. **Resolução nº 008/2016 – CONSUNI/CGAE**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2016-0008>>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Edital nº 522/GR/UFFS/2016**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/edital/gr/2016-0522>. Acesso em: 03 de junho de 2019.



UFFS. Resolução nº 005/2018 – CONSUNI/CGAE. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2018-0005>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. Portaria nº 189/ PROGRAD/UFFS/2018. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/prograd/2018-0189>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

UFFS. **Resolução nº 16/2019 - CONSUNI** - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2019-0016>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

UFFS. **Resolução nº 23/2019 - CONSUNI/CPPGEC** - Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2019-0023>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

UFFS. **Resolução nº 89/2021 – CONSUNI**. Altera a Resolução nº 33/CONSUNI/UFFS/2013, que Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2021-0089>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.

UFFS. **Resolução nº 93/2021 – CONSUNI** - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2021-0093>. Acesso em: 21 de dezembro de 2021.

UFFS. **Resolução nº 39/2022 - CONSUNI/CGRAD** – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2022-0039>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

UFFS. **Resolução Nº 40/2022 - CONSUNI CGAE** – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS). Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2022-0040>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

UFFS. **Resolução nº 106/2022 – CONSUNI** - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2022-0106>. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

UFFS. **Resolução nº 42/2023 – CONSUNI/CGAE** - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2023-0042>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

UFFS. **Resolução nº 43/2023 – CONSUNI CGAE** - Regulamenta os procedimentos para a



aproveitamento de componente curricular (CCR) nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2023-0043>. Acesso em: 14 de julho de 2023.

VALENTE, J. A. A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação em midialogia. In: BACICH, Lilian. MORAN, José (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018.



ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza as atividades de estágio curricular supervisionado do curso de Administração, *Campus Cerro Largo*.

Art. 2º. A denominação estágio curricular supervisionado presente neste regulamento de estágio corresponde ao estágio obrigatório presente na Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015, de 13 de agosto de 2015 e na Lei 11.788/2008.

CAPÍTULO I DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 3º. O estágio curricular supervisionado do curso de Administração é um componente curricular obrigatório, conforme previsto no projeto pedagógico do curso, com base na Resolução nº. 5, de 14 de outubro de 2021 do Conselho Nacional de Educação/MEC, e é uma das bases curriculares para atingir o perfil formativo esperado do acadêmico do curso de Administração.

Art. 4º. O estágio curricular supervisionado obrigatório do curso de Administração segue a concepção de estágio proposta pelo Regulamento de Estágio da UFFS, o qual concebe o estágio como um tempo-espaço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.

CAPÍTULO II



DA IMPORTÂNCIA E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Art. 5º. A importância do estágio, no contexto do currículo do curso de Administração resulta do seu papel de integrar o acadêmico com a realidade das empresas e/ou das organizações da região, do Estado e do País, onde deverá exercer suas futuras atividades profissionais.

Art. 6º. O estágio curricular supervisionado envolve atividades de aprendizagem social, cultural e profissional numa situação real de trabalho e vida do Acadêmico de Administração:

I – É uma oportunidade para integrar teoria e prática, demonstrar domínio sobre os conhecimentos teóricos assimilados no decorrer do curso, sistematizar o conhecimento adquirido em contraste com a observação personalizada na empresa e desenvolver o perfil profissional;

II – O estágio visa um estudo das organizações e oportuniza o desenvolvimento de um trabalho orgânico e comprometido, proporcionando aos discentes um processo de formação continuada, tanto em relação aos problemas identificados, quanto em relação aos mecanismos de mudança;

III – É uma oportunidade de associar os conhecimentos gerais e específicos, experimentar as habilidades que o profissional precisa desenvolver para saber fazer e as atitudes que repercutem no posicionamento pessoal frente às exigências ambientais.

Art. 7º. São objetivos gerais do estágio:

I – Proporcionar ao estagiário, vivências que possibilitem colocar em prática os conhecimentos aprendidos no decorrer do curso, preparando-o para o exercício futuro da profissão;

II – Difundir a Ciência da Administração e valorizar a profissão do Administrador na organização objeto de estágio e na sociedade em geral;

III – Familiarizar o acadêmico com o comportamento sócio-econômico-político das organizações;

IV – Possibilitar o diagnóstico e análise dos procedimentos administrativos das organizações, propondo possíveis alternativas de solução aos problemas identificados, na área objeto do estágio.



CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado, caracterizado como uma atividade coletiva, será realizado a partir do 8º nível, tendo como pré-requisito o componente curricular Teorias da Administração II, e possui um total de carga horária correspondente a 90 (noventa) horas, assim distribuídos:

Quadro 21 – Resumo da carga horária do Estágio curricular supervisionada

	Carga horária			
	Total	I. Aulas teórico/práticas presenciais	II – Aulas não presenciais	III. Atividade de estágio desenvolvidas pelo estudante
Estágio curricular supervisionado	90 horas	15 horas	15 horas	60 horas

CAPÍTULO IV DAS UNIDADES CONCEDENTES DE ESTÁGIO E DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Art. 9º. As Unidades Concedentes de Estágio (UCE) serão constituídas de todas as organizações públicas e/ou privadas, localizadas no território nacional, priorizando as que estiverem localizadas na região de abrangência do *Campus* Cerro Largo no estado do Rio Grande do Sul e na região Sul do País, que estejam ou não, conveniadas junto à UFFS ou a agentes de integração de estágio que sejam conveniados com a UFFS, e que ofereçam condições para a prática profissionalizante da Administração, atendendo aos objetivos do estágio.

§ 1º. As UCES deverão oferecer condições para o planejamento e execução conjunta das atividades de estágio, aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos do campo específico de trabalho, vivência efetiva de situações reais de vida e trabalho num campo profissional.

§ 2º. O relacionamento formal entre a UFFS e a UCE, em especial a realização de convênios, deverá respeitar o estabelecido pela Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015.

Art. 10. Durante a vigência do estágio, o estagiário deve estar coberto por seguro contra



acidentes pessoais, que, no caso de estágio não-obrigatório, será contratado pela UCE ou pelo discente, e no estágio obrigatório, a contratação ficará por conta da UFFS, podendo ser assumida pela UCE, caso haja interesse, conforme dispõe a Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015.

Art. 11. A atividade de estágio desenvolvida pelo estudante, no campo de estágio, deverá ter a supervisão de um profissional da UCE (que não seja o próprio discente) e orientação de um docente da UFFS.

Art. 12. O estágio poderá ser desenvolvido em uma das seguintes áreas: Administração Geral; Administração Financeira; Administração da Produção, Logística e Materiais; Administração de Pessoas; Administração de Marketing; Administração de Cooperativas; Planejamento Estratégico; Pesquisa Operacional; Comércio Exterior; Administração Pública e Administração de Sistemas de Informação.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Art. 13. A realização do componente Estágio curricular supervisionado, bem como, do estágio não-obrigatório compreende, basicamente, as seguintes etapas:

- I – solicitação de matrícula no CCR de Estágio curricular supervisionado;
- II – escolha da UCE, da área de interesse e supervisor para realização do Estágio;
- III – definição do professor orientador;
- IV – entrega dos dados da UCE na Secretaria do Curso para elaboração do Termo de Compromisso para a formalização do estágio entre a UCE e a UFFS, conforme Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;
- V – efetivação do seguro contra acidentes pessoais antes do início das atividades práticas do estágio na UCE ;
- VI – elaboração do Plano de Atividades (PA) no início do estágio, com auxílio do supervisor e aprovação do orientador;
- VII – execução das atividades de estágio previstas no Plano de Atividades por parte do acadêmico;
- VIII – elaboração, apresentação e entrega do relatório final com os documentos



comprobatórios nos anexos;

IX – avaliação e registro das notas atribuídas;

X – conferência e arquivamento dos documentos produzidos durante a realização do estágio na secretaria do curso.

§ 1º. As etapas I e IX são realizadas apenas para o componente curricular de Estágio curricular supervisionado, correspondentes ao Estágio obrigatório.

§ 2º. Para o CCR Estágio curricular supervisionado, serão ministradas 15 horas de aulas presenciais, distribuídas conforme plano de curso, devidamente aprovado pelo colegiado do curso.

CAPÍTULO VI DAS OBRIGAÇÕES DO ACADÊMICO

Art. 14. São obrigações do acadêmico estagiário:

I – entrar em contato com a UCE na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, fornecer os dados para elaboração do Termo de Compromisso;

II – matricular-se no componente curricular Estágio curricular supervisionado, conforme previsto no projeto pedagógico do curso;

III – providenciar as assinaturas no Termo de compromisso;

IV - elaborar o Plano de Atividades de estágio;

V – participar dos seminários e das atividades de orientação do CCR;

VI – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso, o que dispõe este Regulamento, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;

VII – elaborar relatório de estágio;

VIII – respeitar os horários e normas estabelecidas pela UCE;

IX - zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para a manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio junto à mesma;

X – manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;

XI – cumprir as atividades descritas no plano de atividades do estágio, atendendo as orientações didáticas do professor orientador;

XII - comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio ao seu orientador, à coordenação de estágios do curso ou à Coordenação Acadêmica do *Campus*.



Parágrafo único. O acadêmico em estágio não obrigatório durante o período de matrícula no CCR estágio curricular supervisionado, poderá utilizar 60 horas práticas deste, condicionado ao cumprimento dos seguintes requisitos:

I. apresentar o contrato de estágio não obrigatório, em conjunto com carta de ciência da Unidade Concedente de Estágio, informando o período e horas que serão utilizados

II. o aluno deverá declarar que não utilizará estas horas para validação de ACCs ou AAs junto ao curso de Administração

III. As demais atividades do componente curricular deverão ser cumpridas

IV. O não atendimento dos itens anteriores implica na obrigação de o acadêmico apresentar um termo aditivo ao contrato, informando o período e horas de estágio obrigatório.*

* Redação acrescentada pela RESOLUÇÃO Nº 5/CCADMCL/UFFS/2021.

CAPÍTULO VII

DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 15. O supervisor de estágio será indicado pela UCE dentre seus profissionais, o qual acompanhará as atividades do acadêmico.

Parágrafo único. O supervisor de estágio deverá possuir formação ou experiência profissional na área de atuação do estagiário.

Art. 16. São atribuições do supervisor de estágio:

I. colaborar na elaboração do Plano de Atividades de estágio;

II. zelar pelo cumprimento do termo de compromisso;

III. assegurar, no âmbito da UCE, as condições de trabalho para o bom desempenho das atividades formativas dos estagiários;

IV. orientar e supervisionar as atividades de estágio, nos termos da Lei;

V. controlar a frequência do estagiário;

VI. emitir avaliação periódica sobre as atividades desenvolvidas pelo estagiário;

VII. informar à UFFS sobre os processos de estágio desenvolvidos na UCE;

VIII. participar de atividades de integração promovidas pela UFFS.



CAPÍTULO VIII DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 17. O professor orientador do estágio será escolhido pelo acadêmico dentre os professores com formação em Administração.

§ 1º. O número máximo de acadêmicos sob orientação de cada professor será definido pela Resolução Nº 40/CONSUNI/CGAE/UFFS/2022.

Art. 18. São atribuições dos professores orientadores:

I – assessorar os acadêmicos na elaboração do Plano de Atividades e do relatório de estágio;

II – acompanhar o acadêmico ou turma de acadêmicos, no desenvolvimento da atividade de estágio, no campo de Estágio;

III – orientar e acompanhar o acadêmico nas diversas etapas de realização do estágio;

IV – avaliar o processo do estágio dos acadêmicos sob sua orientação;

V – fornecer informações ao coordenador de estágios do curso de Administração;

VI – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;

VII - outras atribuições não descritas neste artigo, desde que pertinentes às atividades de estágio.

CAPÍTULO IX DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO CCR

Art. 19. O professor responsável pelo CCR será indicado pela coordenação do curso e aprovado pelo colegiado do curso no processo de ofertas de CCRs.

§ 1º. A coordenação indicará o professor para ministrar o CCR.

§ 2º. Será atribuída a carga horária correspondente a 30 (trinta) horas semestrais por turma de Estágio curricular supervisionado.

§ 3º. Esta função será exercida apenas para o componente curricular de Estágio curricular supervisionado, correspondente ao Estágio obrigatório.

Art. 20. São atribuições dos professores responsáveis pelo CCR:

I – Preparar e programar o CCR Estágio curricular supervisionado;



- II – Desenvolver o plano de curso do CCR Estágio curricular supervisionado;
- III – Ministras aulas presenciais para apresentação do CCR, discussão da Legislação pertinente ao estágio, apresentação de áreas temáticas, e orientação da elaboração do plano de atividades e do relatório de estágio;
- IV – Realizar seminários de discussão, socialização e avaliação do CCR;
- V – Realizar os registros acadêmicos necessários ao componente curricular de Estágio curricular supervisionado, incluindo os resultados das avaliações.

CAPÍTULO X

DO PLANO DE ATIVIDADES

Art. 21. O Plano de Atividades será elaborado pelo acadêmico, assessorado pelo professor orientador e pelo supervisor de estágio, e conterá, além da identificação do acadêmico e da UCE, a descrição das atividades a serem executadas durante a realização do estágio.

§ 1º. O Plano de Atividades deverá, no caso de estágio curricular supervisionado, estar concluído e aprovado pelo professor orientador até o trigésimo dia do início do semestre letivo da respectiva disciplina, de acordo com o calendário acadêmico da UFFS.

§ 2º. Para o estágio não-obrigatório, o Plano de Atividades deverá ser entregue, aprovado pelo professor orientador, até o trigésimo dia do início das atividades na UCE.

§ 3º. O modelo do plano de atividades deverá ser observado pelo acadêmico conforme modelo anexo a este regulamento.

CAPÍTULO XI

DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 22. A Coordenação de Estágio será exercida por professor designado pelo colegiado do curso de Administração.

§ 1º. Será atribuída à função de Coordenação de Estágio, a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 23 São atribuições do Coordenador de Estágio:

- I – definir, em conjunto com o colegiado do curso, encaminhamentos complementares



de estágio para o curso;

II – definir, em conjunto com o corpo de professores orientadores de estágio, os campos de Estágio;

III – promover a articulação entre a universidade e as UCE;

IV – encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;

V – fornecer informações necessárias aos professores orientadores e aos supervisores externos;

VI – coordenar, sempre que necessário, as reuniões com professores orientadores e supervisores de estágio;

VII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da Administração Acadêmica da UFFS;

VIII – acompanhar e supervisionar todas as etapas do estágio observando o que dispõe este regimento e demais normas aplicáveis, especialmente o que dispõe a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015;

IX - coordenar as atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório em nível de curso, em articulação com os professores do componente curricular, com os professores-orientadores de estágio, com a Coordenação Acadêmica e com as UCE;

X - coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso;

XI - levantar as demandas de estágio vinculadas à execução do projeto pedagógico do curso;

XII - orientar os acadêmicos de seu curso com relação aos estágios;

XIII - mapear as demandas de estágio dos semestres junto ao curso e buscar equacionar as vagas junto às UCE, de forma projetiva;

XIV - providenciar a organização da distribuição das demandas de estágio com seus respectivos campos de atuação no âmbito do curso;

XV - receber e encaminhar documentos e relatórios de estágio;

XVI - promover a socialização das atividades de estágio junto ao curso, intercursos e UCEs;

XVII - atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do curso.

CAPÍTULO XII

DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO



Art. 24 O acadêmico elaborará, ao final de suas atividades de estágio, um relatório contendo, principalmente, a descrição das atividades realizadas e análise crítica das mesmas, relacionando teoria e prática.

Parágrafo único. O modelo do relatório de atividades deverá ser observado pelo acadêmico conforme modelo anexo a este regulamento.

CAPÍTULO XIII

DA AVALIAÇÃO

Art. 25. A avaliação do estágio, quando corresponder ao CCR de Estágio curricular supervisionado, será realizada pelo professor responsável pelo CCR, pelo professor orientador, pelo supervisor na UCE, o qual se respeitará o sistema de avaliação adotado pela UFFS.

§ 1º. A avaliação será finalizada quando todos os requisitos previstos neste regulamento forem atendidos, como entrega, na Secretaria Geral de Graduação, do Termo de Compromisso de Estágio, devidamente assinado e ao professor do CCR, do Plano de Atividades de Estágio com termo de ciência do orientador e do supervisor e entrega do Relatório Final de Estágio

§ 2º. O professor orientador poderá solicitar ao acadêmico, correções e/ou alterações no seu relatório. Em qualquer caso a avaliação somente será realizada quando da entrega final do relatório.

§ 3º. A não observância, pelo acadêmico, de suas obrigações, em especial referentes aos prazos estabelecidos para as diversas atividades da respectiva disciplina pode acarretar na sua reprovação na mesma.

§ 4º. A avaliação do CCR de Estágio Curricular Supervisionado será realizada em uma única unidade avaliativa, com dois instrumentos de avaliação: a primeiro, correspondendo a 80% da média final, obtida pela média aritmética simples das avaliações do Supervisor de Estágio, do Professor Orientador e do professor do CCR, atribuídas conforme formulários em anexo. Nesta avaliação será considerada a participação do acadêmico nas atividades do estágio e o Relatório Final. O segundo instrumento, atribuído pelo professor do CCR, conforme formulário em anexo, com peso de 20% na média final, para a apresentação do Relatório de Estágio, realizada em sala de aula.



§ 5º. Caso o acadêmico não atinja a nota mínima para aprovação, precisará refazer o relatório final de estágio, em um prazo de 10 dias.

CAPÍTULO XIV

DA CONVALIDAÇÃO E APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS EM EXERCÍCIO

Art. 26. Os acadêmicos que já exercem atividades profissionais na área de Administração, como proprietário de empresa ou funcionário de empresa pública e/ou privada, estão sujeitos às determinações deste regulamento.

Art. 27. Os acadêmicos, sócios ou funcionários de empresas, que desempenhem ou tenham desempenhado funções gerenciais, de pesquisa ou de planejamento durante o período de graduação na UFFS, podem requerer a convalidação de suas atividades, substituindo as horas práticas de estágio do CCR Estágio Curricular Supervisionado, desde que tenham exercido as funções em tempo não inferior a 300 horas/atividade.

Art. 28. Para a avaliação do pedido de convalidação e aproveitamento de atividades profissionais em exercício, para fins do estágio Curricular supervisionado obrigatório, o acadêmico deve apresentar, para o professor do CCR, os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo componente curricular:

I- Declaração da organização onde atua, dirigida a UFFS, em papel timbrado, devidamente assinado e carimbada pelo representante legal da organização, indicando o cargo ocupado, tempo e funções desempenhadas pelo acadêmico;

II- Cópia do Contrato Social, devidamente registrado, cartão do CNPJ atualizado da empresa e comprovação de que se trata de empresa ativa, caso o acadêmico participe do quadro societário da organização;

III- Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, das páginas de qualificação civil, identificação, Contrato de Trabalho e alterações realizadas, tratando-se de empregado;

IV – Cópia do Talão do Produtor, no caso de Produtor Rural;

V – Cópia da Inscrição Estadual e Alvará de Funcionamento, quando se tratar de Agroindústria Familiar, sem CNPJ.



VI – Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, conforme modelo em anexo.

§ 1º. O pedido de convalidação deve ser examinado pela coordenação de estágio, que emitirá seu parecer. Uma vez indeferida a Convalidação, o acadêmico está sujeito ao cumprimento de todas as etapas e atividades relativas ao estágio curricular supervisionado, objeto deste regulamento.

§ 2º. No caso de parecer positivo da coordenação de estágio, o acadêmico será submetido aos mesmos critérios de avaliação dos demais matriculados no CCR Estágio curricular supervisionado. § 3º. Quando o acadêmico for Microempreendedor Individual (MEI) ou Empresário Individual, será dispensada a avaliação do Supervisor de Estágio.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. O acadêmico poderá realizar, em qualquer período do curso, estágio não-obrigatório, o qual obedecerá ao exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais referentes ao curso, à legislação de estágios vigente e à regulamentação de estágios da UFFS, além do previsto neste regulamento, devendo ser realizado nas áreas citadas no Art. 12.

Art. 30. As demais orientações e casos omissos serão resolvidos pela coordenação do curso e/ou a coordenação de estágios, sujeitos à aprovação do colegiado do curso, nos limites da respectiva competência.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Estágio Curricular Supervisionado**

**PLANO DE ATIVIDADE DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
PARA A EMPRESA**

Estagiário

CERRO LARGO, MÊS, ANO



DADOS DO ESTÁGIO

-Estagiário(a): (Nome completo, CPF, Idade, Sexo, Matrícula; dados do curso, e-mail de contato e telefone de contato).

-Orientador (a): (Nome completo, CPF, titulação, área de orientação, e-mail de contato).

-Supervisor (a): (Nome completo, CPF, titulação ou experiência na área, área de orientação, e-mail de contato e telefone de contato).

-Unidade Concedente de Estágio (UCE): (Razão Social, CNPJ, endereço completo, e setor de atuação do estágio).

-Nº do termo de convênio da UCE com a UFFS: (caso haja).

-Vigência do estágio: (dias em que realizará o estágio e horas, totalizando no mínimo 60 horas práticas).



PLANO DE ATIVIDADE

I. Identificação

Caracterização da empresa e da área de estágio:

- a) Razão social da Empresa.
- b) Descrição geral da empresa geral (histórico da organização, tamanho da organização, setor de atuação).
- b) Responsável: (dados do supervisor, atividades que desenvolvem na organização).
- b) Local da empresa: mencionar onde se realizará a atividade de estágio (endereço, contato, e-mail e telefone, atividades que são desenvolvidas no local).

II. Objetivos

- a) Relatar o objetivo geral do estágio.
- b) Relatar os objetivos específicos do estágio.

III. Programação:

Elencar o roteiro das atividades e/ou acontecimentos a serem realizados durante o evento ou atividade.

- a) Elencar as atividades a serem desenvolvidas;
- b) Descrever cada atividade a ser desenvolvida;
- c) Apresentar, em horas, o tempo a ser destinado para cada atividade.

Quadro 1 – Título

Atividades	Descrição das atividades	Horas para as atividades

Fonte:



Apêndices: São documentos auxiliares tais como: tabelas, gráficos, organogramas, formulários, fotos, documentos, etc. elaborados pelos autores do trabalho.

Anexos: São documentos auxiliares tais como: mapas, organogramas, fotos, documentos, etc. que não são de autoria dos autores do trabalho.

Obs: Os apêndices ou anexos não são elementos obrigatórios, mas quando utilizado, devem estar citados no texto.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO
Estágio Curricular Supervisionado

CARTA DE CIÊNCIA DO PLANO DE ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDO
DURANTE O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Declaramos para os devidos fins que estamos cientes do Plano de Atividade do Estágio Curricular Supervisionado de _____ junto a empresa _____, na área _____.

Cerro Largo, RS ___ de _____ de 20 ___.

Assinatura: _____

Professor (a) Orientador

Assinatura: _____

Supervisor (a) da Unidade Concedente

Assinatura: _____

Coordenador (a) de estágio do Curso de Administração *Campus* Cerro Largo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO
Estágio Curricular Obrigatório**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADE DE ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO DA EMPRESA**

Estagiário

CERRO LARGO, MÊS, ANO



DADOS DO ESTÁGIO

-Estagiário(a): (Nome completo, CPF, Idade, Sexo, Matrícula; dados do curso, e-mail de contato e telefone de contato).

-Orientador (a): (Nome completo, CPF, titulação, área de orientação, e-mail de contato).

-Supervisor (a): (Nome completo, CPF, titulação ou experiência na área, área de orientação, e-mail de contato e telefone de contato).

-Unidade Concedente de Estágio (UCE): (Razão Social, CNPJ, endereço completo, e setor de atuação do estágio).

-Nº do termo de convênio da UCE com a UFFS: (caso haja).

-Vigência do estágio: (dias em que realizará o estágio e horas, totalizando no mínimo 60 horas práticas).



INTRODUÇÃO

- Introduzir o conteúdo, bem como, a função do presente relatório.
- Apresentar os objetivos gerais e específicos (os quais estavam no plano de atividades).
- Apresentar genericamente a sistemática de realização do estágio.
- Citar o trabalho com orientador e supervisor, apresentando seus nomes e formação e/ou experiência profissional.
- Pode conter teoria sobre a importância do estágio e relação teoria x prática, bem como os principais autores que utilizou para o estudo.



A EMPRESA

Apresentar a realidade da empresa, na qual será descrito todo o histórico da organização, a missão, a visão, a estrutura organizacional (**organograma:** destacando o local onde atuou), as atividades desenvolvidas pelo estagiário na organização, os sistemas de administração, os sistemas de comunicações, as tecnologias utilizadas e os sistemas de avaliação de resultados.

Obs: Caso a organização não tenha organograma o mesmo deve ser criado.



ANÁLISE CRÍTICA

Escolher um processo (**atividade**), identificando a sua localização na estrutura organizacional, o seu objetivo, o pessoal envolvido e a qualificação profissional necessária para exercer a função na atividade escolhida, a tecnologia utilizada, a descrição do funcionamento de todo o processo, bem como a elaboração do mapeamento dos fluxos de trabalho através de um fluxograma, utilizando métodos e técnicas que permitam avaliar o processo quanto à sua eficiência e eficácia, com o objetivo de comparar teoria x prática.

Fazer uma **intervenção (real ou hipotética)** na realidade organizacional do processo escolhido de forma a aperfeiçoar o funcionamento do fluxo de trabalho previamente descrito e analisado. Identificar os problemas no processo antes da intervenção e representar o aperfeiçoamento, descrevendo o funcionamento do processo reestruturado comparando o fluxograma antes da intervenção com o reestruturado e descrever de que forma serão implementadas as mudanças, em relação às pessoas e aos processos, utilizando para isso, os conhecimentos até então adquiridos em sua formação.



METODOLOGIA

-Descrição de atividades:

Descrever as atividades que foram realizadas durante o estágio.

Citar o período (em datas e horários) em que foram realizadas as atividades de estágio, caso houve a realização de atividades distintas em períodos distintos apresentar um cronograma de realização de atividades.

-Horário de realização das Atividades.

Colocar em anexo a ficha de frequência (conforme modelo).

- Base teórica que utilizou (caso haja).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Descrever se o estágio atendeu as expectativas.
- Apresentar as limitações e dificuldades encontradas e como foram resolvidas e/ou contornadas.
- Colocar se as potencialidades apresentadas no plano de estágio se concretizaram.
- Apresentar como a experiência da sistematização escrita deste documento foi desenvolvida e quais as contribuições para a sua formação acadêmica.
- Colocar se os objetivos propostos no plano de atividades foram alcançados ou não, discutindo e/ou justificando o alcance, alcance parcial ou o não alcance desses objetivos.
- Apresentação da importância das atividades que foram desenvolvidas para a formação.
- Apresentar a relação que as atividades que foram desenvolvidas têm com os conhecimentos trabalhados no curso
- Descrever a importância do estágio para a sua formação acadêmico-profissional.
- Descrever a importância do estágio para a sua formação social (pessoal).
- Agradecimentos (opcional).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caso existam citações ao longo do plano de atividades.



ANEXOS

ANEXO 1 e 2 (obrigatório)

- Relatório de Avaliação do Supervisor(a): Mencionando conhecimento do relatório de atividades de estágio e dando parecer de aprovação.
- Formulário de avaliação do supervisor(a).

ANEXO 3 (obrigatório)

- Formulário de avaliação do professor(a) orientador(a).

ANEXO 4 (obrigatório)

- Fichas de frequência do estagiário(a): devidamente preenchidas e assinadas pelo supervisor.

ANEXO 5 (obrigatório)

- Atas de acompanhamento de orientação.

ANEXO 6

- Itens a serem avaliados pelos professores da disciplina.

Obs.: Podem ser acrescentados outros anexos.



ANEXO 1

MODELO DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Obs:

Deverá ser feita em papel timbrado da empresa, constando:

Razão social, endereço completo, telefone, site ou e-mail e o CNPJ.

Cerro Largo, ____ de _____ de 20 ____

Declaração

Declaro para os devidos fins, que o (a) Sr.(a) (nome do aluno)....., aluno (a) da Universidade Federal da Fronteira Sul, matriculado (a) no Curso de Administração, matrícula nº., realizou nesta empresa, no (a).....(setor), no período de de de à de de, (descrever as atividades desenvolvidas), tendo cumprido a carga horária diária de horas, perfazendo um total de XXXXX horas a título de estágio curricular supervisionado, demonstrando (descrever a avaliação do desempenho, a qualidade do trabalho, o nível de conhecimento, o comportamento individual ou em grupo, etc..).....

Atenciosamente,

Identificação do responsável direto pelo estagiário
(nome, cargo, carimbo, assinatura)



ANEXO 2

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELA UCE

Nome do estagiário (a): _____

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	PESO	NOTA
Envolvimento e interesse (dedica-se ao trabalho com interesse)	1,5	
Produtividade e proatividade (responde suas atividades e resolve problemas com facilidade)	2,0	
Responsabilidade (assume suas responsabilidades e cumpre prazos)	2,0	
Assiduidade	1,5	
Disciplina	1,5	
Criatividade	1,5	
TOTAL	10,0	

Observações

Cerro Largo, ____ de _____ de 20 ____.

Supervisor de estágio



ANEXO 3

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO(A) – ORIENTADOR(A)

Nome do estagiário (a): _____

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	PESO	NOTA
Envolvimento e interesse (dedica-se ao trabalho com interesse)	2,0	
Produtividade científica (elabora texto de qualidade)	2,0	
Responsabilidade (assume suas responsabilidades e cumpre prazos)	2,0	
Clareza e objetividade (consegue contextualizar ideias e objetivos de forma clara e coerente)	2,0	
Organização textual	2,0	
Total	10,0	

Observações

Cerro Largo, ____ de _____ de 20 ____.

Orientador temático



ANEXO 5

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	PESO	NOTA
1 Trabalho Escrito		
1.1 Cumprimento dos itens pedidos	1,5	
1.2 Qualidade da escrita	2,5	
1.3 Capacidade de síntese e apresentação de dados	3,0	
1.4 Organização textual: coesão e coerência	2,5	
1.5 Normas da ABNT e formatação	0,5	
Total Professor do CCR	10,0	
Nota atribuída pelo Supervisor		
Nota atribuída pelo Professor Orientador		
Média Parcial (Professor, Orientador e Supervisor)		
Nota Parcial I (80%)		
2 Apresentação Oral		
2.1 Objetividade e clareza na exposição	1,0	
2.2 Domínio do assunto	1,5	
2.3 Utilização adequada de recursos e tempo	0,5	
Nota Parcial II	3,0	
MÉDIA FINAL (Nota Parcial I + Nota Parcial II)		
	10,0	



ANEXO 6



ATAS DE ACOMPANHAMENTO DA ORIENTAÇÃO – CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

() Estágio Curricular Supervisionado

Aluno(a):

Orientador(a):

ENCONTROS E DATAS	TAREFAS			Assinaturas	
	REALIZADAS	SOLICITADAS	Próximo encontro	Prof.(a)	Aluno(a)
Encontro nº ____ Data:					
Encontro nº ____ Data:					
Encontro nº ____ Data:					
Encontro nº ____ Data:					
Encontro nº ____ Data:					
Encontro nº ____ Data:					
Encontro nº ____ Data:					
Encontro nº ____ Data:					



ANEXO II – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES OU ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Dispõe sobre a participação dos acadêmicos do curso de Administração em Atividades Curriculares Complementares, em atendimento ao que prevê o Projeto Pedagógico de Administração e Resolução N° 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Entende-se por Atividades Curriculares Complementares (ACC) ou Atividades Autônomas (AAs) do curso de Administração aquelas realizadas pelo acadêmico, de livre escolha e que possibilitam à complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas emergentes ligados à Administração, ao mesmo tempo em que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e/ou interdisciplinares, bem como, o desenvolvimento das habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso.

Art. 2º Os objetivos das AAs são: ampliar o currículo obrigatório; aproximar o acadêmico da realidade social e profissional; propiciar a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Art. 3º - As AAs propiciam ao curso a flexibilidade exigida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

CAPÍTULO II FORMAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 4º As AAs têm carga horária mínima prevista de 180 horas, divididas em nove modalidades, conforme indicadas nos capítulos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, deste Regulamento.



Art. 5º As atividades somente serão aceitas se realizadas após o ingresso do acadêmico na UFFS, as quais serão comprovadas mediante apresentação dos documentos expostos no Capítulo XIII, deste Regulamento.

Art. 6º As AAs serão avaliadas e reconhecidas semestralmente, por professores ou TAEs designados pela coordenação do curso ou pelo colegiado, e, nos casos de ACCs ou AAs relacionadas com as atividades de extensão elas serão avaliadas pelo Coordenador(a) Adjunto de Extensão do curso.

Parágrafo Único. As AAs têm carga horária mínima de 100 horas em atividades de extensão.

CAPÍTULO III

DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO E PROJETOS DE EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA INSTITUCIONAL

Art. 7º Entende-se por programa/projeto de extensão institucional, os programas de extensão vinculados à UFFS e outras instituições.

Art. 8º Os acadêmicos bolsistas e voluntários que desenvolvem projetos aprovados terão direito a apropriação de 90 (noventa) horas e, caso os resultados do projeto sejam apresentados em evento, terá direito ao cômputo de 30 (trinta) horas adicionais.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO IV

DAS MONITORIAS E ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Art. 9º Consideram-se monitorias e estágios não obrigatórios as atividades realizadas em sala de aula e nos espaços destinados à formação profissional que tenham estreita relação com atividades exercidas no campo da Administração.

Art. 10 Cada monitoria e/ou estágio desenvolvido equivale até 60 (sessenta) horas,



totalizando, no máximo 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO NA EMPRESA JÚNIOR

Art. 11 A participação na Empresa Júnior pode se dar de três formas:

- I. Participação como dirigente: 90 (noventa) horas por ano.
- II. Participação como membro efetivo: 60 (sessenta) horas por ano.
- III. Participação na execução de projetos de consultoria: limitado a 90 (noventa) horas.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO VI

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E TESTES DE PROFICIÊNCIA

Art. 12º Consideram-se cursos de aperfeiçoamento os cursos, os minicursos e outras atividades que propiciem aperfeiçoamento do acadêmico, entre eles, as semanas acadêmicas do próprio curso, bem como a participação e aprovação em testes de proficiência (por exemplo, TOEFL ITP, TOEFL IBT, TOEIC, IETLS). Serão considerados cursos presenciais e a distância. A carga horária mínima por atividade referente aos cursos de aperfeiçoamento é de 8 (oito) horas (exceto as com certificação parcial por evento durante a semana acadêmica do curso), até o limite de 30 (trinta) horas. Já a participação no teste de língua inglesa TOEFL/ITP, será validado como correspondente a 2 (duas) horas de Atividade Curricular Complementar, e a comprovação de proficiência em língua estrangeira através de testes de nível, diplomas e certificados, será validada como 15 (quinze) horas por teste.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO VII

DAS VIAGENS DE ESTUDO



Art. 13º Serão consideradas viagens de estudo, aquelas programadas e/ou acompanhadas por professor da UFFS, destinadas a ampliar os conhecimentos a respeito de temáticas tratadas em sala de aula ou para atualização de conteúdos.

Parágrafo Único. Para cada dia de viagem será computado 8 (oito) horas e o conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO VIII

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS: CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, JORNADAS E OUTROS

Art. 14º Será considerada a participação nos seguintes eventos: congressos, seminários, simpósios, semanas acadêmicas de outros cursos, conferências, colóquios, jornadas acadêmicas, palestras, oficinas, mesas redondas, painéis, encontros, fóruns, ciclos e outros de natureza similar (culturais, artísticas e esportivas/JUFFS).

I. Para estas atividades a carga horária mínima por evento é de 2 (duas) horas, totalizando até 30 (trinta) horas por evento.

II. Na condição de apresentador de trabalho ou palestrante, o acadêmico terá direito a adicional de 15 (quinze) horas por trabalho ou palestra.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO IX

DA PUBLICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Art. 15º A cada artigo publicado em revista científica indexada (com Qualis) serão computados 60 (sessenta) horas e não indexada 30 (trinta) horas.

Art. 16º A cada publicação em anais de eventos científicos e/ou extensão serão computados 30 (trinta) horas por artigo completo e 15 (quinze) horas para resumo ou resumo



expandido.

Art. 17º Será atribuído 30 (trinta) horas para a participação na organização de eventos.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO X

DAS DISCIPLINAS ISOLADAS E/OU CURSOS SEQUENCIAIS DE GRADUAÇÃO

Art. 18º A disciplina isolada será atribuída a sua própria carga horária do CCR, sendo a carga horária máxima de 90 (noventa) horas.

Parágrafo Único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO XI

DA PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADO DE CURSO, ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES E GRUPOS ARTÍSTICO CULTURAIS CREDENCIADOS OU REGULARMENTE CONSTITUÍDOS

Art. 19º A participação, na condição de representante, em colegiado do curso, órgãos colegiados superiores da UFFS e membro de grupos artísticos culturais credenciados ou regularmente constituídos e vinculados à UFFS, podem totalizar até 30 (trinta) horas por ano de participação, até o máximo de 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO XII

DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 20º Para validar as AAs o acadêmico deverá fazer a solicitação direto no sistema acadêmico, conforme período indicado no calendário acadêmico do semestre, preencher os dados dos eventos e anexar os arquivos comprobatórios das atividades desenvolvidas.



Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a atestados, certificados ou declarações e, no caso de publicações científicas, a cópia das mesmas.

Art. 21º Os responsáveis por avaliar os pedidos deverão, acessar o sistema acadêmico, analisar a categoria de cadastro e alterar registro (caso seja necessário) conferir documentos comprobatórios, conferir lançamentos anteriores em um controle manual de horas (para evitar duplicidade), por meio de um controle manual de horas informando quantidades de horas validadas, e, realizar a análise, deferindo ou indeferindo os pedidos no histórico do acadêmico, além de, no sistema em uso, informar a coordenação do curso para os demais encaminhamentos. Desse modo, o controle da carga horária máxima aproveitada do Grupo por meio de uma planilha, de forma manual.

Art. 22º As AAs serão validadas de acordo com as seguintes cargas horárias máximas:

Capítulo/grupo	Carga horária do Grupo		Atividades realizadas	Carga horária máxima da atividade
	Min	Max		
III Dos programas e projetos de extensão e iniciação científica institucional	0h	120h	I Participação como bolsista (extensão)*	90h
			II Participação como voluntário (extensão)*	90h
			III Publicação de trabalho (extensão)*	30h
			IV Participação como bolsista (iniciação científica)	90h
			V Participação como voluntário (iniciação científica)	90h
			VI Publicação de trabalho (iniciação científica)	30h
IV Das monitorias e estágios não obrigatórios	0h	90h	I Participação como monitor	60h
			II Participação em estágio não obrigatório	60h
V Da participação na empresa júnior	0h	120h	I Participação como dirigente*	90h
			II	60h



Capítulo/grupo	Carga horária do Grupo		Atividades realizadas	Carga horária máxima da atividade
	Min	Max		
			Participação como membro efetivo*	
			III Participação em projetos (horas do projeto)*	90h
VI Cursos de aperfeiçoamento e testes de proficiência	8h	90h	I Cursos de aperfeiçoamento	30h
	0h	15h	II Comprovação de proficiência em língua estrangeira através de testes de nível, diplomas e certificados.	60h
	0h	2h	III Participação no teste de língua inglesa TOEFL/ITP	2h
VII Das viagens de estudo	0h	90h	I Viagens de estudo*	90h
VIII Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros	2h	90h	I Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros como ouvinte	30h
			II Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros como apresentador ou palestrante	15h
IX Da publicação e organização de eventos	0h	90h	I Artigo publicado em revista científica indexada com Qualis*	60h
			II Artigo publicado em revista científica não indexada*	30h
			III Publicação de artigo completo em anais de eventos científicos ou de extensão*	30h
			IV Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de eventos científicos ou de extensão*	15h
			V Organização de eventos*	30h
X Das disciplinas isoladas	0h	90h	I Participação em disciplina	Carga horária da disciplina cursada



Capítulo/grupo	Carga horária do Grupo		Atividades realizadas	Carga horária máxima da atividade
	Min	Max		
e/ou cursos sequenciais de graduação			isolada	
XI Da participação em colegiado de curso, órgãos colegiados superiores e grupos artístico culturais credenciados ou regularmente constituídos	0h	90h	I Da participação em colegiado de curso, órgãos colegiados superiores e grupos artístico culturais credenciados ou regularmente constituídos	30h

*Atividades registradas como extensão no histórico escolar discente.

Ademais, atendendo ao Art 9º da Resolução nº 93 - CONSUNI/UFFS/2021, no quadro a seguir são apresentadas as AACs ou AA, que possibilitam ao aluno o papel de protagonista na ação de extensão e que deverão perfazer um total de 100 (cem) horas, conforme estrutura curricular deste PPC.

Grupo	Atividades de extensão realizadas	Carga horária da atividade
Dos programas e projetos de extensão e iniciação científica institucional	Participação como bolsista (extensão)*	90h
	Participação como voluntário (extensão)*	90h
	Publicação de trabalho (extensão)*	30h
Da participação na empresa júnior	Participação como dirigente*	90h
	Participação como membro efetivo*	60h
	Participação em projetos (horas do projeto)*	90h
Das viagens de estudo	Organização de Viagens de estudo*	90h
Da publicação e organização de eventos	Artigo publicado em revista científica indexada com Qualis*	60h
	Artigo publicado em revista científica não indexada*	30h
	Publicação de artigo completo em anais de eventos científicos ou de extensão*	30h
	Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de eventos científicos ou de extensão*	15h
	Organização de eventos*	30h

CAPÍTULO XIII

DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23º São documentos comprobatórios das AAs:



Capítulo/grupo	Atividades realizadas	Comprovante
III Dos programas e projetos de extensão e de iniciação científica institucional	I e IV Participação como bolsista	Certificado contendo período e carga horária com cópia do relatório de avaliação e/ou Declaração/Atestado da UFFS.
	II e V Participação como voluntário	Certificado contendo período e carga horária com cópia do relatório de avaliação e/ou Declaração/Atestado Da UFFS.
	III e VI Publicação de trabalho	Cópia do artigo e da Revista/Jornal contendo o corpo editorial (data, páginas, autor(es)) ou certificado de publicação.
IV Das monitorias e estágios não obrigatórios	I Participação como monitor	Atestado Certificado e relatório/declaração do professor contendo período e carga horária
	II Participação em estágio não obrigatório	Atestado Certificado concedido pela Divisão de Estágio da UFFS com período ou documento emitido por órgão agenciador oficial, carga horária e atividades desenvolvidas.
V Da participação na empresa júnior	I Participação como dirigente	Cópia da ata de posse e declaração com carga horária ou Atestado.
	II Participação como membro efetivo	Cópia da ata de posse e declaração com carga horária ou Atestado.
	III Participação em projetos (horas do projeto)	Certificado ou Atestado de participação contendo período e carga horária.
VI Cursos de aperfeiçoamento	I Cursos de aperfeiçoamento	Certificado ou Atestado contendo período, carga horária e frequência
VII Das viagens de estudo	I Viagens de estudo	Atestado de participação contendo período e carga horária.
VIII Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros	I Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros como ouvinte	Certificado ou Atestado contendo período, carga horária e frequência
	II Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros como apresentador ou palestrante	Certificado ou Atestado de apresentação ou palestrante contendo período.
IX Da publicação e organização de eventos	I Artigo publicado em revista científica indexada com Qualis	Cópia do artigo e da Revista/Jornal contendo o corpo editorial (data, páginas, autor(es)) ou Certificado de Publicação.
	II Artigo publicado em revista científica não indexada	Cópia do artigo e da Revista/Jornal contendo o corpo editorial (data, páginas, autor(es)) ou Certificado de Publicação.
	III Publicação de artigo completo em anais de eventos	Cópia do artigo e Anais do evento indicando a publicação.



Capítulo/grupo	Atividades realizadas	Comprovante
	científicos ou de extensão	
	IV Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de eventos científicos ou de extensão	Cópia do resumo e Anais do evento indicando a publicação.
	V Organização de eventos	Declaração/certificado ou Atestado, com carga horária da comissão organizadora
X Das disciplinas isoladas e/ou cursos sequenciais de graduação	I Participação em disciplina isolada	Plano de curso e histórico escolar e/ou certificado da disciplina.
XI Da participação em colegiado de curso, órgãos colegiados superiores e grupos artístico culturais credenciados ou regularmente constituídos	I Da participação em colegiado de curso, órgãos colegiados superiores e grupos artístico culturais credenciados ou regularmente constituídos	Atestado com carga horária do colegiado/órgão superior ou grupo artístico.

Art. 24º Cabe ao professor ou TAE que realizará a análise avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e o PPC do curso de Administração.

Art. 25º Para os casos de ACCs e AAs relacionadas com as atividades de extensão o Coordenador(a) Adjunto de Extensão do curso fará a análise dessas ACCs ou Aas.

Art. 26º Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos pelo colegiado do curso de Administração.



ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. O TCC é um requisito para a obtenção do título de Bacharel do curso de Administração, *Campus* Cerro Largo.

Art. 2º. O TCC, caracterizado como uma atividade coletiva deve ser redigido e apresentado pelo acadêmico, publicamente, em banca examinadora.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO TCC

Art. 3º. São objetivos do TCC de Administração:

I - Proporcionar ao acadêmico a construção de um estudo formal, utilizando os conhecimentos assimilados ao longo do curso de Administração;

II – Propiciar ao acadêmico condições de refletir e interpretar criticamente sobre os conteúdos teóricos do curso de Administração;

III – Identificar uma problemática no campo da Administração e propor resoluções;

IV - Fornecer elementos que possibilitem a materialização da autonomia intelectual do acadêmico do curso de Administração.

CAPÍTULO III DAS ÁREAS DE PESQUISA PARA O TCC

Art. 4º. O TCC poderá ser desenvolvido em uma das seguintes áreas: Administração Geral; Administração Financeira; Administração da Produção, Logística e Materiais; Administração de Pessoas; Administração de Marketing; Administração de Cooperativas; Planejamento Estratégico; Pesquisa Operacional; Comércio Exterior; Administração Pública e Administração de Sistemas de Informação.

CAPÍTULO IV



DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DO TCC

Art. 5º. Para a realização do TCC o acadêmico deverá estar matriculado na disciplina de TCC e ter aprovação na disciplina de Projeto de trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO V

DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º. A proposta elaborada pelo acadêmico na disciplina de PTCC deverá, sob o acompanhamento de professor orientador, conter os elementos estruturais necessários para viabilizar a realização do Trabalho de conclusão de curso, conforme o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS.

§1º. O projeto deverá ser elaborado e aprovado no decorrer da disciplina de Projeto de trabalho de conclusão de curso.

§2º. A disciplina de PTCC fornecerá os referenciais metodológicos e de normatização necessários e adequados à elaboração do projeto.

§3º Quando entendido pelo professor orientador que necessário, é possível a participação de um coorientador ao trabalho, sendo este professor que ministre ou já tenha ministrado disciplinas no Curso de Administração.

Art. 7º. O PTCC será encaminhado pelo professor orientador a dois professores pareceristas, conforme cronograma da disciplina, que realizará avaliação mediante parecer descritivo.

Parágrafo único. A avaliação da disciplina de PTCC corresponderá à média das notas atribuídas pelos dois membros pareceristas, pelo professor orientador e pelo professor da disciplina, indicados nos respectivos pareceres descritivos.

Art. 8º. O processo de avaliação compreenderá:

I – O relatório redigido nas normas de trabalhos acadêmicos da UFFS.

§1º. Será aprovado o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) na média aritmética das notas atribuídas pelos dois membros pareceristas, pelo professor orientador e pelo professor da disciplina.



§2º. Se os pareceristas julgarem o trabalho insuficiente será solicitado as reformulações em formulário para avaliação do PTCC (ANEXO A), proporcionando nova oportunidade de aprendizagem e avaliação ao acadêmico.

§3º. O aluno terá o prazo de 10 dias, a contar da data de devolução do último parecer recebido pelo orientador, para refazer o trabalho ou efetuar as alterações sugeridas pelos pareceristas, sendo a sua aprovação condicionada à revisão e avaliação realizada pelo professor orientador e comunicada por escrito ao professor do componente curricular.

§4º A nota dada pelo orientador, após ajustes realizados pelo acadêmico, torna-se substitutiva da média anteriormente obtida.

§5º. Em caso de plágio, integral ou parcial, o aluno será reprovado.

CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 9º. A execução dos trabalhos corresponde à realização, pelo aluno, de TCC coerente com a temática e a proposta defendida no projeto de TCC, em conformidade com o cronograma estabelecido neste, observando as determinações e orientações de seu professor orientador.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 10. Cada trabalho será avaliado por uma banca examinadora, que será composta pelo professor orientador, que a presidirá, e por mais dois membros indicados pelo professor orientador.

§1º. Pelo menos um dos componentes da banca examinadora deve atuar no curso de Administração.

§2º. Poderá haver a participação de um Administrador como 4º membro da banca examinadora.

§3º. O professor responsável pelo componente curricular de TCC divulgará e convidará a comunidade acadêmica para acompanhamento das bancas de avaliação dos trabalhos realizados.



Art. 11. A banca considerará, para a composição do resultado final da avaliação o relatório escrito que representará 80% e a apresentação oral do aluno que corresponderá aos restantes 20%, conforme ANEXO B.

CAPÍTULO VII

DA APRESENTAÇÃO ORAL

Art. 12. A apresentação oral será realizada pelo aluno perante a banca examinadora, quando relatará o desenvolvimento e os resultados obtidos com o seu trabalho.

§1º. O professor orientador definirá data, horário e local em que a apresentação oral será realizada, tendo em vista o calendário do componente curricular para o semestre letivo.

§2º. Cabe ao professor orientador dar ciência ao professor responsável pelo componente curricular TCC e aos membros da banca examinadora sobre a data, o horário e o local em que a apresentação oral será realizada.

§3º. Cabe ao professor orientador, auxiliado pelo professor responsável pelo componente curricular Trabalho de conclusão de curso, definir e atuar na obtenção dos recursos materiais necessários à apresentação.

§4º. O colegiado do curso de Administração estabelecerá as dinâmicas a serem observadas nas apresentações orais.

§5º. O colegiado do curso de Administração poderá autorizar a realização da apresentação oral de forma remota, por videoconferência.

CAPÍTULO VIII

DO RELATÓRIO DO TCC

Art. 13. O relatório escrito deverá conter todas as informações referentes ao trabalho.

§1º. O relatório de TCC, em formato eletrônico, deve seguir o manual de trabalhos acadêmicos da UFFS.

§2º. O aluno deverá entregar seu relatório, via e-mail, para o professor orientador, a ser avaliado pela banca, como versão preliminar, observando os prazos estabelecidos no calendário do componente curricular para o semestre letivo, condicionada à autorização do avaliador, conforme ANEXO C.

§3º. Será aprovado o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) na média



aritmética das notas atribuídas pelos três membros da banca examinadora; caso contrário se tem a reprovação do acadêmico no CCR.

§4º. Se a banca examinadora julgar o trabalho aprovado, porém condicionados a ajustes maiores, a mesma deverá solicitar reformulações em ata de defesa de TCC (ANEXO D), que será lida pelo professor orientador ao final da realização da banca de defesa, proporcionando nova oportunidade de aprendizagem e avaliação ao acadêmico.

§5º. O aluno terá o prazo de 10 dias, a contar da data da apresentação oral, para refazer o trabalho ou efetuar as alterações sugeridas pela banca examinadora, sendo a sua aprovação condicionada à revisão e avaliação realizada pelo professor orientador e comunicada por escrito ao professor do componente curricular.

§6º. Cabe ao professor responsável pelo componente curricular TCC realizar o registro no diário de classe das notas e recuperações.

§7º. Em caso de plágio, integral ou parcial, o aluno será reprovado.

§8º. A versão final do TCC deverá ser entregue conforme a normalização de trabalhos descrita no sítio da biblioteca da UFFS após a ciência do orientador no termo de autorização de entrega de TCC (ANEXO E).

CAPÍTULO IX

DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 14. O professor orientador deverá ser professor do curso de Administração e formalizar a orientação por meio do Aceite de Orientação (ANEXO F).

§1º. A critério do orientador, o TCC poderá também ser acompanhado por um coorientador.

§2º. Não é necessário que o coorientador seja professor do curso de Administração.

Art. 15. A metodologia de orientação e acompanhamento dos trabalhos é de responsabilidade e competência do professor orientador.

§1º. O professor orientador deve apresentar ao acadêmico, no início das atividades, a metodologia a ser adotada para a realização do trabalho.

§2º. O professor orientador adotará para o controle das atividades realizadas pelo acadêmico o Formulário de Registro de Orientação, conforme ANEXO G.



Art. 16. É responsabilidade do professor orientador observar o cumprimento, pelo aluno, das disposições contidas nesta regulamentação, especialmente as que se referem a prazos e adequação aos formatos estabelecidos, além do atendimento às recomendações das bancas que avaliam seu projeto ou trabalho.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Toda e qualquer prorrogação nos prazos estabelecidos para os componentes curriculares PTCC e TCC, de forma individual ou coletiva, deve ser solicitada por escrito pelo professor orientador ao professor responsável pelo componente curricular Trabalho de conclusão de curso, o qual decidirá pelo acolhimento da mesma.

§1º. O prazo máximo para prorrogação será de 10 dias, excetuando-se os casos previstos em lei e que se referem a tratamento de saúde ou gestação.

§2º. Um trabalho somente poderá ser objeto de uma prorrogação.

Art. 18. As demais orientações e casos omissos nestas normas serão resolvidos pela coordenação do curso de Administração, sujeitos à aprovação do colegiado do curso, nos limites da respectiva competência.



ANEXO - A
FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO

Versão: Membros pareceristas

Nome do(a) acadêmico(a): _____

Título do projeto de trabalho de conclusão de curso: _____

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	Peso	Nota
1 Projeto escrito		
1.1 Introdução (contextualização, objetivos e justificativa)	3,0	
1.2 Fundamentação teórica adequada ao tema	2,5	
1.3 Metodologia proposta	3,0	
1.4 Expressão escrita (ortografia, concordância e paragrafação)	0,5	
1.5 Organização textual: coesão e coerência	0,5	
1.6 Normas da ABNT/UFFS	0,5	
TOTAL	10,0	

Parecer descritivo:

Membro parecerista:

Cerro Largo, _____ de _____ de _____.



ANEXO - B
FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nome do(a) acadêmico(a): _____

Título do projeto de trabalho de conclusão de curso: _____

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	Peso	Avaliador
1 Relatório escrito	8,0	
1.1 Assunto/tema (atualidade do tema, delimitação adequada, relevância acadêmica e social)	0,5	
1.2 Problema (formação clara, definições e conceitos de referência respaldados em literatura pertinente e possibilidade de investigação)	0,5	
1.3 Estrutura do trabalho (organização do trabalho; introdução, desenvolvimento, metodologia, análise dos resultados, conclusão etc.)	0,5	
1.4 Pesquisa bibliográfica (atualidade, profundidade, abrangência, capacidade de síntese do material de referência, evitando excesso de transcrições literárias)	1,5	
1.5 Metodologia (delineamento do método e das técnicas de pesquisa e sua adequação na abordagem do problema; procedimentos adotados na coleta, organização)	1,5	
1.6 Análise dos dados e conclusão (procedimentos adotados para análise e exposição dos dados; apresentação das ideias e argumentações desenvolvidas; comentários a respeito dos resultados)	3,5	
2 Apresentação oral	2,0	
2.1 Objetividade e clareza na exposição	0,8	
2.2 Domínio do assunto	0,7	
2.3 Utilização adequada de recursos e tempo	0,5	
TOTAL	10,0	

Parecer descritivo do avaliador(a):

Avaliador(a):

Cerro Largo, _____ de _____ de _____.



ANEXO C
AUTORIZAÇÃO DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, Professor(a) _____
da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Cerro Largo, autorizo o(a)
acadêmico(a) _____ a
encaminhar o trabalho de curso intitulado “ _____

_____” para exame de
defesa que se realizará no dia _____ de _____ de 20__ às _____ horas, na
sala _____, do bloco _____.

Abaixo segue sugestão de composição de banca examinadora.

_____ - Orientador(a)

_____ - Membro

_____ - Membro

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito para agradecer a atenção
dispensada a este documento.

Atenciosamente,

Orientador(a)

Cerro Largo, _____ de _____ de 20__.



ANEXO – D
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ata de defesa do trabalho de conclusão de curso em Administração de

_____.

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, reuniu-se a banca examinadora do trabalho apresentado como trabalho de conclusão de curso em Administração de _____, intitulado: _____

_____.

Compuseram a banca examinadora _____, _____ e _____.

Após a exposição oral, o candidato foi arguido pelos componentes da banca que atribuíram a nota _____ ao trabalho de conclusão de curso, tendo em vista os seguintes apontamentos/reformulação: _____

_____.

Para constar, redigi a presente Ata, que aprovada por todos os presentes, vai assinada por mim, Coordenador do curso de Administração, e pelos demais membros da banca.

Orientador(a):

Avaliador(a)

Avaliador(a)

Acadêmico(a)

Coordenador(a) do curso



ANEXO - E
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do trabalho de
conclusão _____ de _____ curso
intitulado _____

_____, de autoria do(a) acadêmico(a) _____,
defendido em banca pública no dia ___/___/_____ para obtenção do grau de Bacharel em
Administração, autorizo a entrega da versão definitiva do referido trabalho, que ficará à
disposição da Biblioteca da UFFS. As alterações indicadas por mim após as sugestões da
banca foram realizadas.

Cerro Largo, _____ de _____ de _____.

Orientador(a)

Acadêmico(a)



ANEXO – F

ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Acadêmico(a): _____

Professor orientador(a): _____

Área: _____

Tema: _____

Observações:

Cerro Largo, _____ de _____ de 20____

Acadêmico(a)

Orientador(a)



ANEXO - G ATAS DE ACOMPANHAMENTO DA ORIENTAÇÃO

CCR: () Projeto de trabalho de conclusão de curso () Trabalho de conclusão de curso

Acadêmico(a) _____

Orientador(a): _____

Encontros Datas	Tarefas			Assinaturas	
	Realizadas	Solicitadas	Próximo encontro	Prof.	Aluno
Encontro nº — Data: — / — / —			— / — / —		
Encontro nº — Data: — / — / —			— / — / —		
Encontro nº — Data: — / — / —			— / — / —		
Encontro nº — Data: — / — / —			— / — / —		



ANEXO IV: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

Art. 1º Conferir equivalência aos componentes curriculares abaixo relacionados, cursados com aprovação ou validados pelos estudantes do curso de Administração, *Campus* Cerro Largo, em decorrência da reformulação do projeto pedagógico do curso:

O cumprimento de um componente curricular que é equivalente a um segundo permite a matrícula nos componentes curriculares que têm o segundo como pré-requisito ou correquisito, desde que eventuais outras exigências sejam cumpridas.

Quadro 22 – Equivalências dos componentes curriculares

Matriz 2012 ou 2020			Estrutura Curricular 2024		
Código	Componente curricular	Carga Horária	Código	Componente curricular	Carga horária
GLA001	Leitura e produção textual I	60	GLA0683	Produção textual acadêmica	60
GLA004	Leitura e produção textual II	60	GLA0683	Produção textual acadêmica	60
GEX001	Matemática instrumental	60	GEX1044	Matemática C	60
GCS140	Economia I	60	GCS594	Economia I	60
GCH011	Introdução ao pensamento social	60	GCH1730	Introdução ao pensamento social	60
GCH008	Iniciação à prática científica	60	GCH1788	Iniciação à prática científica	60
GEX006	Estatística básica	60	GEX1041	Estatística básica	60
GEX138	Matemática para administradores	60	GEX961	Cálculo I	60
GCS141	Economia II	60	GCS603	Economia II	60
GCH287	Psicologia organizacional	60	GCS600	Comportamento organizacional	60
GCS010	Direitos e cidadania	60	GCS0683	Direitos e cidadania	60
GCH206	Filosofia e ética	30	GCH1318	Filosofia e ética	30
GCS251	Pesquisa mercadológica	60	GCS606	Pesquisa de marketing	75
GCS606	Pesquisa de marketing	75	GCS812	Pesquisa de marketing	75
GCS233	Administração de recursos humanos I	60	GCS597	Gestão de pessoas I	60
GCS143	Direito empresarial	60	GCS629	Direito empresarial	60
GEN059	Pesquisa operacional	60	GCS615	Pesquisa operacional	60
GCS011	Meio ambiente, economia e sociedade	60	GCS0682	Meio ambiente, economia e sociedade	60
GCS215	Administração da produção I	60	GCS601	Administração da produção I	60
GCS232	Administração de materiais	60	GCS616	Administração de materiais	60
GCS234	Administração de sistemas de informação	30	GCS625	Gestão de tecnologias e sistemas de informação	60
GCS252	Processo decisório	30			
GCS081	Planejamento	60	GCS622	Planejamento financeiro	60



Matriz 2012 ou 2020			Estrutura Curricular 2024		
Código	Componente curricular	Carga Horária	Código	Componente curricular	Carga horária
	financeiro e orçamentário			e orçamentário	
GEN060	Logística	60	GCS623	Logística	75
GCS152	Projeto de trabalho de curso	60	GCS818	Projeto de trabalho de conclusão de curso	60
GCS621	Projeto de trabalho de conclusão de curso	60	GCS818	Projeto de trabalho de conclusão de curso	60
GCS153	Trabalho de curso	120	GCS819	Trabalho de conclusão de curso	105
GCS626	Trabalho de conclusão de curso	105	GCS819	Trabalho de conclusão de curso	105
GCS154	Estágio curricular supervisionado	120	GCS820	Estágio curricular supervisionado	90
GCS627	Estágio curricular supervisionado	90	GCS820	Estágio curricular supervisionado	90
GCS226	Introdução à administração	60	GCS593	Teorias da administração I	60
GCS230	Teorias da administração	60	GCS596	Teorias da administração II	75
GCS221	Contabilidade introdutória	60	GCS808	Contabilidade introdutória	75
GCS595	Contabilidade introdutória	75	GCS808	Contabilidade introdutória	75
GEX198	Matemática financeira	60	GCS609	Matemática financeira	60
GCS070	Administração de marketing	60	GCS598	Administração de marketing	60
GCS220	Administração financeira I	60	GCS612	Administração financeira I	75
GCS236	Administração financeira II	60	GCS816	Administração financeira II	75
GCS618	Administração financeira II	75	GCS816	Administração financeira II	75
GCS219	Administração de recursos humanos II	60	GCS607	Gestão de pessoas II	60
GCS246	Estratégia mercadológica	60	GCS610	Estratégia de marketing	60
GCS216	Administração de custos	60	GCS614	Gestão de custos	75
GCS231	Administração da produção II	60	GCS604	Administração da produção II	75
GCS083	Administração estratégica	60	GCS613	Planejamento estratégico I	75
GCS145	Empreendedorismo, criatividade e inovação	30	GCS620	Empreendedorismo	60
GCS146	Empreendimentos e modelos de negociação	60			
GCH012	Fundamentos da crítica social	60	GCS821	Fundamentos Socioantropológicos	60
GCH284	Antropologia para administradores	30			
GCS628	Fundamentos Socioantropológicos	60	GCS821	Fundamentos Socioantropológicos	60

* Na matriz 2020, nos campos em que aparece 30 (trinta) horas contava 2 (dois) créditos.



Art. 2º Para fins de validação os componentes curriculares poderão ser validados os componentes curriculares da Matriz 2024, relacionados no Quadro 23, ao acadêmico regularmente matriculado na Matriz Curricular 2012 e na Matriz 2020, em CCRs ofertados em outros cursos, com os códigos distintos dos CCRs do Curso de Administração Bacharelado, *Campus Cerro Largo*, fundamentado no Art. 52, do Regulamento da Graduação (RESOLUÇÃO Nº 40/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022) e critérios expressos nos parágrafos deste artigo.

Quadro 23 – Equivalência dos componentes curriculares em CCRs ofertados em outros cursos com os códigos distintos dos CCRs do Curso de Administração Bacharelado, *Campus Cerro Largo*

CCR Curso de Administração Campus Cerro Largo		CCR equivalente em outros cursos	
Código	Componente Curricular	Componente Curricular	Código
GEX961	CÁLCULO I	CÁLCULO I	GEX665 GEX180 GEX762 GEX269 GEX237 GEX008
GEX1041	ESTATÍSTICA BÁSICA	BIOESTATÍSTICA	GCB0648 GEX823
GLA212	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	GLA0704 GLA111
GCS602	ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	GCS142
GCS609	MATEMÁTICA FINANCEIRA	MATEMÁTICA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA	GEX1020
		MATEMÁTICA FINANCEIRA	GEX198
GCS628	FUNDAMENTOS SOCIOANTROPOLÓGICOS	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	GCH813
GCS629	DIREITO EMPRESARIAL	DIREITO EMPRESARIAL	GCS143

Art. 3º Os componentes curriculares de 2012 listados no quadro 24 não possuem componente equivalente na matriz 2020 e na nova estrutura curricular de 2023, porém, a critério do colegiado, poderão ser validados como carga horária optativa nos componentes do curso e/ou atividades curriculares complementares:

Quadro 24 – Componentes curriculares sem validação

Código	Componente curricular
GCH029	História da fronteira Sul
GCS093	Economia brasileira e políticas de desenvolvimento



Código	Componente curricular
GCS087	Desenvolvimento de recursos humanos
GCA140	Desenvolvimento Rural
GCS172	Administração pública
GCA005	Agroecossistemas I
GCA142	Agroecossistemas II
GCS095	Contabilidade rural e cooperativa
GCS298	Desenvolvimento regional
GCS299	Gestão do conhecimento
GCH285	História da agricultura
GCH091	História dos movimentos sociais no campo
GCS301	Jogos de empresas
GCS302	Negócios internacionais
GCS157	Realidade do campo brasileiro
GCS374	Sistemas de controle gerencial
GCS430	Logística Internacional
GCS431	Direito tributário
GCS433	Direito do trabalho e previdenciário
GCS440	Método estatístico “R”
GCS439	Economia solidária
GEX216	Estatística para Administradores
GCS144	Organização de cadeias agroindustriais
GCS142	Organização, sistemas e métodos
GCS203	Contabilidade Gerencial
GCS056	Administração e análise de projetos
GCS300	Mercado de capitais
GCS103	Comercialização de produtos agropecuários
GCS106	Gestão agroindustrial
GEX002	Introdução à informática

Art. 4º Conferir equivalência aos componentes curriculares da Matriz Curricular 2020 e do Novo PPC (Estrutura Curricular 2024), abaixo relacionados, ao acadêmico regularmente matriculado na Matriz Curricular 2012.

Quadro 25 - Equivalência inversa dos componentes curriculares

CCR Matriz 2020 e Estrutura Curricular 2024			CCR equivalente Matriz 2012		
Código	Componente Curricular	Carga horária**	Código	Componente Curricular	Carga horária
GCS620	Empreendedorismo	60	GCS145	Empreendedorismo, criatividade e inovação	30
GCS628 ou GCS821	Fundamentos socioantropológicos	60	GCH284	Antropologia para Administradores	30
GCS625	Gestão de Tecnologias e Sistemas de Informação	60	GCS234	Administração de Sistemas de Informação	30

* Artigo inserido conforme RESOLUÇÃO Nº 04/CCADM-CL/UFFS/2021 e, para entendimento do Quadro 26, nesta Resolução nº 4, 30 (trinta) horas corresponde aos antigos 2 créditos.